



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA –
MESTRADO**

NÁGYLA MARIA GALDINO DRUMOND

**A SAGA DE UMA MACABÉA
CORPO E TRABALHO FEMININO NA INDÚSTRIA DE
BENEFICIAMENTO DE CASTANHA DE CAJU NO CEARÁ**

**Fortaleza
2007**



NÁGYLA MARIA GALDINO DRUMOND

**A SAGA DE UMA MACABÉA
CORPO E TRABALHO FEMININO NA INDÚSTRIA DE
BENEFICIAMENTO DE CASTANHA DE CAJU NO CEARÁ**

FORTALEZA

2007

NÁGYLA MARIA GALDINO DRUMOND

**A SAGA DE UMA MACABÉA
CORPO E TRABALHO FEMININO NA INDÚSTRIA DE
BENEFICIAMENTO DE CASTANHA DE CAJU NO CEARÁ**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Profa. Dra. Peregrina Fátima Capelo Cavalcante.

FORTALEZA

2007



TERMO DE APROVAÇÃO

A SAGA DE UMA MACABÉA CORPO E TRABALHO FEMININO NA INDÚSTRIA DE BENEFICIAMENTO DE CASTANHA DE CAJU NO CEARÁ

Por

NÁGYLA MARIA GALDINO DRUMOND

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação, defendida e aprovada pela Comissão Examinadora em 13 / 06/ 2007.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Peregrina Fátima Capelo Cavalcante (UFC)
(Orientadora)

Profª. Dra. Alba Maria Pinho (UFC)

Prof. Dr. João Bosco Feitosa dos Santos (UECE)

Às mulheres castanheiras, na figura da querida Apolônia. Popó, como era chamada pelas companheiras de trabalho, que faleceu em 24 de abril de 2006, depois de lutar corajosamente contra um câncer generalizado. Na última vez em que conversamos, perguntei o que ela queria que eu escrevesse neste trabalho para que as mulheres castanheiras jamais fossem esquecidas. Ela disse: “Nágyla, escreve alguma coisa que faça com que nossa luta possa ter um final feliz.”

DEDICATÓRIA

À **Clarice**, minha filha, meu tudo e uma parte maravilhosa de mim.

A D. **Climene Drumond** (*in memoriam*), minha avó, responsável por tudo que sou.

Aos meus pais, **D. Tânia e Sr. Drumond**, por serem meus maiores companheiros e por amarem Clarice de maneira incondicional.

A meu irmão e compadre, **Drumond Júnior**, por tudo que representamos um para o outro.

A **André Luís**, meu grande amigo. Aquele que me ajuda a ver o que subjaz àquilo em que a maioria insiste em não enxergar.

A **você**, que me ensina a distinguir o que é ter um companheiro de verdade.

AGRADECIMENTOS ESPECIAIS

À orientadora, amiga e companheira das horas mais difíceis, Professora **Peregrina** por o tudo que me proporcionou.

À **CAPES**, pelo incentivo da bolsa de estudos.

A **Mazé, Luciano, Martinha e Freitas**, trabalhadores e trabalhadoras da indústria da castanha, por terem escrito comigo este trabalho.

Ao **Centro Socorro Abreu** pelo que já conquistamos e por o tudo que virá.

Aos companheiros e companheiras da **HABITAFOR**.

À minha família, na figura de minhas tias **Rosa, Vera e Luluta**, e minha comadre **Sarah**, por tudo que compartilhamos, sempre.

À família que eu escolhi: **Gracinha, Neile, Wellington Júnior, Manoel e Graciete**.

A meus irmãos de coração, **Thiciane e Victor**.

A meus amigos e camaradas **Jamaci e Charles**, eles sabem por quê.

A **Flávio Arruda, Rita de Cássia e Enéas Arruda** (*in memoriam*), por terem me ensinado a ser militante.

A **Marcela**, amiga fiel, por tudo que me ajudou a descobrir.

Aos amigos **Camilo e Jefferson** por o tudo que fizeram nos momentos mais difíceis.

Aos **colegas** de mestrado por tudo que compartilhamos ao longo dessa caminhada.

Aos (as) **funcionários (as) do Departamento de Sociologia da UFC**, Aimberê e Socorro, pela disposição em contribuir para que esta caminhada se tornasse mais leve e tranqüila.

RESUMO

Esta dissertação analisa as relações entre corpo e trabalho feminino na indústria de beneficiamento de castanha de caju em Fortaleza – Ceará/ Brasil, a partir das falas das mulheres castanheiras e do lugar social que ocupam dentro e fora da fábrica. Mulheres pobres, migrantes, moradoras da periferia de Fortaleza, mães solteiras e/ou chefes de famílias. *Macabéas* que narram suas vidas cotidianas marcadas pelas más condições de trabalho, pela violência doméstica e urbana, mas, ao mesmo tempo mulheres que se mostram como sujeitos de sua própria história, escrevendo uma verdadeira saga, construída com muito trabalho e resistência. A pesquisadora foi assessora sindical do então Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Castanha, é militante partidária e feminista, arenas de debate que a conduziram a este objeto de pesquisa. Para o desenvolvimento do trabalho, realizou entrevistas, acompanhou o dia-a-dia das informantes, e fez algumas inserções no Sindicato dos Trabalhadores, não mais no papel de assessora pedagógica, mas como pesquisadora. A pesquisa revelou que as mulheres operárias da castanha continuam submetidas a um ciclo contínuo de exploração da mão-de-obra, marcadas por características do sistema capitalista hegemônico e reforçadas por um diálogo entre capital, gênero e trabalho. De maneira intrínseca a estas questões, as *Macabéas* desta história são mulheres que se divertem, brincam, narram suas vidas com muitas dores e angústias, mas com uma boa dose de alegria por conseguirem sobreviver. Que mulheres são estas? Que fábrica é esta? Que pequenas resistências são estas capazes de fazer com que burlem um cerco de exploração, controle e disciplina que parece intransponível? O trabalho aponta pistas para que se abram caminhos que se distanciem de uma visão reducionista que as enxerga, apenas, na condição de vítimas eternas e/ou de robôs sem desejos, vontades e prazer.

Palavras-chave: Corpo. Gênero. Trabalho feminino.

ABSTRACT

The present dissertation analyzes the relationship between female body and work at the cashew industry in Fortaleza, Ceará – Brazil. The data were taken from testimonies of “castanheiras” women who live in the outskirts of Fortaleza. These women are single mothers and/ or head of their families. Also called “Macabéas”, they tell the story of their daily lives set not only by poor work conditions but also urban and domestic violence. In contrast, these women are subject of their own stories, writing their own saga resulting from a lot of work and resistance. Being a technical assistant of the Labor Party of Cashew Industry, activist, and feminist led me to this field of study. In order to collect data, I arranged interviews, lived with informants on a daily basis, and conducted some research at the Labor Party. The research shows that the female factory workers are still undergoing exploitation, being characterized by the hegemonic capitalist system reinforced by a discourse between capital, gender and work. Linked to these issues, the “Macabéas” of this research are women that have fun, play, tell anecdotes about their lives with pain and anguish, but with a dose of happiness for being able to survive. What type of women are these? What kind of factory is this? What types of resistances are these that are able to help them overcome a circle of exploitation, control and discipline, which may seem insurmountable? To sum up, the current study shows ways that avoid seeing these female workers from a reductionism point of view which considers them as eternal victims and/ or robots without desires, will and pleasure.

Key- words: Body. Gender. Work female.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 USOS E COSTUMES DO CAJU NO NORDESTE E NO CEARÁ.....	16
2.1. O caju em seu uso doméstico.....	17
2.2. “Adote uma árvore; plante um cajueiro”.....	20
3 DE PORTA A PORTA: NOS RASTROS DE UMA METODOLOGIA.....	23
3.1 A Saga de <i>Macabéa</i> : os cruzamentos entre Literatura e Sociologia.....	34
3.2 Conhecendo Macabéas: Cajuína Cristalina, Carne de Caju e Florada do Caju.....	38
4 CASTANHEIRA: PERSONAGEM INDIVIDUAL E COLETIVA INSCRITA NA RELAÇÃO CORPO, CAPITAL E TRABALHO.....	53
4.1 O lugar da mão-de-obra feminina na divisão social e sexual do trabalho.....	54
5 DE ONDE VEM E PARA ONDE VAI ESTA <i>MACABÉA</i>: DIÁLOGOS ENTRE CORPO, GÊNERO E TRABALHO NO INTERIOR DA FÁBRICA DE CASTANHA.....	72

6 A FÁBRICA: POR DENTRO DA INSTITUIÇÃO SEMI-TOTAL.....	83
6.1 Construindo o Panópticom: gênero e disciplinarização dos corpos.....	83
6.2 A máquina perversa em interface com o conceito de <i>Campo Social</i> – (Re)fazendo subjetividades de gênero.....	99
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS.....	121
ANEXOS.....	125

1 INTRODUÇÃO

Meu objeto de estudo é fruto de minha militância política no movimento de mulheres, bem como de assessoria técnica que desenvolvia junto aos movimentos sindicais. Foram caminhos que me conduziram a integrar a diretoria do Centro Socorro Abreu de Desenvolvimento Popular e Apoio à Mulher, entidade que visa a desenvolver ações educativas, de atendimento jurídico e psicossocial a mulheres, e de instrumentalização do movimento popular urbano para a incorporação da perspectiva de gênero em suas lutas pela cidadania.

Essa trajetória me deu a oportunidade de visitar muitos locais de trabalho, nos setores da construção civil, tecelagem e beneficiamento de castanha-de-caju. De todos esses lugares, cantos e recantos de operários e operárias de nossa Cidade, aquele que mais me chamou a atenção foi a indústria de beneficiamento da castanha-de-caju, onde me deparei com um quadro de más condições de trabalho. As empresas do ramo me saltavam aos olhos, tanto pelo quadro de exploração econômica, de desrespeito a direitos trabalhistas básicos, entre outros, mas sobretudo por uma rede de relações sociais, econômicas, culturais e afetivas, constituídas a partir de linhas mestras que ressaltam uma estrutura masculinizada, rígida e militarizada, com forte teor religioso e nacionalista, em um ambiente predominantemente marcado pelo trabalho feminino. Fiz meu trabalho de campo junto a operárias de uma fábrica específica, onde pude visualizar como as linhas estruturantes citadas se espalham e se traduzem nos inúmeros símbolos expostos, por exemplo, no setor administrativo da fábrica que nos remetem uma perspectiva voltada para a ordem, o progresso, a religião, marcadas pela existência de imagens sacras, militares e nacionalistas.

Há muito tempo, ecoam as péssimas condições de trabalho nas fábricas de beneficiamento da castanha-de-caju, no Estado do Ceará¹. Ressaltam-se os altos níveis de violência moral e simbólica no ambiente de trabalho que ultrapassam o desrespeito às leis trabalhistas vigentes, fazendo com que esta personagem chamada castanheira esteja nos hospitais psiquiátricos e nas filas do serviço público de saúde, por conta dos transtornos psicológicos que a fábrica acarreta na vida delas. Procurei construir um percurso teórico-metodológico que pudesse aliar os conceitos de corpo, gênero e trabalho feminino às condições de trabalho e socioeconômicas de um grupo mulheres, operárias de um ramo fabril tradicional de nosso Estado.

Dessa forma, no primeiro capítulo tracei um breve passeio pelo usos e costumes do caju para nossa gente me daria pistas para compreender como o objeto de pesquisa² era influenciado, também, por um discurso patronal acerca da importância deste produto no interior da fábrica. O caju; a idolatria ao caju; à culinária do caju; à imagem do caju passou a me parecer excessiva, no entanto, o que parecia exagero me foi apontando para uma situação de escamoteamento de um cenário autoritário, masculino e militarizado no interior da fábrica. A importância dada ao caju, o transformava em uma espécie de protagonista das relações de trabalho; quando, na verdade, a fábrica apresenta, de forma muito contundente, duas grandes personagens: a castanheira, representando o trabalho, e o dono da empresa, representante do capital.

Tanto é que o discurso de valorização demasiada do caju é difundido no interior de setores hierarquicamente mais importantes do que o que se convencionou chamar de chão da fábrica. As operárias não apresentam estes aspectos em suas falas. Para elas, o discurso é

¹ Sobre as condições de trabalho das mulheres castanheiras no setor de beneficiamento de castanha-de-caju muitos trabalhos já foram escritos. Ver: Frota (1982) e Capelo (1983).

² A pesquisa de campo foi realizada junto a operárias castanheiras, operários, ex-funcionários (as) de uma empresa tradicional do ramo. A identidade da empresa e dos (as) entrevistados (as) são preservadas, ao longo do trabalho.

o trabalho para sobrevivência própria e de suas famílias. Não me prendi, sistematicamente, à cajucultura em seu aspecto industrial, mas trouxe à tona alusões ao caju e como estas estão presentes na estruturação de uma fábrica com muitos anos de existência, ícone da indústria de beneficiamento de castanha de caju no Ceará.

Quanto à metodologia, achei importante condensar em algumas páginas minha escolha metodológica, embora eu tenha feito a opção de fazer com que esta se apresente no decorrer do trabalho. Tomo inspiração em Geertz³, tecendo uma semiótica das culturas, na medida em que acredito que os objetos de pesquisa não são estranhos a nós, muito pelo contrário, se constituem como fruto de nossas experiências e de interesses. No meu caso, de minha militância partidária e no movimento de mulheres e assessoria aos movimentos sociais e sindicais. Como, porém, admitir estas questões e ao mesmo tempo estabelecer a devida distância? Que medida tem essa distância? Por muito tempo, esta foi confundida com a tão defendida neutralidade científica. Minhas entrevistadas me deram muitas pistas como forma de me ajudar a trilhar mais esta via de investigação para as Ciências Sociais.

Destaco, também como estratégia metodológica, o fato de explorar a existência de toda uma rede de poder fiada para prender a mulher castanheira. Somado a isso, enveredo pelos cruzamentos entre a Sociologia e a Literatura, optando por Lispector (1997) e suas mulheres claricianas⁴, mais especificamente, em sua obra *A Hora da Estrela*, por acreditar que *Macabéa* e as mulheres castanheiras guardam aproximações e distanciamentos que contribuíram para que eu pudesse desvendar aspectos fundantes da subjetividade destas mulheres que denominei de personagem individual e coletiva, ancorada no debate que Elias

³ GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989

⁴ ALBUQUERQUE, P.G.B. *Mulheres Claricianas – Imagens Amorosas*. São Paulo. São Paulo. Relume Dumará: 2002.

(1996)⁵ propõe nas relações entre sociedade e indivíduo. Entendendo que esta mulher é capturada por uma teia de relações, num movimento intenso de *aceitação* e de *resistência*. De aceitação na medida em que querem preservar o emprego ao mesmo tempo em que acontece uma certa relação de afeto com a fábrica e com as companheiras de trabalho; e de resistência, na medida em que tentam burlar as metas de produção e que estabelecem relações afetivas e afetuosas entre si, por exemplo

No capítulo intitulado *A fábrica*, tento recortá-la na medida em que me são revelados os itinerários que a personagem individual, chamada castanheira, realiza dentro da fábrica, esta instituição semi-total (GOFFMAN, 1997) que funciona como uma máquina perversa. Opto pela condição de encarar a fábrica em sua face panóptica (MILLER, 1996) em interface com o conceito de campo social (BOURDIEU, 1997) no intuito de construir uma via de investigação que contribua no delineamento das subjetividades destas Macabéas. Em Foucault (1988;1997;2004), busco a transversalidade entre controle e disciplina, numa travessia incompleta.

Em *De onde vem e para onde vai esta Macabéa - Diálogos entre Corpo, Gênero e Trabalho no interior da fábrica de castanha* me detenho no lugar que a mão-de-obra feminina ocupa na divisão social e sexual do trabalho, apoiada, num primeiro momento, no conceito de exército de reserva de mão-de-obra (MARX, 1858), HIRATA (2002), TEIXEIRA (1996) e num segundo momento dialogando com a idéia de refúgio humano Baumam (2005) e Negri (2004).

Os vários diálogos entre corpo (VAZ, 1997; RODRIGUES,1990; GREINER, 2005; FOUCAULT, 2004; MURARO, 1996; MATOS, 2003), gênero e trabalho se entrelaçam com as falas das entrevistadas num conjunto de informações que dão conta de uma

⁵ ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor: 1994.

verdadeira saga de mulheres pobres e operárias. Não apenas isso, porém! Mulheres que vivem, se divertem, contam e recontam suas vidas, misturando ficção e realidade numa história quase que reinventada, numa produção subjetiva, econômica e de afetos.

2 USOS E COSTUMES DO CAJU NO NORDESTE E CEARÁ

Ao longo de minhas trajetórias nesta pesquisa, percebi que podia fazer algumas breves incursões sobre os usos e costumes do caju no Nordeste e, especialmente, no Estado do Ceará. Em minhas primeiras visitas ao setor de beneficiamento de castanha de caju, como estudante de Ciências Sociais, pude perceber que o caju se destaca, idolatrado pela diretoria e funcionários (as) de alto escalão, se confundindo com tais imagens e se constituindo como um verdadeiro mosaico de rostos e expressões detentoras de poder simbólico⁶ (BOURDIEU,2002), exercendo sobre as mulheres castanheiras a necessidade de assimilarem os símbolos da cultura da ordem e as regras do processo produtivo estabelecido.

O caju parece ser o centro do pensamento industrial na empresa. No refeitório da Presidência, Diretoria e funcionários (as) do alto escalão da empresa funciona uma espécie de cozinha experimental, que produz refeições à base de caju. Às sextas-feiras, pelo menos uma vez ao mês, este grupo se reúne no horário do almoço para degustar pratos produzidos com a chamada carne de caju, que serve como base a entradas, pratos quentes e frios e sobremesas. Dessa forma, acredito que seja interessante fazer um breve resgate dos usos e costumes do caju para o nordeste e o Ceará na relação que estabelece com a produção industrial no estado.

⁶ “O poder simbólico como poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou transformar a visão de mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo; poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força (física ou econômica), graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário.” (BOURDIEU, 2002: 14)

2.1 O caju em seu uso doméstico

Conforme Moreira (2002)⁷, em *O Cajueiro – vida, usos e estórias*, os primeiros exploradores não trouxeram o caju para o Brasil, encontrando o pedúnculo comestível nos aldeamentos indígenas, do que podem atestar os padres jesuítas. Os textos ressaltavam a relação entre a fruta tipicamente nordestina e a vida doméstica dos indígenas. Chegavam a se remeter a uma espécie de relação amorosa entre os povos indígenas e o cajueiro.

(...) O amor dos gentios ao cajueiro não era amor de experiência, nem efêmero, de lua-de-mel(...) Era amor por um ser preferido entre centenas de outros, mesmo pelo muito que podia dar em correspondência (...) Entrelaçam-se as raízes do cajueiro e as do sentimento humano, para ele dirigido a muitas gerações. Só esses antecedentes podiam determinar a origem brasileira da planta. Os colonizadores não a trouxeram para cá (...). (MOREIRA, 2002, p. 30).

Para o autor, o caju é genuinamente brasileiro e nordestino, sobretudo, espalhando-se do Maranhão ao sul da Bahia. Segundo estimativa do Ministério da Agricultura existem no território brasileiro cerca de 500 milhões de pés de cajueiros. Destes, 350 milhões estão localizados no Nordeste. Os demais se encontram em outros estados da Federação, excetuando-se os do sul. No Ceará, encontramos o cajueiro na zona litorânea e no interior, distribuídos na zona norte, nos Municípios de Itapipoca, Camocim, Sobral, Granja entre outros, bem como nos municípios da região sul do Estado: Missão Velha, Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha etc.

Se a origem do caju é brasileira/ nordestina, o uso do cajueiro é indígena, já que foram estes que descobriram seu valor doméstico e medicinal, a exemplo dos doces, mel de caju, cajuína, chás e do famoso *mocororó*, aguardente de caju fabricada pelos índios e

⁷ MOREIRA, Padre Ágio. *O Cajueiro – Usos, costumes e estórias*. Fortaleza. Banco do Nordeste: 2002

também conhecida como *cauim*. Além disso, é bom ressaltar que a relação com o caju é poética, inspirando obras de tantos artistas nordestinos (as) e nacionais, a partir da relação que os nordestinos (as) mantêm com a natureza local. No Ceará é no período entre o fim do mês de agosto até o início do mês de outubro que se esperam as chamadas *chuvas do caju* como prenúncio de um bom inverno, indicado pelo índice de floração e frutificação do cajueiro. Boa floração e muitos cajus é sinal de bons invernos.

O interior nordestino e cearense é palco das *chuvas de caju*, dos jogos de castanha, da sombra do cajueiro. As receitas à base de caju feitas nas cozinhas das fazendas nordestinas e cearenses constituem um cenário da infância de tantas gerações, da meninice de outrora. Muitos autores e autoras citam o cajueiro em suas obras, reavendo descanso à sombra do cajueiro, um namoro e ainda simples lembranças de meninos que subiam naquele emaranhado de galhos que precisavam ser fortes, ao ponto de suportar as estripulias dos meninos e meninas que corriam, brincavam, se aventuravam e se escondiam do sol nordestino.

A literatura nordestina retrata a história do caju nos usos e costumes de um povo que aprendeu, por exemplo, a contar sua idade a partir do cajueiro que além de ser um elemento importante na definição popular do tempo climatológico, é, também, de marcação do tempo de vida e também do imaginário do povo nordestino, anunciando o estio e aliviando as mágoas quando posto à sua “sombra inocente”.

Além da contagem do tempo, a partir da floração do cajueiro, herança do povo tupi, é também muito forte a presença do caju nas crenças e adivinhações; nos ditados e provérbios e nas brincadeiras infantis, na vida dos antigos engenhos e fazendas. Como já

nos diria a folclorista e pesquisadora cearense Collares (1997)⁸ *“É muito difícil o povo não perpetuar seus costumes em alguma forma artística. São eles motivos para sua arte poética, musical, pictórica etc. Assim sendo, o caju está bem representado tanto no popular como no erudito.”*

O fruto nativo, como expressei antes, os dominadores europeus o encontravam ao longo do litoral do Norte e Nordeste brasileiro. Nesta época, não se plantava o cajueiro. A exploração extrativista consistia no aproveitamento do pendúculo e da castanha, perdurando até meados do século XVII. Logo depois, os exploradores iniciaram modestas plantações nos quintais, em modelo de pequenos pomares, nas fazendas e chácaras em plantio desorganizado, que, tendo o litoral como ponto de partida se disseminou sertão adentro.

A exploração propriamente dita do cajueiro só teve início na década de 1940, tendo um crescimento significativo da agroindústria do caju a partir da década de 1960. Nesse cenário, é importante ressaltar a campanha promovida pelo governo do Estado do Ceará, em 1957, com o plantio de um milhão de cajueiros. O governo fornecia a semente e incentivava os produtores, com um prêmio em dinheiro, por hectare plantado, ou seja, para cada 100 cajueiros plantados. A primeira grande plantação de cajueiros do País foi registrada, no mesmo ano, na localidade de Pacajus/ Ceará na Fazenda Guarany.

A indústria de beneficiamento do caju expande-se na década de 1960, a partir de um conjunto de fatores que aliaram a crescente procura externa pela castanha-de-caju, elevando seu preço no mercado internacional, aos inúmeros incentivos e subsídios governamentais e à quantidade excedente da mão-de-obra feminina, predominantemente, aos baixos salários,

⁸ COLLARES, Elzenir. O caju no folclore cearense In *Caju – negócio e prazer*. Governo do Estado do Ceará. Secretaria de Turismo. SETUR: 1997.

à matéria-prima abundante, à adoção de um processo tecnológico simples, manufatureiro ainda, conseqüentemente, sem exigir grandes investimentos de capital.

2.2 “Adote uma árvore; plante um cajueiro”⁹

A história da empresa é marcada por uma verdadeira veneração ao caju e aos seus derivados. Nas duas visitas que me foi permitida fazer aos setores da Administração e Presidência da Empresa, percebi imagens do caju distribuídas por toda parte, diferentemente se comparado a outras empresas da cidade de Fortaleza.

O caju funciona como um objeto de decoração, exercendo o que se identifica como formas de poder simbólico para que o processo de produção possa parecer menos selvagem. É criar uma espécie de atmosfera de trabalho mais agradável às trabalhadoras e trabalhadores.

A empresa ocupa um quarteirão quadrado. A pintura dos muros, que mais parecem mulharas, em seus quatro lados, traz a gravura do caju acompanhada pelo *slogan* da empresa, nas tonalidades amarelo preto e branco. Não há aquela pintura branca chapada, comum a outras fábricas do ramo.

Os portões são altos, de aço, chapados, a exemplo de portões de presídios, hospitais e/ou manicômios. Na recepção há um portão menor ao lado com uma abertura quadrada no alto constituindo-se como uma das poucas formas de comunicação entre o mundo de dentro e o mundo de fora da fábrica. Essa caracterização é comum a muitas empresas do ramo.

No interior da fábrica, visualiza-se uma fonte em formato de caju, um jardim muito bem arborizado, que, segundo informações, fica aos cuidados da vice-presidente da

⁹ A expressão é narrada pelo sistema de fone-espera da referida empresa. Tomo tal expressão como exemplo do verdadeiro culto ao caju no interior da empresa por parte de seu proprietário.

empresa, esposa do presidente. A fábrica tem uma decoração temática de interiores. Tudo lembra o caju, o cajueiro, as plantações de caju. As paredes internas são pintadas em amarelo-claro. Estas imagens se misturam às fotos de santos e, principalmente, a retratos do Papa João Paulo II¹⁰.

Existem o que podemos chamar de recepção dos (as) funcionários (as) e recepção das operárias e operários. Esta é caracterizada por setor de informação e segurança da fábrica. Existem uma catraca e um relógio de ponto. As entrevistadas relatam, ainda, a existência de um altar, uma espécie de pequeno oratório logo na entrada, antes que elas possam ingressar nos galpões de produção.

O refeitório das operárias obedece à lógica arquitetônica dos setores de produção. Um grande galpão, coberto por telha de amianto e circundado por grades de ferro. Grandes mesas, colocadas em fila. As refeições são servidas no estilo comum a outras fábricas, presídios, colégios internos, hospitais entre outros.

Os galpões de produção, no entanto, não apresentam uma decoração temática. É tudo muito *limpo e asseado*¹¹. As entrevistadas incorporaram em suas falas o fato de não poder usar brincos, pulseiras, anéis. Além disso, não podem usar nenhum tipo de maquiagem e nenhum tipo de esmalte. Todas estas normas são respaldadas na obrigatoriedade do espaço prezar pela limpeza necessária à fabricação de produtos alimentícios. O galpão de produção

¹⁰ Na primeira visita que fiz à referida fábrica, me chamou a atenção a quantidade de fotos, calendários e outros tipos de referência ao Papa João Paulo II. Na época, imaginei que fosse uma veneração ao então líder supremo da Igreja Católica Mundial; no entanto, após a morte do Papa João Paulo II com a ascensão de Bento XVI, a veneração passou de um para o outro, digamos assim. Isto é que me leva a crer que a veneração do presidente da empresa é por figuras que detêm o poder, no caso o poder religioso de comandar seus fiéis. Como prova disso, pude observar calendários com a imagem de Bento XVI nas casas de várias das entrevistadas. Segundo elas, *presente de natal do dono da empresa*, em 2005.

¹¹ Expressões usadas pelas entrevistadas para justificar a necessidade de um espaço asséptico para a produção alimentícia.

e as mulheres são encarados como peças de uma mesma engrenagem que se quer funcional, produtiva e asséptica. Os corpos são submetidos às regras da produção.

3 DE PORTA A PORTA: NOS RASTROS DE UMA METODOLOGIA

Era uma quinta-feira, agosto de 2003. Há tempos não fazia nenhuma visita à fábrica de beneficiamento de castanha. As notícias que chegavam até mim eram de que muitas das operárias diretoras do Sindicato dos Trabalhadores haviam sido demitidas; medidas que, na verdade, afetariam as vidas pessoais de cada uma delas e a luta coletiva da categoria, que se enfraquecia, já que, ao serem demitidas, perdiam totalmente o acesso ao que acontecia no interior da fábrica, ficando sem condições de atuar com maior efetividade nas batalhas sindicais.

A situação criava muitos obstáculos para que eu me comunicasse com as demais operárias, já que as demissões serviam como um *aviso* para as que continuavam empregadas e, severamente, vigiadas ao ponto de não poderem conversar com as diretoras e diretores que haviam sido demitidas (os).

O percurso de minha casa até à fábrica era longo e, naquele horário, eu corria o risco de enfrentar um grande congestionamento. O ônibus passou com quase meia hora de atraso. Subi e sentei-me na parte traseira do veículo. Comecei a imaginar como seria minha visita. Tinha organizado um roteiro, a fim de que pudesse conversar com as operárias que estariam mudando de turno, já que entrar na fábrica nunca foi uma tarefa muito fácil, principalmente para mim que, até bem pouco tempo, prestava assessoria ao Sindicato dos Trabalhadores. Minha expectativa era de poder conversar com a turma que saía por volta das 17h. Talvez tivesse a chance de acompanhar algumas delas até em casa, já que a maioria mora nos arredores da fábrica.

Muitas delas já haviam conversado comigo na sede do sindicato. Gostavam de me apresentar às que não me conheciam, como a Nágyla: a moça da Universidade. Quando

tomávamos café com pão e manteiga. Porém, na cozinha do Sindicato, não havia nem a universidade nem a fábrica; havia mulheres que sempre conversavam sobre suas vidas. Mulheres, mães solteiras ou não, chefes de família que falavam sobre o trabalho pesado, acerca da violência que sofriam dos maridos, companheiros (as), namorados (as), amantes; a respeito das dificuldades financeiras e principalmente sobre os sonhos que ainda se permitiam ter. O interessante é que muitas vezes estes sonhos não se associavam às vidas pessoais destas, mas se estendiam à família e, principalmente, aos filhos e filhas, para que estes não tivessem a mesma *sorte* a que elas estavam submetidas.

Pensei no quanto estas mulheres se imolavam em vida, em nome da família, dos (as) filhos (as) e até mesmo dos companheiros que conforme elas próprias gostavam de dizer, em meio a risos e lágrimas: *não valiam o chão que pisavam*. Vi que mais do que desrespeito às leis trabalhistas, mais do que desrespeito aos direitos fundamentais dos seres humanos, meu objeto de pesquisa deveria ser o de tentar escrever sobre as muitas veredas da vida destas mulheres e como estas se reconheciam dentro e fora daquela panacéia de horários, castigos, vigilância, baixos salários, torturas psicológicas. Será que eu estaria preparada para ouvir suas falas? Por onde eu poderia começar? Será que elas aceitariam embarcar comigo nessa grande aventura de escrever sobre suas vidas? Será que me dariam a permissão devida?

Nesse momento, tive vontade de rasgar o roteiro de entrevistas que havia planejado. Comecei a pensar como tudo isso tinha se iniciado na minha vida. Por que as castanheiras, já que eu podia ter ido estudar as operárias da indústria de calçados ou da indústria têxtil, ou ainda, a história do movimento operário no Estado do Ceará, por exemplo? Não! as mulheres da castanha me dizem algo a mais. É este algo que eu desejo desvendar e espero que elas possam escrever juntas a mim uma história que muitos não conhecem ou,

simplesmente, ignoram. Uma história de muitos caminhos, de muitas veredas, de muitas travessias.

Comecei a lembrar da época em que cheguei à fábrica. Quando, nós, as (os) cientistas sociais estudamos sobre algo, um grupo específico, uma comunidade, uma instituição, não somos como recém-chegadas (os) a um território despovoado, ao qual passamos a denominá-lo como bem entendemos.

Ao tentar entrar na fábrica, primeiro como assessora sindical, depois como estudante, já encontrei lá, as mulheres castanheiras, ocupando seus postos; o presidente comandando o gerenciamento da mão-de-obra e os diretores trabalhando para que o mando fosse cumprido. Todos eles e elas já estavam lá, independentemente do meu interesse em revelar a vida daquelas trabalhadoras. Outros pesquisadores, inclusive cientistas sociais, já haviam passado por lá e tinham elaborado seus trabalhos como parte da experiência de muitos outros tipos de indivíduos.

No início, senti muita dificuldade em fazer um movimento que para mim nunca foi uma fácil tarefa. O discurso que me levou até a fábrica era de conteúdo sindical, antagônico ao discurso dos patrões dentro da fábrica. Por outro lado, havia a linguagem das mulheres castanheiras. Suas falas oscilavam entre as reivindicações individuais e coletivas e uma fala que, por mais incrível que tenha me parecido na época, se aproxima das *verdades* propagadas pelos que detinham as maiores fatias do poder, do mando, da autoridade dentro da empresa.

Percebi que devia enfrentar o desafio de me afastar de futuros problemas técnicos e também morais, digamos assim, fazendo uma escolha lingüística em não optar pelas linguagens e perspectivas existentes para que eu não falasse por elas, ou então, não

procurasse conduzir minha proposta a partir de todas as definições sobre certo e errado; bom e ruim; justo e injusto, contidas nas palavras e idéias já existentes.

O tempo passava e, de uma hora para outra, não parecia nada daquilo que eu havia pensado. O ônibus chegava perto da fábrica, mais cedo do que eu esperava e fiquei ansiosa, preocupada. O que perguntar? Como fazer? E me vieram à cabeça tantas imagens, encharcadas de suor, lágrimas, gargalhadas, brigas; muitas brigas. Por um instante, lembrei-me de todos aqueles rostos fadigados pela pesada rotina; lembrei-me do cheiro do óleo da castanha em seus suores; evoquei a forma como me contavam a maneira que faziam para se divertir e que, mesmo assim, parecia que a fábrica estava *grudada* na cabeça e na alma de cada uma delas. Lembrei-me de como aqueles corpos estavam condicionados ao manuseio da castanha; corpos que não são enxergados, mas contabilizados pela quantidade de quilos de castanha que devem produzir por dia. Não consegui me esquecer de quando, em nossas conversas na sede do Sindicato, elas me diziam que, muitas vezes, não tinham nem vontade de namorar, manter relações sexuais e, quando faziam, parecia que estavam cumprindo apenas mais uma tarefa. Só que agora fora da fábrica, em seus quartos, em suas intimidades com seus companheiros ou companheiras.

Cheguei à fábrica antes do esperado. Saltei do ônibus e fui aguardar a saída de mais um turno; faltava um pouco mais de quinze minutos. Talvez tenham sido os quinze minutos mais reveladores do início desta jornada. De um lado, aquela legião de mulheres fardadas saindo da fábrica. Algumas arriscavam até um leve sorriso; outras iam cabisbaixas. Como me deu vontade de saber o que elas estavam pensando naquele exato momento....! De outro lado, um grupo de mulheres, muito jovens ainda, todas com a carteira de trabalho na mão, aguardando a oportunidade de entrar na fábrica.

Acho que naquele momento fez sentido a dedicatória que havia recebido de meu melhor amigo, André Luís, quando ele me presenteou com a obra *A Hora da Estrela*¹², de Clarice Lispector, há alguns anos. Acho que ele tinha razão, quando acentuou que a literatura clariciana me motivaria a viver e enxergar aquilo que subjaz ao que a maioria insistia em não perceber.

A minha militância no movimento de mulheres, por meio do campo partidário, somada à assessoria técnico-pedagógica ao Sindicato dos Trabalhadores da Castanha conduziam meus olhares a captar, apenas, as condições socioeconômicas daquela categoria como algo que se apresentava a mim como homogêneo.

Ao longo do meu trabalho de campo¹³, além das operárias que continuam no chão da fábrica, me deparei com muitas operárias que já haviam trabalhado na CIONE e/ou que estavam se aposentando. No início da realização das entrevistas, tentei lançar mão da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores, a fim de que eu pudesse entrar em contato com mulheres que permaneciam na fábrica. Esta se mostrou, no entanto, uma estratégia que se por um lado me dificultou o acesso às informantes, por outro lado, me mostrou muitos aspectos do controle e vigilância exercidos no referido ramo produtivo.

As mulheres tinham medo de conversar comigo. Às vezes só o fato de saberem que eu já havia trabalhado no Sindicato e/ou eu conhecia os diretores e diretoras já era motivo para se reservarem ao silêncio. Algumas delas chegavam a se esconder dentro de casa para não serem vistas comigo, já que, segundo elas, *existe muita castanheira que dedura a gente dentro da fábrica*. Mediante esta situação, comecei a me distanciar do Sindicato, pelo

¹² LISPECTOR, Clarice. *A Hora da Estrela*. Rio de Janeiro. Editora Rocco:1997.

¹³ O trabalho de campo foi realizado de novembro de 2004 a janeiro de 2006 de maneira mais sistemática, realizando as entrevistas, ao mesmo tempo em que acompanhava o dia-a-dia das informantes. A qualificação do projeto se deu em setembro/ 2006. Senti a necessidade de voltar a campo a fim de explorar melhor o que a Banca de Qualificação havia sugerido quanto ao fato de me aprofundar mais ainda nas falas das entrevistadas, extraindo elementos que configurassem esta verdadeira saga, expressa no título deste trabalho.

menos quando da abordagem às operárias. Comecei a acompanhar os horários de entrada e saída da fábrica. Eu fazia exatamente o que eu expressei no título deste capítulo *de porta a porta*, ou seja, eu acompanhava as mulheres dos portões da fábrica à porta de casa. No início, nas primeiras tentativas de conversar para marcar as entrevistas não era muito fácil adentrar suas residências.

Depois, entretanto, que passou a se estabelecer uma relação de maior confiança entre pesquisadora e informantes, foi se tornando menos difícil esta convivência mais íntima, digamos assim; convivência que me permitia entrar, sentar ao sofá, perguntar pelas outras pessoas da casa, comentar sobre alguma notícia local, fazer um lanche, jantar ou simplesmente tomar um café com um trago de cigarro antes de iniciar mais uma conversa.

No horário devido eu estava lá, pronta para acompanhá-las até suas casas, de forma que eu não atrapalhasse a dinâmica de suas vidas que, mesmo depois do expediente diário, deviam cumprir uma série de afazeres domésticos em meio ao horário sagrado de assistir às telenovelas.

Acho importante dedicar alguns parágrafos à narrativa dos muitos momentos em que eu e as mulheres castanheiras assistíamos à telenovelas juntas. É um momento que gosto de ressaltar na metodologia que tentei traçar, já que se constituía como parte de um terreno fértil de análises em que elas expressavam “naturalmente” seus desejos, vontades, mágoas. Eram fragmentos de respostas, às vezes um suspiro, um olhar marejado que me diziam mais do que as respostas que elas tentavam dar ao roteiro da entrevista. Elas se desnudavam de seus medos, inclusive o de conversar comigo, num movimento quase que de libertação com a autoridade devida a quem narra a própria história.

Acompanhei muitos capítulos de tais tramas, observando como ficavam envolvidas com o desenrolar das histórias e de como se aproximavam ou se distanciavam das personagens. Assistir a telenovelas configurava uma forma de lazer que não se associava apenas à falta de outras opções. Muitas vezes, principalmente aos finais de semana, ficar

em casa se constituía como uma escolha ante as demais possibilidades que se apresentavam.

As mulheres castanheiras, mães, trabalhadoras, chefes de família por, aproximadamente, uma hora e alguns minutos, se transformavam em telespectadoras e comentaristas das narrativas que estavam sendo desenvolvidas. A entrevista era suspensa e meu trabalho naquele momento, além de assistir à televisão com elas, era de observá-las mais uma vez e quantas vezes fosse necessário, a fim de que eu pudesse captar naquele jogo de olhares e gestos silenciosos e comentados fragmentos reveladores de suas vidas que diziam respeito às suas jornadas dentro e fora da fábrica, no público e no privado. Era interessante perceber que elas, além de fazer associações diretas entre o que viam e o que viviam, passavam a criar narrativas próprias, mesclando ficção e realidade num jogo onde elas se tornam protagonistas de uma vida (re) inventada, num descortinamento, inclusive de suas intimidades.

Abordar a representação que as entrevistadas fazem das telenovelas se configurou como uma pista que surgiu em meu percurso metodológico, apontando para nuances que eu não havia percebido. Ao se espelhar nas tramas, as castanheiras ficavam mais à vontade para me falar sobre suas vidas antes e depois da fábrica; suas intimidades, o trabalho e a valoração que este trabalho tem em suas vidas. Foi nas frestas de suas respostas que vi surgir, pela primeira vez, uma certa ambigüidade na relação que estabeleciam com a fábrica, ambigüidade esta que se constitui como um dos eixos do meu trabalho, na medida em que abriu vias para que eu pudesse investigar, inclusive, sobre as microformas de resistência que as mulheres apresentam e que não estão, necessariamente, inscritas no seio das lutas sindicais tradicionais e de suma importância na elevação da qualidade de trabalho destas no decorrer dos últimos vinte anos.

O percurso teórico é baseado numa semiótica da cultura, no qual tomo inspiração em Geertz, para quem o trabalho antropológico sempre foi tarefa de *corpo a corpo* — uma grande e complexa experiência de campo —, mas nem por isso menos severa. Por essa via, pude investigar as singularidades dessas mulheres, inscritas sob a égide de classe, raça e gênero. Pude examinar toda a potência de seus discursos, o alcance e a estrutura de suas experiências, promovendo uma via antropológica interpretativa e hermenêutica para alguns, simbólica ou criativa para outros. Foram registrados, e tomei o cuidado para que isso fosse preservado, os pequenos detalhes da vida vivida, na ideia de que a cultura é microscópica, mas também proporciona imensa capacidade descritiva e de interpretação que foge aos modelos de análise preestabelecidos.

Acompanhá-las até em casa não era tão exaustivo, já que morar próximo à fábrica é um dos pré-requisitos para admissão das trabalhadoras. Dessa forma, ainda é comum encontrar muitas castanheiras que residem praticamente coladas às empresas. As demais se espalham, em sua maioria, entre os bairros do Antonio Bezerra, Planalto Pici e Henrique Jorge. Ainda é comum identificar várias operárias sendo vizinhas em conjuntos habitacionais construídos nessas localidades¹⁴, em imóveis precários, de poucos cômodos e que abrigam famílias muito numerosas.

Nas travessias que realizei, coletei informações, montei este mosaico de narrativas que, embora guardem muitas similaridades, não podem ser percebidas como uma uniformidade modelar, já que a singularidade de cada depoimento, de cada trajetória, aponta as dificuldades e as possibilidades, mesmo que às vezes estas se tornem tão remotas, de *Macabéas* marcadas pela jornada de trabalho e pela violência simbólica, psicológica,

¹⁴ O fato pode ser entendido como uma ação de negociação entre o Sindicato dos Trabalhadores, as associações comunitárias e o poder público na identificação de famílias que obedecessem ao perfil estabelecido nos programas habitacionais de interesse social em Fortaleza.

doméstica que, além de se realizar sob seus corpos, atingem, de maneira primordial, suas almas, seu sexo, seus corações. *Macabéas* que, mais do que correr o risco de morrer atropeladas ou não, assim como a de Lispector (1997), se imolam em vida e lutam diariamente pela sobrevivência de suas famílias e contra as *doenças da cabeça e do corpo*: a loucura, a depressão, as síndromes do pânico e outros tantos fantasmas que percorrem seus corpos e mentes. Este cenário se constitui como mais um instrumento de exclusão da mulher castanheira que proporciona a construção social das enfermidades¹⁵.

Voltei minhas inquietações, inicialmente, para as relações de trabalho entre as castanheiras. De seus discursos, vi surgir mais do que protestos contra as más condições de trabalho. Suas falas estavam cheias de angústias, de medos, relatos de um corpo encarcerado e que sofria, não sei até que ponto, pelo ofício que desempenham ou pelo controle disciplinar de suas atividades. Ao mesmo tempo, demonstravam certa dose de alegria, por gostarem da fábrica, por terem amigas com quem podiam conversar, mesmo que de maneira controlada.

Fico pensando que é dessa ambigüidade que surgem as várias formas de micro-resistências que estas mulheres apresentam, resistências que não se encontram entre as bandeiras do movimento sindical como um todo nem nos discursos dos (as) dirigentes, mas que nascem de outro movimento individual e coletivo, que, muitas vezes, só tem repercussão no interior da fábrica, servindo para furar este cerco que parece intransponível,

¹⁵ Sobre ao alto índice de mulheres castanheiras atendidas em hospitais psiquiátricos de Fortaleza, ver CAVALCANTE, Peregrina Capelo. *Uma linguagem sem resposta: o labirinto da doença mental nos hospitais psiquiátricos e contratados pela Previdência Social de Fortaleza. Fortaleza* : 1983.

mas que possui muitas frestas e que, muitas vezes, nem mesmo as que são diretamente atingidas conseguem perceber que estão *furando o cerco*¹⁶.

Os depoimentos descritos ao longo do trabalho tratam de três castanheiras que foram escolhidas dentro do universo de doze entrevistadas. Não revelarei indicações pessoais, tais como: nome, idade, localidade onde mora etc. Elas têm codinomes e expressarei os locais onde elas trabalham no chão da fábrica. Para tanto, achei interessante que pudesse associar estes nomes ao caju e derivados destes presentes na música popular brasileira e nordestina¹⁷.

Dessa forma, ficou assim definido: a primeira se chama Cajuína Cristalina, a segunda Carne de Caju e a terceira Florada do Caju. Estas narrativas concentram aspectos fundamentais na constituição de meu trajeto teórico- metodológico, tendo como grande espaço de discussão a relação entre mulher, capital e trabalho e de que recursos metodológicos, além das entrevistas, eu poderia lançar mão, a fim de que minha proposta pudesse alçar novos vãos que me permitissem me distanciar dos discursos iniciais que me fizeram escolher e ser escolhida por este objeto de pesquisa.

As histórias destas mulheres estão dentro e fora da fábrica, mas, como meu lugar de pesquisa é a fábrica, entendida como uma instituição específica, passo a observar de que maneira esta influencia ou não na vida destas; o que tinham a me dizer sobre essas muitas mulheres inscritas entre os altos muros da empresa que ao término do expediente saem como um exército em direção a suas casas, muitas vezes sem consciência de si mesmas;

¹⁶ Utilizo a expressão *furando o cerco* para revelar o conjunto de pequenas resistências que possam ameaçar o bom funcionamento da fábrica.

¹⁷ A primeira denominação trata do título da música Cajuína, do cantor e compositor nordestino Ednardo; A segunda faz referência a um trecho da letra de autoria do cantor e compositor Alceu Valença; A terceira indicação se refere às chamadas floradas de caju, que invadem as grandes plantações com seus aromas num verdadeiro turbilhão de ventos fortes que acontecem entre os meses de agosto e setembro no Nordeste brasileiro. Tomei inspiração, para definir as denominações nas muitas histórias que envolvem a memória dos pés de cajueiro e das letras musicais.

mulheres que estão há muitos anos na fábrica e que acompanharam as inovações tecnológicas e viram muitas companheiras de trabalho sendo demitidas; que falam sobre as síndromes dos esforços repetitivos; acerca da modificação da cor de suas peles por conta da alta temperatura no interior dos galpões de produção; a respeito da depressão, os medos, a ausência de desejo sexual ou então do apetite sexual em demasia; que expressam a necessidade de subsistência e manutenção do emprego a qualquer custo; ao mesmo tempo, em que falam de suas micro-resistências como forma de enfrentar o mando autoritário no interior da fábrica sem correr o risco de perder o emprego.

A sensação que tenho é a de que fica sempre algo por dizer, ouvir, registrar, interpretar. Quantas vezes as entrevistas não se transformavam em outras entrevistas e assim sucessivamente...! Quantas vezes não saía de suas casas com a cabeça fervilhando de novas idéias. O campo falava por si e saltava de minhas anotações e do que estava sendo gravado, provocando verdadeiro turbilhão de novas pistas que deveriam ser investigadas nos encontros posteriores. Muitas vezes, na relação entre pesquisadora e objeto, os papéis se entrecruzam num emaranhado de descobertas a fazer com que a pesquisa passe a ser patrimônio de todos (as) que embarcam nessa grande aventura e não apenas de alguns ou da autora, especificamente.

3.1 A SAGA DE *MACABÉA*: OS CRUZAMENTOS ENTRE LITERATURA E SOCIOLOGIA¹⁸

Não se trata apenas de narrativa, é antes de tudo vida primária que respira, respira, respira. Material poroso, um dia viverei aqui a vida de uma molécula com seu estrondo possível de átomos. O que escrevo é mais do que invenção, é minha obrigação contar sobre essa moça entre milhares delas. E dever meu, nem que seja de pouca arte, o de revelar-lhe a vida. (LISPECTOR, 1997, p.13)

Percorrendo a obra de Clarice Lispector, presente em minha formação como mulher, mãe, feminista e profissional, me deparei com *Macabéa*, a mulher Clariciana de *A Hora da Estrela* (1977). Vi como a Literatura e as Ciências Sociais são capazes de delinear caminhos que se cruzam no desejo da pesquisa, da descoberta, do fazer ciência. Vi a possibilidade de roubar de Lispector (1997) sua *Macabéa* e trazê-la aos portões da empresa, ao chão da fábrica, às mesas de raspagem e seleção das amêndoas.

Tomei *Macabéa* como um presente inspirador que o tempo havia reservado para mim e, principalmente, para as protagonistas desta história. *A Hora da Estrela* foi deixada por Lispector (1997) como prova do salto que fez de sua inflexão intimista para a leitura desafiadora da realidade.

As protagonistas castanheiras, assim como a nordestina *Macabéa*, protagonista de *A Hora da Estrela*, são mulheres pobres, algumas chegam a ser miseráveis, migrantes em sua maioria, que mal têm consciência de existir, mesmo que escrevam uma história entre a realidade e o delírio, entre o prazer e o trabalho árduo, entre a vontade de se libertar e a necessidade de permanecer na fábrica. Vejo nas castanheiras *Macabéas*, organizadas em

¹⁸ A Sociologia Literária de Clarice Lispector. De toda a produção literária de Clarice Lispector a que mais se aproxima do Nordeste no sentido de um Brasil profundo é, com certeza, *A Hora da Estrela*, última obra escrita pela autora, em 1977, no mesmo ano de sua morte; saga de uma nordestina que migra para o Rio de Janeiro e lá vive um mundo brutalizado que ela masca, mas não cospe. Engole pra dentro. Como *Macabéa*, as mulheres castanheiras também são migrantes, desterritorializadas, anômicas. Suas vidas parecem muito com a ficção clariciana. Vejo, inclusive, que, a exemplo de *Macabéa*, as personagens dessa dissertação parecem estar ligadas a uma experiência com a quiromancia; a vida marcada como um jogo de baralho.

postos, quase em filas, no chão da fábrica, a divisão social e sexual do trabalho, confirmada pelo que Hirata (2002, p. 53)¹⁹ afirma em *Nova divisão sexual do trabalho*, quando fala que “ A exploração por meio do trabalho assalariado e a opressão do masculino sobre o feminino são indissociáveis, sendo a esfera da exploração econômica – ou das relações de classe – aquela em que, simultaneamente, é exercido o poder dos homens sobre as mulheres.”. A máxima traz à cena as relações sociais, culturais, econômicas entre classe social e gênero no mundo do trabalho, e no meu caso, no mundo do trabalho industrial.

Analisando, ainda, mulheres que tocam em *Macabéa*, encontrando-se com elas em muitos pontos: por serem nordestinas, pobres, sem muita consciência do que são e do que querem. Mulheres que se aproximam do que *Macabéa* viveu: a solidão, a migração, o amor não correspondido, os afetos encarcerados, o corpo marcado pelo tempo, pelos anos e pelo destino.

Esta personagem individual participa de uma saga que envolve relações de gênero, corpo, capital e trabalho feminino, num conjunto de relações sociais de classe, pautadas por uma estrutura masculinizada, onde o mando é masculino, onde o controle obedece às regras do grande capital em favor dos altos índices de produção, a fim de fazer com que a fábrica em análise continue recebendo o título de maior exportadora de castanha-de-caju do País.

Macabéa se constitui como uma inspiração tanto literária como metodológica, na medida em que os cruzamentos entre Literatura e Ciências Sociais abre vias de investigação que fazem dessa *Macabéa* castanheira uma personagem individual e coletiva que vive os dilemas da relação estabelecida entre capital e trabalho, mais precisamente, entre corpo,

¹⁹ HIRATA, Helena. *A nova divisão sexual do trabalho – um olhar voltado para o estado e a sociedade*. São Paulo: Jorge Zahar Editor: 2002.

capital e trabalho feminino²⁰. Macabéas que vivem no fio da navalha e que, para elas, talvez, o maior perigo não é o de morrer atropelada, mas de perder o emprego e ficar destituída de toda e qualquer forma de subsistência, alvo dos efeitos colaterais, digamos assim, dos avanços tecnológicos. Na última década, foi registrada uma baixa de 50 % do contingente feminino no chão da fábrica, em razão da entrada de máquinas que passaram a substituir a mão-de-obra feminina. Por exemplo, o corte da amêndoa que, há vinte anos era manual, está totalmente mecanizado. Hoje a empresa conta como um pouco mais de quinhentas operárias castanheiras, distribuídas entre as mesas de raspagem e as esteiras de produção.²¹

A literatura clariciana me inspirou, também, para que eu pudesse enveredar por aspectos interessantes que as mulheres castanheiras passavam a rememorar durante as nossas conversas. Cada Macabéa castanheira não narra apenas a própria história, mas condensa várias histórias. Para tanto, foi interessante perceber que memória e a subjetividade estão intimamente relacionadas, num movimento não apenas relacionado à racionalidade, mas vinculado às representações como elemento determinante das ações humanas. Tento trazer à tona questões relativas à esfera das sensibilidades e da pertença identitária, da memória coletiva e do imaginário social.

As mulheres castanheiras delinham essa memória, fazendo com que se torne configuradora de identidades, criando sentidos de pertença a um grupo específico, inscrito no cenário industrial cearense. Nesse jogo de muitas falas e imagens, elas procuram se fazer visíveis, esclarecendo as representações que fazem de si mesmas, dos outros e do mundo, configurando memórias e identidades culturais.

²⁰ Fonte: Sindicato dos Trabalhadores da Indústria da Castanha (2006).

²¹ Segundo informações das operárias e dos (as) dirigentes sindicais, embora não haja estatísticas oficiais.

Procurei tomar muitos cuidados ao inquirir a memória das entrevistadas. Além dos riscos do esquecimento, o passado nunca é plenamente recuperado. O que se pode obter são interpretações desse passado, permeadas por vivências do presente e, muitas vezes, influenciadas pelas questões suscitadas pela pesquisadora. Entendo, ainda, que aquilo que essas mulheres individualmente me narraram fez parte da vida de inúmeras mulheres que passaram décadas atravessando os portões da empresa e ocupando postos de trabalho nas mesas de raspagem e nas esteiras de seleção das amêndoas.

Posso falar de uma certa *memória feminina*, que inclui aspectos da vida pública e das intimidades. As mulheres têm formas de prender o passado e de poder rememorá-lo. Falo de uma certa memória que se inscreve no cenário das relações sociais de trabalho. Algo que denominei de uma certa *memória do trabalho*²². Quando relatam suas trajetórias individuais no interior da fábrica, estão na verdade fazendo com que várias trajetórias possam ser contadas. Pela memória das mulheres, é possível observar de perto, ou melhor, na vivência do dia-a-dia, os dramas e as alegrias que até então pareciam impossíveis de se apresentar.

²² Uso a expressão para denominar um conjunto de falas que rememoram um breve histórico de vidas individuais e coletivas, inclusive do processo de industrialização da cajucultura no Estado do Ceará. As informantes não sabem bem ao certo, já que o tempo parece embaçar a memória, mas me narram a substituição do trabalho manual no corte da amêndoa, pelo trabalho mecanizado, enfatizando o aumento do desemprego por conta da medida. Além disso, resgatam conquistas trabalhistas importantes para a categoria, tais como: a carteira assinada, a emissão do contracheque, o atendimento ambulatorial, a construção do refeitório, entre outras. A memória do trabalho nas castanheiras relata sobre um tempo, mais de um terço de suas vidas, vivido dentro da fábrica. As transformações do mundo do trabalho, que vão desde o conceito de exército industrial de reserva (MARX, 1848) até o que está sendo denominado por Baumman (2005), como refugio humano.

3.2 Conhecendo Macabéas: Cajuína Cristalina, Carne de Caju e Florada do Caju

Desde o início da pesquisa de campo, achei que seria necessário manter o anonimato das informantes, já que estas temiam retaliação e, até mesmo a possibilidade de demissão. O anonimato, entretanto, é uma forma de poder descrevê-las ao ponto de que a *Saga de Macabéa* pudesse estar presente com toda a sua força neste trabalho. Na tentativa de narrar a história destas mulheres, fui desenhando um caminho teórico-metodológico que investigou sobre a condição da mulher-operária inscrita na relação capital/trabalho, a partir de um estudo de caso específico, entre a empresa escolhida e suas castanheiras.

Das entrevistas que realizei, destaquei três com as quais pude trabalhar de maneira mais densa. Três mulheres, com idades diferentes, com diversificados tempos de serviço, uma com treze, outra com oito e a terceira com cinco anos de fábrica, sem contabilizar os demais anos trabalhados em outras indústrias de beneficiamento de castanha-de-caju.

Cajuína Cristalina, inspirada na letra da música do cantor e compositor Ednardo, é uma mulher de 34 anos, mãe de três filhos, *um de um namoro rápido e duas meninas fruto de seu casamento*. Cajuína tem treze anos de empresa. É operária das mesas de raspagem, no entanto, já tem mais de quinze anos que *lida com castanha*. Primeiro no município onde nasceu, quando tinha um pouco mais de vinte anos. É filha única de mãe solteira. Depois da morte da mãe, veio para Fortaleza no final do ano de 1993. Segundo ela, *a única experiência que tinha na vida era mexer com castanha*. Trabalhou como vendedora numa loja de confecções no centro da Cidade, aproveitando a contratação temporária por conta das festas de final de ano. Teve emprego garantido por dois meses, porém, foi logo dispensada. Morava num quatinho alugado por intermédio de uma antiga cliente de sua

mãe que a conheceu criança e, quando soube que ela havia ficado órfã e sozinha, tratou de ajudar como podia, providenciando o aluguel deste imóvel em Fortaleza.

O tempo foi passando e Cajuína não conseguia *um emprego com carteira assinada*. No começo, resistiu um pouco a voltar a trabalhar com beneficiamento de castanha. *O trabalho era pesado. É bom, mas era pesado*. Ela queria trabalhar com outra coisa, mas não conseguiu. Com pouco tempo que já estava contratada. Engravidou do primeiro filho, fruto de um relacionamento rápido. Como a própria gosta de dizer, *tive a sorte de não ser colocada prá fora do emprego*, como chegou a acontecer com muitas outras, que não eram nem contratadas porque estavam grávidas.

Agora, Cajuína tinha vinte e três anos, mãe solteira de um filho recém-nascido, moradora do bairro Henrique Jorge e castanheira. Nas primeiras conversas que tive com ela, notei que parecia que o destino já havia sido traçado e que sua vida não seria muito diferente da vida de sua mãe, costureira, que havia morrido de câncer nos pulmões, vítima do uso abusivo de cigarro.

O tempo foi passando. Seu filho foi crescendo. Até que conheceu seu atual companheiro, há dez anos, numa festa de aniversário da filha de uma colega sua de trabalho.

Era Domingo à tarde. Eu tava meia cansada, a semana tinha sido pesada e eu num tava muito afim de sair de casa. Só que nessa época meu menino passava o dia na com a filha mais velha da minha vizinha, eu pagava um dinheirinho a ela, e eu quase não tinha tempo prá sair com ele. Resolvi ir e ainda bem que eu fui. Foi lá que eu conheci o amor da minha vida. O homem que fez com que eu esquecesse tudo que eu tinha passado na vida. Morando só. Criando meu filho só. Sem ajuda de senhor ninguém. Não é fácil. Mas passou... Não tenho a melhor vida do mundo. Meu marido virou alcoólatra depois que perdeu o emprego. Hoje vive perambulando, jogando e bebendo. Eu nem digo mais nada. Ele não faz mal a ninguém, só a ele mesmo. Gosta do meu menino que não é filho dele. Trata as menina bem... Um tempo desse, andou me dando umas pancada. Mas, já faz muito tempo que ele não faz mais isso.. Passa o dia inteiro aqui na rua ou então faz algum bico por aí de servente ou de segurança. O dinheiro que entra em casa

é o da castanha e alguma coisa que eu costuro ou cozinho prá fora. Mas dá prá ir levando... Meu menino tá estudando e trabalhando. Ele é estagiário do estado... Ele já tem 14 anos... é o meu rapaz. (Depoimento, setembro 2005).

Cajuína falava comigo, fumava um cigarro e tinha seus olhos encharcados de saudades, de boas e más lembranças, principalmente de sua *mãe que morreu nova e não conheceu os netos*. Ela se ressentia de um passado difícil, ao mesmo tempo em que acreditava ser muito feliz, apesar de todas as dificuldades que passava e que tinha passado.

Minha velha mãe, mulher de coragem. Me criou em cima de uma máquina de costura. Costurava noite e dia prá quele povo do ... (cita o município que nasceu). Era só eu e ela. Ela perdeu os pais muito cedo. Moravam num interiorzinho. Viviam da roça. Minha vó não teve muitos filhos. E mais do meio pro fim só ficou minha mãe e uma tia minha que eu quase não tenho notícia. A família se acabou. Sinto muita saudade dela. Nossa vida era difícil, sacrificada, mas eu sempre fui muito feliz. Meu pai, esse eu nunca conheci. Sumiu no mundo. Não sei nem o sobrenome dele. Só sei que se chamava Augusto. Tive vontade de botar o nome do meu menino de Augusto, em homenagem a ele. Mas, quer saber ele nem quis saber de mim nem da minha mãe, prá que que eu ia fazer isso? (Depoimento, setembro 2005).

Cajuína começou a trabalhar com beneficiamento de castanha-de-caju aos dezoito anos de idade. Foi seu primeiro emprego. Queria trabalhar fora de casa. Não queria ter o mesmo destino de sua mãe que, segundo ela, havia se acabado em cima de uma máquina de costura. Trabalhar fora, na maior fábrica que existia no pequeno município, podia fazer com que ela tivesse um futuro diferente, no entanto, não foi assim que tudo aconteceu. Como ela mesma gosta de dizer, *meu sonho foi por água abaixo*. Tudo aconteceu diferente.

O trabalho era muito duro, a gente não tinha liberdade prá fazer nada. Não mudou muita coisa não. Nos quinze ano que eu tô na castanha, descontando o tempo que eu fiquei parada depois que eu vim me bora prá Fortaleza, o que mudou foi o desemprego depois que as máquina tomarum de conta do que a gente fazia. Se por um lado a gente não tem mais que cortar amêndoa na mão, por outro parece que eles querem que a gente trabalhe o dobro prá compensar essa facilidade. A (cita a empresa em que trabalha) mal parece uma empresa. Tem uma coisa diferente lá que eu não sei direito o que é. Parece que a gente tá presa, vigiada num sei por quem. Não sei se é o véio, o dono. Não sei... Mas que tem uma coisa diferente das outra tem. (Depoimento, setembro 2005)

Cajuína falava de uma coisa diferente das outras empresas. Uma certa diferença que a fábrica guarda em suas relações sociais de produção. A indústria de beneficiamento de castanha-de-caju é marcada pelo alto grau de exploração da mão-de-obra trabalhadora, feminina por excelência. Isso não é uma característica exclusiva à fábrica destacada. O que talvez Cajuína fale que existe de diferente na empresa é a maneira como estas relações se apresentam, numa espécie de travessia entre a soberania e a disciplina, que não foi completada. Além disso, a figura do presidente da empresa, em suas características patriarcais, autoritárias e personalistas, contribuem para que essas relações se constituam como um conjunto entre as chamadas *novas e velhas* práticas de controle.

A poucos metros dali, no mesmo Conjunto Habitacional, construído pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, mora Florada de Caju, no frescor de seus 21 anos. Menina bonita, filha mais velha de uma família de cinco irmãos, ela e os dois mais velhos fruto do primeiro casamento de sua mãe. Os dois mais novos, fruto de um relacionamento extra-conjugal de sua mãe com um homem casado e vinte anos mais velho do que ela.

Flora, para esta pesquisa, representa toda a juventude de mulheres que se tornaram operárias da indústria de beneficiamento de caju e que passam anos de suas vidas em mesas de raspagem e esteiras de seleção das amêndoas, em longas e penosas jornadas de trabalho. O que mais me chamou a atenção do depoimento de Flora, admitida à fábrica aos dezenove anos de idade, são as formas de micro-resistências que ela descreve. Não sei se pela idade, por essa espécie de impetuosidade da juventude, mas Flora consegue me narrar os pequenos boicotes que são realizados por elas ao longo da jornada de trabalho, como forma de *furar*

*um cerco*²³ quase intransponível. No começo, tive dificuldade de abrir espaço para que elas falassem, por exemplo, do *corpo mole*, estratégia muito comum para retardar a produção, mesmo correndo o risco de sofrer alguma penalidade.

No começo, logo quando eu cheguei na fábrica, eu era muito caxias, sabe né. Emprego novo eu queria fazer tudo que me mandavam. Às vezes, eu fazia mais do que era prá fazer. Mas com o tempo a gente vai vendo que não adianta, que não vale a pena. Fui vendo que trabalhar demais só ia enricar (cita o dono da fábrica). O véio é grosso e chato. Se acha o dono do mundo, junto com aquele outro gerente. Eu tenho abuso desse povo. Tenho certeza de que não vou mais passar muito tempo (cita o nome da fábrica). Eu faço meu trabalho direito, mas sou muito atrevida prá agüentar tanto desaforo... Eles tentam controlar tudo, mas a gente dá um jeito de dar um escapolida...Sabe como a gente faz? Faz hora na produção, pede prá ir ao banheiro, mesmo que as fiscal não deixe, sabe... A gente vai levando. (Depoimento, setembro 2005).

Flora me fez perceber que as micro-resistências formam um conjunto de estratégias que se apresentam como pequenas ameaças, às vezes quase imperceptíveis, ao funcionamento daquela verdadeira máquina de guerra. Além disso, são reações ao controle que a fábrica exerce, a fim de consumir a mortificação do eu (GOFFMAN, 2002) entre os operários, especialmente entre as mulheres.

Estas silenciosas formas de resistência não se contrapõem e/ou substituem às grandes bandeiras de luta colocadas pelo movimento sindical tradicional. É importante ressaltar, porém, que, se o capital não consegue calar totalmente essas mulheres, o sindicato também não está sendo a única voz capaz de fazer com que suas necessidades sejam expostas e, às vezes, atendidas. E, apesar das operárias estarem submetidas a uma superexploração de sua mão-de-obra, isso não faz delas robôs totalmente controlados,

²³ Expressão utilizada para denotar uma estratégia de boicote à exigência de ritmo acelerado da produção. A dicção *corpo mole* expressa lentidão, falta de interesse em atingir as metas diárias exigidas. Segundo elas, isso é uma forma de reduzir a riqueza dos donos da fábrica.

incapazes sequer de organizar pequenos boicotes, como forma de comprometer o bom funcionamento da máquina.

Fazer corpo mole, se referir ao dono da fábrica de maneira jocosa, tentar fazer em casa tudo o que não podem fazer quando estão na fábrica são exemplos de pequenas estratégias que tentam furar o cerco do *panóptico*, do olho que tudo vê sem ser visto.

Eles pensam que mandam até na cabeça da gente. Querem que a gente faça tudo que eles querem que a gente faça. Não. Não pode ser assim não. A gente é empregado, tá bom. Mais mandar nas nossa vida até quando a gente tá fora da empresa, isso não. (...) Às vezes, logo no começo, quando eu era muito viciada no trabalho, a fábrica, o cheiro, o barulho, o olhar das fiscal tudo parecia um pesadelo. Agora eu já tô mais acostumada, parece até que encaixou. Mas, eu não quero passar o resto da minha vida separando castanha não. Eu mermo não. (Depoimento, setembro 2005).

De uma certa forma, o que Flora me relata, também foi expresso pelas demais informantes. Seu discurso, no entanto, sempre foi o mais incisivo. No início, até pensei que ela tivesse alguma ligação mais orgânica com a luta sindical, mas estava enganada. Não tem ligação com partido político, nem com sindicato, nem com movimentos de igreja ou de bairros. Sua vida é de casa para o trabalho. Tem muitas obrigações domésticas, dividindo boa parte do sustento da casa com sua mãe, que foi castanheira, por pouco tempo, e há mais de quinze anos trabalha como empregada doméstica num bairro nobre da Cidade. Aos finais de semana, Flora tenta dividir o tempo entre a família e o namorado, que passa o dia inteiro trabalhando num frigorífico no centro de Fortaleza.

Eu tentei me matricular numa academia, mas o dinheiro não dá e sou que nem a minha mãe: não aceito nada de macho nenhum. Já basta os que tentam mandar em mim dentro da empresa. Tá vendo negócio de namorado pagar conta, depois ele tá aí querendo fazer e desfazer da gente. Quando não querem bater. Tem muita amiga minha na empresa que apanha do marido e continua casada com ele. Eu não entendo porque tudo isso. (Depoimento, setembro 2005)

Talvez pela pouca idade, ou pelo pouco tempo de fábrica, mas Flora consegue mostrar inquietude diante das situações vivenciadas. Inquietude esta que se traduz de uma maneira mais combativa em relação às demais; combatividade não associada diretamente à luta sindical, por exemplo. Conquanto, Flora reconheça o papel fundamental que os movimentos desempenham na conquista e garantia de direitos. Esse discurso, todavia, não é predominante em sua fala. Ela depõe sobre outras estratégias, a respeito de outros micro-poderes que Foucault trata em sua *Microfísica do Poder* (1997) e *Vigiar e Punir* (2002), prioritariamente, e que tratarei mais adiante, de maneira mais sistemática.

Flora me indicou a terceira informante, Carne de Caju. Muito amigas, a tem como uma filha mais velha, talvez por ter perdido sua primeira filha, aos seis meses de idade, vítima de meningite. Carne de Caju mora com seus quatro filhos homens do primeiro casamento. A relação homossexual é muito mascarada, tanto que a companheira, conforme ela própria diz, prefere não morar com ela, pois tem um namorado de muitos anos e a família não aceitaria a nova relação.

Fui casada com um homem que parecia mais um bicho. Foi o primeiro homem da minha vida. Eu trabalhava em casa de família e ele trabalhava numa oficina perto do prédio onde eu morava. Ele cuidava dos carro dos meus antigo patrão. No começo era tudo muito bom. Foi meu primeiro homem, eu só tinha dezesseis anos. E quando eu vi já tava morando com ele num quartinho nos fundo da casa da mãe dele que sempre morou aqui perto da fábrica e grávida da minha primeira menina que morreu com seis meses de meningite... Acho que nunca vou me recuperar dessa dor medonha. Já faz quase vinte anos e parece que foi ontem que eu perdi minha princesa. Não sei se foi a morte dela. Acho que tanto ele como eu, sabe, a gente se achou culpado. (Pausa) A mãe dele sempre foi muito boa prá mim até hoje. Mesmo depois que arranjei uma mulher prá viver comigo. Sabe, acho que fiquei assim depois de ter passado mais de dez anos apanhando prá acordar e apanhando prá dormir. Era assim, sabe. Chegou um dia que eu desisti de sofrer, arranjei outro emprego. Nessa época eu já tinha meus quatro filhos, tudo homem, tudo filho do infeliz. Minha sogra me apoiou muito e eu consegui sair de lá e vim morar aqui. As menina da fábrica prá quem eu vendia Avon e fazia as unha delas, me arranjaram esse emprego. Elas avisaram que não era lá grande coisa, mas que eu precisava de uma renda fixa prá poder me livrar da peste do meu ex-marido (choro). (Depoimento, setembro 2005).

Esse é um trecho de uma de minhas entrevistas com Carne de Caju (julho/2005). De Caju, como ela quis ser identificada, é uma mulher de meia idade, homossexual, chefe de família, trabalhadora e muito bonita. Achei que ela merecia um nome que pudesse descrevê-la da melhor maneira possível.

A história desta mulher castanheira se destaca pela densidade com a qual me narra os fatos. Sua narrativa tem muita emoção de um passado que, mesmo que a faça sofrer, não pretende esquecer. Pelo contrário, reafirma para que possa destacar que o superou e que hoje leva uma vida muito melhor do que a de antes, apesar de todas as dificuldades. O grande dilema de De Caju é o trabalho pesado e, segundo ela, a impossibilidade de conseguir outra ocupação que possa, bem ou mal, lhe render um salário fixo no final do mês.

Bem ou mal, trabalhar na castanha me trouxe mais liberdade. Foi com esse emprego que eu consegui me libertar daquele sem vergonha. Sei que não é o melhor emprego do mundo. Mas, é com ele que eu sustento o povo daqui de casa. Prá completar eu ainda faço unha e vendo perfumaria e jeans. Pode parecer pouco, mas meus menino ajuda muito. Os quatro tão estudando e o mais velho já trabalha numa lanchonete ali na Bezerra (Avenida Bezerra de Menezes). Além disso, eu ainda ganho bolsa-escola dos dois menor. O dinheiro vai prá minha sogra e ela passa prá mim. Ela continua muito boa prá mim...também ela sabe que nessa história quem nunca prestou foi o traste do filho dela que graças a Deus se engraçou com uma pobre coitada aí e foi morar no interior. Tomara que nunca mais ponha os pés aqui. Inclusive faz é tempo que eu não vejo ele. A mãe dele, de vez em quando, consegue arrancar um dinheirinho da mão dele pro meu mais novo que é o preferido dele. Por ele, o menino tava era morando com ele. Mas filho meu não sai de perto de mim. Já perdi minha menina, não aguento perder outro filho não... Deus me defenda disso de novo, eu prefiro morrer do que dar um filho meu prá alguém...(...) Eu falo muito né, Nágyla ? É prá compensar todos os anos que eu apanhei calada. A única coisa que eu ainda tenho que guardar é meu namoro. Tu me acredita que além de ti, agora, a única pessoa que sabia era minha sogra. Eu não sei nem porque eu te contei. Se tu não disser meu nome nem onde eu moro, tu pode botar isso no teu trabalho, viu. O véio ia ficar louco, o bicho tem horror à sapatão. Se ele soubesse o tanto de sapatão escondida que tem lá, acho que pela vontade dele ele botava nós tudinho prá fora... (risos). (Depoimento, julho 2005).

A leitura que De Caju faz da homossexualidade feminina dentro da fábrica também tem como pano de fundo a possibilidade de resistir ao mando vigente que condena toda e qualquer orientação que fuja aos padrões tradicionais de comportamento. Quando ela garante que seriam todas demitidas, está dizendo, em outras palavras, que a referida orientação sexual é uma ameaça à ordem e ao processo de produção. Tudo deve estar plenamente controlado e tal situação fugiria ao controle disciplinar da fábrica. Na verdade, diferente do que De Caju pode pensar, o presidente da empresa enxerga todas as situações dentro da fábrica, inclusive os casos de homossexualidade feminina. Nada escapa ao olho que olha sem ser visto. E faz disso um motivo, mesmo que sem ser revelado, para elevar as cobranças sobre o trabalho feminino.

De Caju relata suas experiências com riqueza de detalhes. Tem um depoimento denso, cheio de pequenas grandes tragédias pessoais, como a morte da primeira filha. Fala de sua amizade com Flora e a família dela.

Eu morro de dizer a Flora: mulher tu não te engraça demais com esse teu namorado. Olha, olha!! Depois tu pega um bucho, tá arrependida. Tu é uma menina que tem estudo, não pode ficar que nem eu, raspando castanha até se aposentar. Mas ela é ajuizada. Ajuda muito a mãe dela. Uma batalhadora, a mãe da Flora. Tem um caso com um homem mais velho do que ela, ele é casado, sabe? Não é segredo prá ninguém. Acho que até a mulher dele sabe. Mas, até que ele bom. Nunca se meteu a besta com a Flora. Tu sabe, né? Menina nova, bonita e pobre é tudo que eles querem prá usar e abusar. Mas, ele não. A Flora até que gosta dele...Eu gosto muito do povo da casa dela. Meus menino tem amizade com os irmão dela. Se a família da minha namorada fosse que nem a da Flora, acho que ia dar prá todo mundo se entender melhor. Mas, ela não tem coragem de largar o noivo. Eu já disse que ela tá enganando ele. Que isso num tá certo. Mas, ela não se importa. Quer ser mãe. Quer engravidar e comigo não dá, né. (Depoimento, julho 2005).

Apesar de tudo o que De Caju me narrou, é importante dizer o quanto ela foi resistente ao primeiro contato. Flora foi minha principal interlocutora²⁴, a fim de que ela pudesse ser convencida pela importância do trabalho e de quanto sua fala seria importante para compor esse conjunto de depoimentos. Quando o assunto era a fábrica, propriamente dita, ela gostava de ser entrevistada junto com Flora. Ela dizia que Flora tinha a cabeça melhor, que podia me falar coisas que talvez ela não soubesse, no entanto, eu percebia que, ao pedir a companhia da colega, quase a filha perdida, De Caju queria se proteger e ter em Flora uma espécie de cúmplice naquela aventura.

Tu quer que eu chame a Flora? Acho que essas coisas que tu tá me perguntando, é melhor conversar com ela também. Ela pode me ajudar a lembrar de coisa que a cabeça pode falhar. (Depoimento, julho 2005).

Pede ao filho mais novo que vá chamar Flora que está a poucos metros dali conversando com um amigo do namorado de sua mãe. Flora vem correndo e já comentando:

Mas tu, hein?! Não larga de mim. Depois tu não reclama se tiver gente com ciúme de ti comigo (Risos). (Depoimento, julho 2005).

De Caju responde:

Larga de besteira que eu tenho idade prá ser tua mãe. Não gosto de gente nova demais e nem tudo gosta de velho que eu sei (Risos). (Depoimento, julho 2005).

²⁴ Conheci Flora em maio de 2005. No início, ela se colocou muito disponível a ser minha interlocutora junto às outras castanheiras, no entanto, tinha uma certa resistência a ser entrevistada, pois achava que, por ter pouco tempo de fábrica, não teria muito a contribuir. Com o passar do tempo e na medida em que ela se aproximava dos diálogos com Carne de Caju, Flora foi ficando mais acessível. Eu sempre brincava com ela, dizendo que ela foi uma boa informante para depois se tornar uma entrevistada, digamos assim.

A primeira vez que falei com De Caju sobre a fábrica, acolhi seu pedido de ser entrevistada junto a Flora. Com o tempo, ela foi ficando mais à vontade e marcava de se encontrar comigo perto da fábrica, a fim de me conduzir até a casa de sua ex-sogra, que mora bem próximo à empresa.

É como eu sempre te disse, a empresa foi a minha salvação. Mas, eu não vou dizer que é o melhor emprego do mundo. Tá é longe de ser. Ali a gente é explorada. Pense... Antigamente, quando o sindicato era mais forte, até greve a gente fazia. Teve uma vez que teve gente arrastada pelos cabelo de dentro da fábrica. Teve até polícia. O véio é o cão. Oh home do meu abuso. A gente mal vê ele sabe. A gente só vê as fiscal e o tal de (cita o nome do gerente de produção). Passei foi tempo prá saber o nome dele. O trabalho não é muito ruim. Ruim é não ter liberdade. Minha sogra já foi castanheira. Ela me disse que hoje as coisa tão melhor, mas eu não acho que melhorou tanto assim, sabe. A gente continua sem poder conversar, a gente continua ganhando pouco, a gente continua tendo que chegar muito cedo. As melhora que tiveram é porque também num dava prá ser de outro jeito. Não dava prá trabalhar sem carteira assinada, não dava prá continuar almoçando no pé do muro, né. Eu não vejo isso como melhora. O tal do ... (cita o nome do encarregado geral, digamos assim) comentava até que era prá gente trabalhar melhor. Dá mais dinheiro pro dono. (Depoimento, julho 2005).

Outro diferencial que vejo nos relatos de De Caju é a visão mais politizada que tem da luta das mulheres castanheiras, além de deixar claro nas entrelinhas um certo sentido identitário. Quando ela fala *a gente*, deixa clara a idéia de grupo, que se aproxima e se afasta, de categoria (conceito incorporado pelos movimentos sindicais) de operárias castanheiras que devem ter suas condições sociais de trabalho elevadas coletivamente, ao mesmo tempo em que destaca as características pessoais e de classe destas, afirmando a homossexualidade feminina, a chefia de família, as mães solteiras, os vários relacionamentos amorosos, a violência doméstica, as famílias numerosas etc.

Fiz a escolha de condensar os depoimentos destas três entrevistadas, a fim de que o conteúdo extraído de suas falas pudesse inaugurar no trabalho o que chamo de Saga de uma

Macabéa, servindo como diretriz para as questões que desenvolvo posteriormente quanto à relação capital, corpo e trabalho. O texto é ainda permeado por depoimentos de nove outras informantes e de três informantes, distribuídas nos setores de raspagem e seleção das amêndoas e ex-funcionárias (os). O critério de escolha destas ocorreu pela idade, condição de chefia da família e tempo de serviço na fábrica.

A literatura clariciana acompanha este trabalho, a fim de que minhas inquietações ecoem, contribuindo para que eu contribua no desmonte de modelos preestabelecidos e que eu possa desenhar outra via de investigação, com vistas a desvendar o obscuro, a tocar o inacessível, a destruir o que se tem como pronto e de realizar o que parece impossível. *Macabéa* é meu esteio nessa viagem que fiz pelos corredores e grandes galpões da empresa. Esta personagem individual participa de uma saga que envolve relações de gênero, corpo e trabalho feminino, num conjunto de relações sociais de classe, pautada por uma estrutura masculinizada, onde o mando é masculino, onde o controle obedece às regras do grande capital em favor dos altos índices de produção.

Macabéas que acordam cedo, muito cedo, já que se responsabilizam pelo trabalho de reprodução social dentro e fora de casa, pois como sempre costumam dizer “*antes de sair prá irem trabalhar, devem deixar tudo pronto.*” Cuidando dos filhos e filhas, dos companheiros e companheiras, dos entes mais velhos e doentes, daqueles que necessitam de atenção específica; *Macabéas* que me narraram, tantas vezes, suas dores, seus temores, suas vidas que pareciam não pertencer a elas, mas indivíduos que pareciam ser da fábrica e dos que dependiam do trabalho delas para sobreviver. Quantas não reclamavam das fortes dores de cabeça, de um cansaço do corpo e da alma, de uma dor que parecia não cessar. Quantas vezes, ainda quando eu estava como assessora do Sindicato dos Trabalhadores, não

tomávamos café juntas, enquanto conversamos e elas fumavam para aliviar o peso do dia a dia.

Não sei direito como eu fui parar na fábrica. Morava aqui perto. Tinha engravidado e o caboco, pai da minha filha, acabou nem registrando a menina. Eu era novinha, bem feitinha de corpo e precisava sustentar a minha filha. Hoje ela já é uma moça e graças a Deus estudou, para não virar castanheira.... Sabe, Nágyla, a castanha tirou muito a minha saúde. Não sou mais a mulher que eu era há vinte anos atrás. Mas, com meus menino vai ser diferente..(Depoimento, operária da mesa de raspagem, 2005).

São mulheres que, muitas vezes, se afastavam de *Macabéa*, pois nem tão sozinhas como a personagem clariciana, muito pelo contrário, possuem famílias numerosas, com muitos (as) filhos (as) e netos (as); famílias que fogem aos padrões convencionais e se organizam em torno de novos arranjos, tais como: uniões estáveis; uniões homossexuais; mães solteiras/ chefes de família com filhos e filhas frutos de mais de um relacionamento e assim por diante. Por outro lado, todavia, às vezes, me falavam a respeito de uma certa solidão, aquela parecida com a de *Macabéa*, quando procurou os serviços de uma cartomante que pudesse lhe adiantar o que o futuro lhe reservava. Solidão que não se relaciona, diretamente, com o fato de não se reconhecerem como mulheres sozinhas, mas solidão de um futuro que parece reservar apenas o trabalho difícil da fábrica, um horizonte sem muitas perspectivas. Quando eu falo deste futuro, me refiro a um tempo um tanto quanto imediato, já que o dia-a-dia não permite que elas possam planejar suas vidas a longo prazo.

Para as que *estão há muitos anos na castanha*,²⁵ fica difícil imaginar a vida sem a fábrica. Algumas das que se aposentaram na fábrica me relataram o quanto a sua vida foi

²⁵ Expressão utilizada pelas entrevistadas para discorrer sobre o tempo de serviço nas indústrias de beneficiamento de castanha-de-caju.

pautada pelo cotidiano industrial. Estas acompanharam o chamado crescimento do setor e da empresa. Contribuindo para que a empresa alcançasse o patamar econômico atual.

Ás vezes, eu acho que nasci e me criei na castanha. Quando eu cheguei lá eu tinha doze anos de idade. Era uma menina veia. Nessa época não tinha nem carteira assinada. Foram tempos difíceis... Entrei e saí da fábrica algumas vezes. Hoje, tenho um filho que trabalha lá e no próximo ano vou tá me aposentando. Sustentei minha família e comprei minha casa com o dinheiro que ganhei na castanha. (Depoimento, operária do setor de seleção, mais de 25 anos de fábrica, 2005).

Quando eu entrei na fábrica, o dono era pobre ainda. A fábrica era pequena... Depois eu saí, passei um tempo fora e depois voltei prá fábrica. Foi de lá que eu tirei o dinheiro para criar meus filhos e ajudar meu marido na compra de nossa casa. Foi a custa de muito trabalho, muito trabalho mesmo. (Depoimento, operária do setor de seleção, mais de 25 anos de fábrica, 2005).

As mulheres castanheiras, a exemplo de *Macabéa*, se misturam e, ao mesmo tempo, se destacam das milhares de moças e mulheres nordestinas, migrantes, filhas de mães solteiras que se espalham por toda parte: nas fábricas, nos hospitais psiquiátricos, nos bordéis, atrás dos balcões das grandes lojas, supermercados e ainda trabalhando até que fiquem estafadas. Nem todas, entretanto, se percebem como peças de uma grande engrenagem, de uma *máquina perversa de fazer loucos*²⁶ (as), como já nos disse Frota (1984) há mais de vinte anos atrás, quando defendeu dissertação de mestrado, aqui nesta Universidade, sobre o trabalho nas fábricas de beneficiamento da castanha-de-caju no Estado do Ceará. Estas não notam, ou pelo menos parecem não notar, que são facilmente substituíveis, independentemente do desempenho que venham a ter na produção. A atividade de produção deve ser minuciosamente controlada, vigiada em todos os seus gestos, até mesmo quando estão fora da fábrica, já que, embora haja um discurso de que não importa o que aconteça fora dos portões da empresa, é importante ressaltar, por

²⁶ FROTA, Helena de Paula. *A Indústria de Beneficiamento de Castanha de Caju: Uma máquina de fazer loucos*. Fortaleza: 1984. Dissertação de Mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará.

exemplo, que as operárias não têm a liberdade de conversar com os diretores e diretoras sindicais.

4. CASTANHEIRA: PERSONAGEM INDIVIDUAL E COLETIVA INSCRITA NA RELAÇÃO CORPO, CAPITAL E TRABALHO

Nossa *Macabéa* traz à tona a possibilidade de debatermos sobre a elaboração social do corpo feminino, a partir de seus silêncios e de sua eloquência. Da forma como se coloca nos espaços da casa e da rua; no sagrado e no profano; na festa e no trabalho. Corpo de direitos sexuais e direitos reprodutivos que foi historicamente transformado em objeto de manipulação do discurso médico, confiscado pelos religiosos, encarcerado por formas perversas de trabalho.

O corpo feminino transita entre reinar e padecer nos diversos momentos históricos das sociedades, identificado, muitas vezes por seus mistérios e suas forças. Nada mais individual que o corpo e por conseguinte, nada mais político. O corpo político-social se situa não apenas preso ao privado ou ao pessoal, mas substancialmente vinculado ao lugar, ao território, ao espaço público onde atuam a comunidade, a fábrica, o Estado, a família, o mercado, as religiões.

O silêncio que envolve as mulheres e seus corpos ainda impressiona. O corpo feminino está presente em todas as esferas: na Poesia, na Medicina, na Política, na Religião, no entanto, esse corpo exposto é opaco. Fala-se sobre ele, mas ele próprio se cala. As mulheres não devem falar sobre ele, a não ser que seja dentro de uma lógica que ressalte os aspectos socialmente legítimos do corpo, como, por exemplo, a saúde para fins de reprodução, a limpeza e ainda a saúde, aliada à chamada beleza oficial do corpo feminino. Agir assim é apresentar a marca da feminilidade.

Estudar a construção/ apropriação social do corpo é uma estratégia importante para os cientistas sociais, já que o corpo se constitui como o mais natural, o mais concreto, o primeiro patrimônio que o homem possui. Deve ser encarado pelos cientistas sociais como uma categoria própria que se articula a outras categorias sociais. Não devemos apenas encará-lo como outros ou como vários, sob o risco de não enxergar que o corpo, como categoria social, possui seu lugar próprio no domínio das Ciências Sociais. (BRANDÃO, 1980).

As mulheres castanheiras têm muito a dizer às Ciências Sociais, já que estas têm como objeto de análise tudo aquilo que for expressivo no corpo, tudo o que depender de códigos singulares a determinados grupos sociais. Não estamos tratando, apenas, de fenômenos universais. Estamos analisando um grupo social em particular, dentro de um universo maior que abrange a mão-de-obra industrial feminina, no ramo de atividade tradicional em nosso Estado.

4.1 O lugar da mão-de-obra feminina na divisão social e sexual do trabalho

As relações sociais de produção estão em permanente ebulição no interior das fábricas de beneficiamento da castanha-de-caju, lugar de trabalho para as mulheres castanheiras, no qual são desenvolvidas relações sociais de produção, pautadas na existência de classes sociais antagônicas e na divisão social e sexual do trabalho.

A forma do valor do produto do trabalho é a mais abstrata do modo de produção burguês, ficando caracterizado como uma espécie particular de produção social. Se esta for pensada como a eterna forma natural da produção social, não serão visualizadas as especificidades da forma de valor, de mercadoria e dos seus desenvolvimentos posteriores:

do dinheiro, a forma capital e assim por diante, definindo que, para a consciência burguesa, a produção que domina o homem é uma necessidade tão natural quanto o trabalho produtivo²⁷.

Aqui está situado o trabalho alienado discutido por Marx, quando teoriza dizendo que a alienação do trabalho esta caracterizada a partir do momento em que o trabalhador e a trabalhadora não se apropriam do que produzem, nem do processo de trabalho. O trabalho estranhado se objetiva nesta ausência de apropriação. A relação social de produção é naturalizada como fruto de um intenso processo de produção social. O trabalhador e a trabalhadora operam o milagre da produção.

Na formulação de Marx, o trabalho é a categoria fundante da sociabilidade humana, afirmando que o trabalho distingue o homem dos outros animais, tornando-se um ser social, pois prepara as próprias condições de sobrevivência.

Teixeira (1995)²⁸ explica o fato de que o trabalho tem dupla dimensão. A primeira, relacionada ao aspecto da condição de existência humana que demanda ao homem a transformação da natureza como meio para satisfazer suas necessidades; a segunda, quanto ao caráter de atividade universal criadora de *valor de uso*, que se efetiva no interior e por meio de formas específicas de sociedade historicamente determinada. Para Marx, portanto, o trabalho não é um mero fator de produção, mas o princípio histórico de sociabilização das formas produtivas. Entendido dessa forma, as ações executadas pelos indivíduos em sociedade assumem um caráter de relações de produção.

²⁷ Sobre o conceito de Trabalho, ver TEIXEIRA, F.J.S. *Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital*. São Paulo: Ensaio, 1995, pp 49 – 56.

(...) as relações sociais de produção, alteram-se, transformam-se com a modificação e o desenvolvimento dos meios materiais de produção, das forças produtivas. Em sua totalidade, as relações de produção formam o que se chama de relações sociais, a sociedade, e, particularmente, uma sociedade num estágio determinado de desenvolvimento histórico, uma sociedade de caráter distintivo, peculiar. (MARX, 1988, p.96).²⁹

Somado a estas questões, MARX e ENGELS, expressam que essas relações é que constituirão a estrutura econômica da sociedade: “*O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a realidade. Ao contrário, é a realidade que determina sua consciência*” (MARX E ENGELS, 1848)³⁰. Aqui fica registrado o caráter de *valor de troca*, que também define uma forma específica de integração social, na qual os bens produzidos são encarados como mercadoria.

Nesse momento, vale ressaltar, a mercadoria entendida como trabalho morto, corporificado, assume um caráter de fetiche, perdendo a representação do valor e do trabalho. *Magicamente* toda a produção desaparece, cedendo lugar apenas ao produto final – a mercadoria. O capital é o maior exemplo de mercadoria fetichizada, por parecer não precisar do trabalho para se constituir. A produção e reprodução do capital também são relações sociais de produção.

²⁹ MARX, Karl. “Infraestrutura e superestrutura: prefácio a Crítica a Economia Econômica Política”. In: IANNI, Octávio (org.). *Marx: Sociologia*, Coleção Grandes Cientistas Sociais, 8ª edição, São Paulo: Ed. Ática, 1996.

³⁰ MARX, K. & ENGELS, F. *O Manifesto do Partido Comunista*. 4ª edição, Petrópolis – RJ: Ed. Vozes, 1993.

O capital não consiste apenas de meios de subsistência, de instrumentos de trabalho e de matéria-prima, não se forma somente de produtos materiais; compõem-se, igualmente, de valores de troca. Todos os produtos de que ele se constitui são mercadorias. O capital não é, portanto, somente uma soma de produtos materiais, é, também, uma soma de mercadorias, de valores de troca, de grandezas sociais. (MARX, 1988, p.96)³¹

A Revolução Industrial emprega ao trabalho um patamar de destaque econômico. Esse é o momento de acirramento da luta de classes. O desenvolvimento da sociedade capitalista consegue com que a desigualdade na distribuição de riquezas seja fortalecida de maneira jamais vista.

Pressupondo que não existe apenas uma divisão do trabalho, é importante expressar que a racionalidade dos comportamentos das organizações produtivas não se estabelece como única, nem como universal. Nesse sentido, chamamos atenção para a intersecção da divisão sexual do trabalho e o taylorismo, na forma como produzem e gerenciam a mão-de-obra.

O taylorismo se caracteriza, durante o século XIX , pela preocupação com a organização do trabalho e com a otimização produtiva de todos os bens que estavam sendo produzidos. Não se tratava da inserção de novas tecnologias que reunissem valor produtivo a linhas de produção, mas que incorporassem à gerencia do processo produtivo uma metodologia científica própria, capaz de propiciar ganhos efetivos para o produto. É a preocupação metodológica de como gerenciar novas formas de produção que propiciassem novas formas de acumulação de capital. Daí nasce a padronização de normas de produção, com vistas à maior eficiência do processo produtivo.

³¹ IANNI, Octávio (org). *Marx – Sociologia*. 8ª edição, Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ed. Ática, 1996.

Esse cenário formular, também, a padronização do (a) operário (a), a quem cabe somente a execução de tarefas metodologicamente padronizadas. A racionalização das formas de trabalho implica o adestramento dos (as) empregados (as), a fim de que estivessem em postos determinados, prontos para executar tarefas previamente determinadas.

O taylorismo fica conhecido como a Escola de Administração Científica, fortalecida e legitimada no início do século XX pelo modo de regulação fordista. Os trabalhadores deixam de ser conhecedores de todo o processo, passando a se dedicar, meramente, à repetição de tarefas, padronizando os produtos que passam a ter um custo reduzido. Nesse contexto, é interessante ressaltar a introdução da relação direta entre homem e máquina, ditando um operário destinado apenas a uma tarefa específica.

Para Antunes (2001)³², o modelo taylorista-fordista, fundamenta-se em unidades concretas de produção em massa, concentradas e verticalizadas, com um controle rígido dos tempos e dos movimentos do proletariado coletivo e de massa, sob forte despotismo e controle fabril.

As características centrais do modelo taylorista-fordista postulam em duas vertentes complementares. A primeira proporciona a fragmentação do trabalho e do indivíduo, acirrando o trabalho alienado, defendido por Marx. É o alijamento do operário de massa da participação no processo produtivo com vistas à expansão do consumo em massa. A segunda reside na promessa de que este modelo de produção propicia, também, o pleno emprego e a diminuição das desigualdades, firmados, segundo Frigotto, “na possibilidade

³² ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Bomtempo, 2000.

de generalização da industrialização e na idéia de desenvolvimento harmônico, progressivo e ilimitado” .(1999, p.37).

É válido ressaltar que o modelo taylorista-fordista de produção se impulsiona, justamente, a partir dos anos 30 (quebra da Bolsa de Nova York – 1929) até o fim da Segunda Guerra Mundial, período configurado pela aliança capital, trabalho e Estado, que se consolidava nas idéias do Welfare State nos Estados Unidos e na Europa. O Estado do Bem-Estar Social defendia o argumento de que o mercado não pode ser o regulador das relações sociais. Dessa forma, o Estado tem papel fundamental na diminuição das desigualdades provocadas pelo próprio mercado, assegurando direitos sociais e garantindo o poder aquisitivo da classe trabalhadora. A formulação de políticas públicas de desenvolvimento pressupõe o incentivo à produção, à redistribuição de riquezas e a promessa do pleno emprego.

Fica sedimentada, portanto, a já citada aliança entre: Estado, capital e trabalho, em que o primeiro administra a demanda da população, o segundo tem parte dos ganhos distribuídos entre os trabalhadores e o terceiro se responsabiliza pelo desenvolvimento econômico com o aumento da produtividade.

As relações entre pobreza e sexo no campo de trabalho tomam várias faces em uma trama de redes simbólicas que operam nos muitos domínios do humano, do histórico, do social, do cultural. Tais relações são estabelecidas *intramuros* e *extra-muros*, num diálogo que se estabelece entre os sujeitos envolvidos. Há um fio condutor, interligando o mundo de dentro com o mundo de fora da fábrica, conduzindo disciplinas também para o “lado de cá”, no lugar onde estas mulheres moram, cuidam dos filhos, da casa, dos entes mais velhos, dos companheiros; corpos “dóceis” que estão dentro e fora da fábrica.

Não é por acaso que as indústrias de processo contínuo utilizam mão-de-obra essencialmente masculina e as indústrias tayloristas um forte contingente feminino. É de acordo com o sexo de seus assalariados efetivos que a empresa elabora e aplica sua política de gestão da mão-de-obra. A política de controle, particularmente, é decidida em função do sexo do trabalhador empregado. (HIRATA, 2002, p. 29 e 30)³³

As operárias da fábrica de beneficiamento de castanha são submetidas a um exaustivo trabalho que tem como referência o modelo taylorista – fordista, onde reina a tecnologia da submissão, do disciplinamento do corpo, ensejando exigências fisiológicas até então desconhecidas e estabelecendo conexão entre o tempo e o ritmo das atividades. Nesse compasso, vai se configurando a divisão entre atividades manual e intelectual. As trabalhadoras da castanha, e, não apenas elas, não têm o conhecimento do processo integral do trabalho. O corpo dócil e vigiado resta sem defesa, fragilizado e privado da capacidade de pensar. (FOUCAULT, 2004)³⁴, um corpo que pode inventar o próprio corpo, sobretudo o corpo da mulher.

As mulheres castanheiras estão inscritas numa teia urdida por muitas vertentes que estabelecem a relação capital/ trabalho. Nesse momento, foi importante que eu pudesse me remeter à evolução dos processos e da eficácia de novas teorias que permitem que o capital possa canalizar e domar toda a potência do trabalho vivo, de maneira a submetê-lo ao disciplinamento do trabalho assalariado, (NEGRI e HARDT, 2004), de tudo aquilo a que as castanheiras são capazes de se submeter, a fim de garantir a *felicidade* de ter um emprego e de se diferenciar da legião de desempregados e desempregadas que também estariam sujeitos a se submeter ao que fosse necessário para sair da condição de *sem emprego*.

³³ HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho?* – Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Bomtempo, 2002

³⁴ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e Punir* – História da Violência das Prisões. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2004: 121/132.

Acredito que o conceito de trabalho não deve ser entendido, simplesmente, no âmbito da ética capitalista do trabalho, que não reconhece desejos e prazeres. O conceito de trabalho deve se abrir ao largo espectro global de produção social até incluir a esfera definida por Marx como horizonte do não-trabalho. Essa leitura ampla permite que se possa tentar compreender quais são os processos contemporâneos de produção das subjetividades sociais, da sociabilidade e da própria sociedade. (IBID, 2004)

Os corpos docilizados, submissos de nossas *Macabéas* se multiplicam nas indústrias de modelo taylorista, onde as técnicas são utilizadas como forma de pressionar a mão-de-obra feminina numa execução fragmentada e que se encontra sob o peso do tempo. Não há como falar de taylorismo sem elaborar acerca da divisão sexual do trabalho e de como isso irá repercutir no gerenciamento da política interna das fábricas de beneficiamento da castanha-de-caju, no Estado do Ceará, por exemplo.

Os lugares de produção no interior da *máquina perversa* são totalmente sexuados, como visto no tópico anterior, em que tentei fazer uma certa etnografia da fábrica e dos setores ocupados pelo feminino e pelo masculino, num debate que se instala sobre quais tarefas devem ser executadas com *feminilidade e/ou virilidade*.

No caso da empresa destacada, tudo isso remete a uma política de gerenciamento da mão-de-obra, que obedece à estrutura rígida da empresa. O *olho central* não revela, totalmente, seus instrumentos de repressão e controle, fazendo com que os (as) operários (as) acreditem que existe mais de um lugar de mando, quando, na verdade, o poder emana de um centro absoluto e totalitário, nesse caso, da sala da Presidência da fábrica.

O trabalho fabril não foge à regra que insiste na necessidade em articular os papéis familiares e profissionais das mulheres, a fim de se poder constituir as disponibilidades destas para o mercado de trabalho. No caso das tradicionais indústrias de beneficiamento da

castanha-de-caju, e na fábrica, em particular, esta combinação se confirma no entrelaçamento de aspectos pessoais, familiares, trabalhistas, aos fatores de situação conjugal, raça, idade, classe social, escolaridade. Tais questões atingem diretamente o acesso e permanência das mulheres pobres ao mercado formal de trabalho, diferentemente do que acontece com os homens. O trabalho das mulheres, em especial das mulheres de baixa renda, não depende apenas da demanda do mercado, mas, também de uma articulação complexa entre os fatores mencionados.

As posições secundárias que as mulheres ocupam no mercado de trabalho se relacionam com a responsabilidade para com as atividades domésticas e socializadoras, o que representa uma sobrecarga para aquelas que realizam atividades econômicas. As mulheres oriundas de famílias pobres e, ainda, as chefes de família acumulam tais funções de maneira ainda mais complexa, já que a insuficiência de equipamentos comunitários (creches, escolas de tempo integral) que compartilhem o cuidado com as crianças, contribui para aumentar o peso da maternidade sobre as mulheres, que cuidam de filhos (as) e netos (as).

Kergoat desenvolve uma explicação baseada na interligação das esferas de produção e de reprodução. Ela argumenta que as habilidades que tornam as mulheres adequadas a esses empregos não são adquiridas pelos mesmos canais usados pelos homens – formação profissional, aprendizagem, experiência on the job no trabalho industrial, mas são obtidas antes de entrarem no mundo do trabalho remunerado, por meio do treinamento no trabalho doméstico, na costura e em outras artes domésticas. (KERGOAT apud HIRATA, 2002, p.p. 46 e 47)

Estas características demarcam o fato de que as desigualdades de gênero continuam pautando o mercado de trabalho brasileiro, de modo mais enfático no Nordeste e no Ceará. Juntamente a isso, ainda se constituem o que podemos chamar de nichos profissionais femininos, que empregam as mulheres em atividades tradicionais e ditas femininas. Geralmente, estas atividades estão associadas a uma certa extensão das responsabilidades

acumuladas no espaço doméstico e das atividades socializadoras. As mulheres são levadas a *cuidar* de seu trabalho fora de casa como se fosse um prolongamento das atividades familiares, aguçando suas características, historicamente constituídas, tais como: sensibilidade, paciência, concentração, perfeccionismo entre outras.

Homem é bicho bruto. Eu não consigo imaginar um homem raspando ou escolhendo castanha. A gente, não... nós tem paciência. A gente tem as mão mais fina. A gente tá acostumada a cuidar de coisas mais delicada. Homem não.. A gente também não agüenta o que eles faz: carrega saca, tomar conta de máquina. Pra isso precisa de força de homem. Não é trabalho de mulher. (Depoimento, operária da mesa de raspagem, 2005).

Mulher é mais delicada. Não dá pra colocar mulher fazendo trabalho de homem e vice-versa. É cada um no seu lugar. Não dá pra misturar as coisas. (Depoimento, gerente de produção, 2004).

Nesses nichos profissionais femininos, a tradicional indústria do caju reserva às mulheres o que se identifica como *nichos dentro do nicho*, ou seja, como descrevi em tópico anterior, existem espaços dentro da fábrica em que o trabalho feminino é uma unanimidade. Setores como raspagem e seleção das amêndoas são dominados pela mão-de-obra feminina, embasado no discurso das *características femininas*.

Minha experiência como militante feminista, recém-chegada ao campo empírico, me levou a cometer alguns deslizes teórico-metodológicos que homogeneizava o trabalho das mulheres castanheiras, bem como tornava homogêneo a mulher castanheira, como se estas constituíssem um corpo uno sem diferenças e, até mesmo, sem desigualdades, embora eu não possa deixar de registrar que existe um processo identitário em seus discursos fazendo que se achem pertencentes a um determinado grupo.

Elas se identificam como castanheiras. Não como operárias da castanha ou funcionárias, mas como castanheiras. Este é um discurso recorrente até em quem não exerce mais a referida profissão. Elas dizem: *Já fui castanheira; Já trabalhei na castanha;*

Me aposentei como castanheira etc. Quando fui a campo e me deparei com esse sentimento identitário, fiquei pensando em minha experiência como assessora sindical em que a pauta sempre foi as melhores condições de trabalho para a categoria. Acho que, tanto eu como os (as) sindicalistas, víamos a categoria não como um grupo formado, neste caso, por mulheres operárias, castanheiras, mas como uma massa homogênea que não guardava muitas diferenças entre si e que devia se organizar para lutar contra as desigualdades.

Minha formação política, em momento algum, descarta a ação decisiva que os sindicatos têm e tiveram nas lutas da classe trabalhadora, como uma forma avançada de organização na história do movimento operário como um todo. Se a classe trabalhadora mudou, porém, se as relações de trabalho mudaram drasticamente, a ação sindical não pode perder o foco, a relação capital/trabalho, inserido num contexto capitalista, que tem como cerne a produção de desigualdades. Mas, os sindicatos precisam enfrentar o desmantelamento da ação sindical promovido pelos ditames neoliberais, nos últimos anos, como uma ofensiva política, econômica e cultural às conquistas dos trabalhadores e trabalhadoras em todo o mundo capitalista ocidental, compreendendo que o discurso e a prática sindicais do passado, não conseguem compreender o que está acontecendo hoje. Os homens e as mulheres, os trabalhadores e trabalhadoras são seres individuais e coletivos e não robôs, nem dos patrões; nem muito menos dos sindicatos e/ou sindicalistas. É necessário que os sindicatos sejam oxigenados pela preocupação de uma identidade operária, trabalhadora que não tenha como horizonte os parâmetros burgueses de trabalho, valor do trabalho e produção de trabalho. É preciso enfrentar esta lógica de aburguesamento da classe trabalhadora e da ação sindical.

O conceito de trabalho se relaciona diretamente com a questão referente ao valor, entendendo que da forma como é usado, trabalho pode ser entendido como uma prática que

produz valor. Nesse sentido, portanto, o trabalho funciona como peça fundamental para que se compreenda a sociedade é pautada pela produção de valor. Tal relação, no entanto, pode se apresentar de maneiras diversas.

A primeira que posso abordar é quando Marx aponta todo o trabalho como trabalho abstrato, entendendo que o trabalho está presente em todas as mercadorias e é constante em todas as atividades de produção da vida social. A partir desta perspectiva, a quantificação de valor se relaciona com o tempo-trabalho social de produção. Nessa teoria, a principal característica é a de investigar, a partir das leis econômicas e sociais, de que maneira a força de trabalho pode se constituir como ferramenta nos processos capitalistas de valoração.

Na medida em que travo esse debate com a teoria marxista, por ter feito desta, minha escolha teórica, política e metodológica para analisar as relações do mundo contemporâneo, encontro, também, segundo Negri & Hardt (2004), na obra de Marx, uma teoria do valor que se distancia das teorias capitalistas, já que Marx considera o valor não como figura de equilíbrio no interior do sistema, mas como sujeito de ruptura ao sistema. Nesse momento, trava-se um velho debate que, por muitas vezes, identifiquei no seio das lutas sindicais particulares à indústria de beneficiamento da castanha e nas mais gerais: o debate entre o trabalho necessário e o labor assalariado. Dessa forma, os autores defendem o argumento de que trabalho e valor não são categorias imutáveis, mas elementos variáveis e que a relação entre ambos não pode ser entendida como unidirecional.

Na medida em que formulo esta discussão, trago à tona, em relação ao trabalho assalariado, seu caráter disciplinarizador, não ancorado apenas no trabalho e na exploração capitalista, mas, inclusive, na luta de classes que incide diretamente na qualidade de vida das populações mais pobres e, prioritariamente, nas condições de vida de mulheres de baixa

renda, em sua maioria negras, semialfabetizadas e mães solteiras/ chefes de família. Tais mulheres e, não somente elas, estão a todo momento produzindo trabalho, entendido como uma atividade específica, socialmente reconhecida ou não como produtora de valor.

É importante dizer que a definição das práticas reconhecidas como trabalho não se definem de uma só vez e de maneira instantânea, mas a partir de um processo social e histórico. Aqui posso citar o fato da prática feminista analisar a divisão sexual do trabalho, revelando formas diferenciadas de trabalho familiar, como parte fundamental, do trabalho de reprodução social que inclui o trabalho afetivo, de tratamento e do trabalho doméstico, efetivamente como se fossem atribuições eminentemente femininas³⁵. A prática feminista vem dizer o quanto tais formas de atividades criam valor e podem e devem ser reconhecidas como trabalho, (ibid. 2004). Mais uma vez, o conceito de valor mostra-se historicamente móvel, a partir de novas formas e olhares de contestação e questionamentos.

A eclosão da “sociedade-fábrica” (ibid. 2004) revela mais do que um território que abriga o desenvolvimento das práticas capitalistas. Estas extrapolam os muros das fábricas e se estendem por toda a sociedade. Se a fábrica parece declinar em sua função disciplinadora, haja vista as novas tendências da produção capitalista, esta tendência se espalha por toda a sociedade que passa a se constituir pelo regime fabril, pautado pelas regras das relações de produção capitalista.

³⁵ Ao falar desta personagem castanheira individual e coletiva como operária de uma indústria tradicional, estou falando também de mulheres pobres que se responsabilizam por toda uma gama de aspectos do trabalho de reprodução social e que são alvo da má produção e distribuição de bens e serviços públicos que possam garantir uma rede básica de acesso à educação, saúde, moradia, lazer entre outros.

Se nas famílias formadas por casais as mulheres compartilham com pelo menos um outro provedor adulto – o homem –, a responsabilidade pela manutenção da casa, no caso dos grupos mães-filhos de chefia feminina (as chamadas famílias monoparentais) a situação talvez ainda seja pior. Mesmo quando podem contar com a ajuda de parentes, elas são as principais responsáveis pelo provimento e pelos cuidados com a casa e com os filhos ainda muito jovens e, nestas condições, sua capacidade de negociação e de barganha fica bastante reduzida. As altas taxas de participação feminina evidenciadas traduzem-se em taxas mais altas de desemprego e, provavelmente, em inserções mais frágeis no mercado de trabalho, expressas nos baixos rendimentos auferidos. (BOLETIM Mulher & Trabalho, São Paulo, 2006).

Quando o regime da fábrica se generaliza na sociedade, vem acompanhado de mudanças nos processos de trabalho, já que atualmente o trabalho tende a se configurar de maneira cada vez mais imaterial, determinando de modo direto as redes de cooperação produtiva que (re) criam as relações sociais.

(...) É óbvio que a classe operária industrial perdeu sua posição central na sociedade, que a natureza e as condições de trabalho foram profundamente modificadas e também que o que era reconhecido como trabalho mudou radicalmente: mas são exatamente essas transformações que, em vez de marginalizar o conceito de trabalho, repropõem sua centralidade acentuada. (ibid. 2004, p.23)

Nas muitas variações que se estabelecem acerca do binômio trabalho/valor, é importante que se possa ressaltar como acontece a produção da subjetividade, entendida como produto de um processo social, na medida, já diria Foucault, que o sujeito é produto e produtor constituído e constitutivo de várias redes de trabalho social. *O trabalho é tanto sujeição quanto subjetivação*, de modo que tanto a vontade livre como a determinação do sujeito devem ser afastadas. *A subjetividade é definida, simultânea e igualmente, por sua produtividade e podutibilidade, pelas suas atitudes para produzir e para ser produzida.* (ibid. 2004, p.27).

O debate sobre a produção da subjetividade, baseado nessa generalização da “sociedade-fábrica”, produzi um sujeito híbrido, pelo cruzamento de muitas fronteiras em interface do humano com a máquina. *A máquina é integrada ao sujeito, não como um apêndice ou uma espécie de prótese – como uma de suas outras qualidades – mas é profundamente incutida no sujeito a idéia de ser, ao mesmo tempo, homem e máquina.*(ibid. 2004, p. 30)

Na medida em que faço o diálogo entre trabalho-valor e produção de subjetividade, vejo o quanto as mulheres operárias castanheiras, inscritas em sua condição de classe, raça

e gênero, estão no fio da navalha, ao ponto de serem transformadas em *refugo humano* (BAUMAN, 2005), ou mais precisamente, em seres humanos refugados, sobrantes, excessivos que não puderam ser reconhecidos e que não têm a permissão para ficar. A *construção da ordem*, baseada no que citei anteriormente como generalização do regime fabril, aliada ao *progresso econômico* faz com parcelas da população sejam deslocadas, apartadas e fiquem inaptas, impedidas de *ganhar a vida*.

Ainda segundo Bauman (2005), a expansão global das formas de vida moderna produziu, liberou e pôs em movimento quantidades imensas e crescentes de seres humanos destituídos de formas e meios de sobrevivência. Dessa situação, surgem os alarmes sobre a superpopulação mundial, os problemas relacionados aos imigrantes e às pessoas que buscam asilo, e ainda questões relativas à segurança. Tudo isso, na verdade, repercute diretamente na lógica da correlação de forças, nas lutas pelo poder.

Nessa rede de tensões e conflitos sociais, o desemprego, ou simplesmente a ameaça do desemprego constitui o grande mal-estar contemporâneo, na medida em que é produzida uma sociedade e as pessoas são produzidas por esta que classifica o emprego como pilar para a solução dos problemas, ao mesmo tempo em que cria a identidade pessoal socialmente aceitável, da posição social segura, da sobrevivência individual e coletiva, da ordem social e da reprodução sistêmica (ibid. 2005, p.19).

O desemprego, portanto, carrega uma carga semântica de uma sociedade que, antes de mais nada, entende seus integrantes como produtores. Se eu fico desempregada, me torno desnecessária, fora dos padrões de utilidade. Passo a ser descartável, pois, se anteriormente o destino do *exército industrial de reserva* era: a de voltar ao serviço ativo, agora a destinação do *refugo humano* é a de nunca mais poder ser reabsorvida. Perder o emprego é perder desejos, horizontes, projetos de vida, a auto-estima. É perder a dignidade.

Sei que não tenho o melhor emprego do mundo. Trabalhar na castanha não é fácil... Eu sei que tem trabalho pior por aí...Mais, Deus me livre, d'eu ficar desempregada na altura do campeonato. Eu vou trabalhar no que? Ser sacoleira, vender Avon. Isso não dá prá gente sustentar nada nem ninguém. Quero me aposentar na castanha ou então ganhar na sena (Risos). (CARNE DE CAJU. Depoimento. julho 2005)

Busco na idéia de *refugo humano* as associações que as mulheres castanheiras fazem entre o desemprego e a perda da realização de seus projetos de vida. O que está em jogo na verdade, não é a qualidade do trabalho, as suas condições e/ou muito menos o cumprimento das leis trabalhistas, mas garantir o emprego a todo e qualquer custo. Por outro lado, também não estou falando apenas de parcelas da sociedade que não detêm a tão defendida qualificação profissional, como passaporte para o emprego pleno. Estou me referindo a multidões, a toda uma população, que ao perder o emprego, já vai se encontrar, *automaticamente*, designada de *população sobranete*. Até acredito, que isso não atinge primeira ou prioritariamente as mulheres castanheiras, já que existem grupos, populações muito mais vulneráveis à total exclusão social, econômica e cultural, a *sobrar*, literalmente.

Meu campo empírico ilustra os dados estatísticos frios, que falam das altas curvas de desemprego e subemprego. Inclusive, quando da tentativa de inquirir a memória das mulheres castanheiras, é sempre presente ao longo das gerações de operárias da indústria da castanha, o fantasma do desemprego. Se antes, porém, o receio era o de perder o emprego para outra mulher que viesse a se tornar operária e de ficar temporariamente desempregada; agora o medo é o de perder o emprego para máquinas ultramodernas, que descartam a mão-de-obra feminina (no caso da indústria de beneficiamento da castanha), correndo o risco de nunca mais conseguir ser reabsorvida no mercado de trabalho, mesmo que em outras funções. A castanheira, hoje, tem medo de *sobrar*.

Na época que trabalhei pela primeira vez na castanha eu trabalhava na ... (cita o nome da antiga empresa) Nessa época o corte era todo na mão. Pense num serviço ruim. Passei um tempo desempregada, mas logo, logo consegui voltar a trabalhar. Aí, eu fui para a Empesca. Passei um tempo por lá. Foi aí que fiquei desempregada de novo e consegui o emprego aqui. Já tenho muito tempo de castanha. Eu até gosto. Gosto muito das menina e do pessoal do sindicato. Antigamente as fábrica de castanha tinham muita mulher trabalhando. Hoje não, ainda tem mais diminuiu muito. As máquina tão tomando conta de tudo. Conheço muita mulher que passou muito tempo na castanha e que agora nunca mais conseguiu emprego. Tão tudo vivendo de bico. (CAJUÍNA CRISTALINA, selecionadora, depoimento, 2005)

Os depoimentos me fizeram perceber a idéia de uma população que na verdade está excedendo as expectativas dos projetos de edificação da ordem e do progresso econômico. Para este, as várias formas de *ganhar a vida* são sucessivamente desmontadas em componentes que, mais tarde, serão reciclados em novas formas, no entanto, existem certos componentes que não poderão mais ser consertados, sobrevivendo ao desmonte somente uma pequena parcela que continuará sendo necessária para compor os novos mecanismos de trabalho, em geral mais dinâmicos e menos robustos (ibid. 2005, p.53).

É importante dizer que não há um planejamento para definir quem serão os condenados e os que serão salvos do refugio. As causas da exclusão mostram-se diversas, embora as conseqüências para os que são atingidos sejam muito semelhantes. Nesse movimento, surge também o conceito de *pessoas supérfluas*, expressão que se adequa às massas de trabalhadores e trabalhadoras de vários ramos produtivos, inclusive do beneficiamento de castanha-de-caju, reconhecido pela alta rotatividade em seu quadro funcional.³⁶

³⁶ Em entrevistas realizadas com diretores e diretoras do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria do Caju, cerca de metade do efetivo de operárias foi demitido ao longo do processo de mecanização da produção (novembro/ 2004)

O setor de beneficiamento de castanha-de-caju no Estado como um todo não se enquadra nos parâmetros estabelecidos pelo modelo estabelecido pela reestruturação produtiva, porém, não podemos afirmar que rejeitam totalmente os mecanismos invisíveis de exploração do corpo, buscando relações entre corpo, mente e subjetividade, onde residem diferentes mecanismos que produzem a docilidade e tentam calar as resistências individuais e coletivas.

Uma personagem individual chamada castanheira (ELIAS, 1994)³⁷ que ocupa um lugar de produção econômica capitalista e de onde se (re) inscreve a divisão social e sexual do trabalho e no qual se produzem, também, subjetividades, afetos e conflitos. Que mulher é esta? Que cotidiano é este? Não só no sentido identitário, como força de trabalho ou como um corpo que produz, mas uma mulher que formula num mundo imaginário, a sua vida cotidiana.

³⁷ ELIAS, Norbert. *Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1994: 11/59.

5 DE ONDE VEM E PARA ONDE VAI ESTA *MACABÉA*

DIÁLOGOS ENTRE CORPO, GÊNERO E TRABALHO NO INTERIOR DA FÁBRICA DE BANEFIAMENTO DE CASTANHA

Tomar a castanheira como uma personagem individual nos permite dialogar com Norbert Elias (1994), quando este trata das tensões entre indivíduo e sociedade. Fico me perguntando como a mulher castanheira se constitui como personagem individual em meio às relações que estabelece com diversos grupos sociais com os quais interage e, do qual, conseqüentemente, faz parte.

A mulher castanheira não pode ser entendida como um ser estanque, congelado. Ela se relaciona com outras esferas da sociedade - a família, o trabalho, a maternidade, a sexualidade, o sindicato e a religião - estabelecendo interfaces com outros indivíduos que, por sua vez, interagem com outros grupos sociais. Falo da mulher castanheira, mas refiro-me às mulheres castanheiras que se ligam umas às outras não *por cimento*, mas por um modo-contínuo e, mais ou menos, perceptível entre os indivíduos.

Trabalhar por quase dez horas diárias naquela máquina perversa não é um projeto individual ou coletivo. A maioria delas nem se conhece direito, embora tenham vidas tão parecidas. Elas se cruzam na fábrica, mas fico pensando se cada uma delas não persegue as próprias metas e projetos de vida. Por outro lado, vejo as castanheiras obscurecidas entre as mulheres e, ao mesmo tempo, emergindo de uma classe social chamada operariado, conduzido por uma espécie de ordem invisível, que tenta estabelecer uma forma de vida em comum, a qual, embora não possa ser totalmente percebida, confere a esta personagem

individual uma gama mais ou menos restrita de funções e modos de comportamento possíveis.

A personagem individual castanheira forma um determinado subgrupo de um ramo industrial cearense, sendo formado por este, na medida em que se relaciona, que se associa a outras mulheres, constituindo uma rede de funções que permite que esta mulher singular esteja presa por meio de uma permanente dependência funcional de outras pessoas. Tomo a castanheira como uma personagem central que estrutura um elo entre si e os demais indivíduos, no interior da fábrica. A fábrica, por sua vez, cumpre um papel funcional em cumular e organizar diferentes saberes numa cadeia de acordos, conflitos, encontros e desencontros.

Ressalto dois indivíduos nesta fábrica: a mulher castanheira e o presidente da empresa, que se produz como um indivíduo em particular, mas que também não se encontra de forma independente. Ao representar a função que executa, o presidente, quase um soberano totalitário, mantém relação a outras funções que só podem ser entendidas em termos da estrutura específica e das funções específicas do contexto total da fábrica.

(...) Assim, cada pessoa singular está realmente presa; está presa por viver em permanente dependência funcional de outras; ela é um elo nas cadeias que ligam outras pessoas, assim como todas as demais, direta ou indiretamente, são elos nas cadeias que a prendem. Essas cadeias não são visíveis e tangíveis, como grilhões de ferro. São mais elásticas, mais variáveis, mais mutáveis, porém não menos reais, e decerto não menos fortes. (ELIAS, 1994: 23)

A relação estabelecida entre a figura que se representa num *poder central*, mas que, ao mesmo tempo, é um poder que circula, que estabelece comunicações múltiplas e a mulher castanheira revela ser necessário que devemos pensar a fábrica em termos de um complexo funcional, a fim de que se possa compreender a forma de partes individuais. A relação entre esses dois indivíduos é capaz de fornecer pistas para revelar a vida da mulher castanheira; relação que não é única; esta relação está associada a outras relações,

promovendo intersecções dos diversos indivíduos que se relacionam tanto consigo mesmo, entre si e com os outros.

(...) Essas funções, bem como a estrutura da casa, não podem ser explicadas considerando-se o formato de cada pedra, independentemente de suas relações mútuas; pelo contrário, o formato das pedras só pode ser explicado em termos de sua função em todo o complexo funcional, a estrutura da casa. (...) Esses e muitos outros fenômenos têm uma coisa em comum, por mais diferentes que sejam em todos os outros aspectos: para compreendê-los, é necessário desistir de pensar em termos de substâncias isoladas únicas e começara pensar em termos de relações e funções. E nosso pensamento só fica plenamente instrumentado para compreender nossa experiência social depois de fazermos essa troca. (ibid. p.25).

Instrumentar o pensamento a esse ponto é promover um processo em que se possa revisar o que Elias (1996) denomina de *hábitos mentais*, fazendo-se necessário toda uma revisão fundamental de toda a composição tradicional da autoconsciência (ibid.p.26).

Do trabalho das mulheres castanheiras, exige-se uma sincronia produtiva exacerbada. Nada pode fugir à vigilância, sob pena de ser reprimido. Por meio do trabalho feminino das operárias da castanha, procurou fornecer à relação capital/trabalho, outras vozes que venham a ecoar as formas pelas quais estas individualidades são constituídas e reconstituídas, procurando saber como esse determinado grupo, essa certa personagem se individualiza dentro dessa instituição chamada fábrica, num diálogo que envolve gênero, corpo e trabalho feminino na perspectiva de fazer uma via de investigação para pesquisar sobre a leitura das subjetividades múltiplas de nossa personagem.

Reavemos, a partir de Goffman (2005), parte das características com as quais é desenvolvido o conceito de *instituição total*³⁸.

³⁸ Sobre o conceito de instituição total, ver GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo. Perspectiva, 2005: 13/23.

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada. (...) O principal foco refere-se ao mundo do internado, e não ao mundo do pessoal dirigente. O seu interesse fundamental é chegar a uma versão sociológica da estrutura do eu. (ibid. p. 11)

Toda instituição conquista parte do tempo e do interesse de seus participantes e lhes dá algo de um mundo; em resumo, toda instituição tem tendências de 'fechamento'. Quando resenhamos as diferentes instituições de nossa sociedade ocidental, verificamos que algumas são muito mais 'fechadas' do que outras. Seu 'fechamento' ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico - por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas ou pântanos. A tais estabelecimentos dou o nome de instituições totais. (ibid. p.16)

Com esteio nas definições apontadas, optei por trabalhar com o conceito de *instituição semi-total*, reavendo da elaboração de Goffman (2005) características presentes no que a Sociologia convencionou chamar de estabelecimentos sociais - instituições tais como: salas, conjuntos de salas, edifícios ou fábricas, onde ocorrem atividades de determinado tipo. No caso das fábricas e moradias, por exemplo, é válido ressaltar que estas incluem um conjunto menos mutável de participantes.

Na fábrica, como *instituição semi-total*, as castanheiras não são levadas a desenvolver todos os aspectos de suas vidas num mesmo espaço e sob a mesma autoridade. Ao mesmo tempo que não existe uma ruptura tão rígida na relação destas mulheres com a vida social como um todo, porém, é importante ressaltar o fato de que a empresa como fábrica/ instituição semitotal inclui as características do 'fechamento', nos moldes defendido por Goffman (2005) tanto nos aspectos físicos - muros muito altos, portões fechados, diferença quantitativa entre o número de operários (as) e a equipe dirigente - quanto nos aspectos das práticas disciplinares.

Outros pontos que foram objeto das lutas sindicais coletivas, tais como a conquista da creche, do refeitório com o oferecimento do café matinal, por exemplo, podem ser entendidas, em certa medida, pela necessidade que a fábrica/ instituição tem de controlar outros aspectos da vida das operárias e operários, já que os mantém na fábrica nos horários de alimentação e nos intervalos de descanso, além de trazer para si, de uma certa forma, o cuidado com os filhos e filhas das (os) operárias (os). Se, por um lado funciona, como cumprimento a direitos trabalhistas, de outra parte, reforça o processo de *fechamento* destes estabelecimentos; ou seja, mesmo que a fábrica não possa ser entendida como uma instituição total, nos moldes de hospitais, manicômios, prisões e conventos, ela incorpora técnicas de aprisionamento, onde se põe esta personagem individual como alguém que não está presa por vontade, que não chega a ser uma interna ou uma prisioneira, mas que desenvolve rotinas de *prisioneiras/ internadas em regime semi-aberto*, já que não vivem todas as esferas de sua vida social no interior da fábrica, mas carregam os aspectos desta instituição para suas vidas fora da fábrica.

Individualmente, tais aspectos são encontrados em outros locais, além das instituições totais. Por exemplo, nossos grandes estabelecimentos comerciais, industriais e educacionais cada vez mais apresentam refeitórios e recursos de distração para seus participantes; no entanto, o uso de tais recursos ampliados é sob aspectos voluntários, e há cuidados especiais para que a linha comum de autoridade não se estendam até eles. (ibid. p. 18).

O sindicato do ... (cita o nome da empresa) oferece dias de lazer pra gente. Quem é filiado ao Sindicato tem uma carteirinha e pode entrar com a família. Não se paga nada. Só o que a gente come e bebe. Mas, quase todo mundo leva as coisa de casa mesmo, pra não gastar. (DEPOIMENTO, operária da mesa de raspagem, 2005).

No interior das instituições disciplinares, o corpo deve ocupar um lugar determinado que define seu ser, no intuito do disciplinamento para a produção econômica, mas também para uma certa produção da culpa, onde os indivíduos são levados a olhar para si e para seus corpos com os olhos dos outros. Quem olha para a castanheira, no caso, não é ela própria, mas as companheiras de trabalho, as fiscais de produção, os encarregados, o gerente de produção, o presidente da fábrica e assim por diante. A personagem castanheira interioriza esta visão do outro, a partir das técnicas disciplinares que incluem no adestramento dos corpos o incentivo à correção do indivíduo para sua formação como um corpo saudável e trabalhador. Conforme Vaz (1999), a correção não é uma vocação pedagógica apenas de instituições escolares, por exemplo.

(...) Vocação pedagógica que não se restringe às escolas, opera também nas famílias, fábricas, hospitais, sanatórios e prisões. De modo abstrato, a operação temporal das instituições disciplinares é a duração e a descontinuidade: sempre é preciso tempo para se tornar um bom cidadão saudável e trabalhador. (VAZ, p. 165)

Vaz (1999) indica também algumas questões que se desenvolvem ancoradas no que ele denomina de vocação pedagógica. Aos corpos incide, por meio das técnicas de poder da disciplina, a culpa, o cuidado e a norma. A culpa se remete ao que expressei antes quanto à culpabilização do indivíduo ser fruto da interiorização do olhar do outro sobre si mesmo. Na fábrica isto se constitui como uma matriz fundamental, pois, para não se sentir culpada tampouco fazer com que as outras *paguem pelo seu erro*, a castanheira é levada a cumprir diariamente a sua produção, para servir de exemplo para as outras e ,ao mesmo tempo, ameaçá-las caso não façam o mesmo. Além disso, não podem explicitar formas de resistência dentro da fábrica, a fim de que as companheiras não sejam punidas com maiores

cobranças e assim por diante. O binômio culpa/punição é um instrumento de controle tanto da produção econômica, propriamente dita, como na elaboração da subjetividade destas mulheres.

O cuidado é outro aspecto importante no disciplinamento dos corpos para a produção. Para que haja a formação do corpo saudável para o trabalho, a fábrica, por exemplo, disponibiliza um ambulatório com a presença de uma enfermeira, diariamente, e de um médico, semanalmente. Esta iniciativa é mais uma forma de exercitar o zelo e, por conseguinte, a vigilância. Além disso, ressalta-se a presença das fiscais de produção que também desempenham o papel do zelo na produção. As fiscais se postam na ponta da cadeia de vigilância a que a castanheira está submetida.

A vigilância é a capacidade de fornecer visibilidade aos atos cotidianos dos indivíduos. É nesse sentido que retomo o tema de que as mulheres castanheiras passam a se olhar com os olhos dos outros. A vigilância não é só externa, advinda dos funcionários e funcionárias de uma hierarquia mais elevada. Nossa personagem individual, a castanheira, passa a ser a fiscal de si mesma. Mais do que isso: a carcereira de si mesma.

(...) A visibilidade dos atos é modo de agir sobre o invisível, pois cada indivíduo se inquietará com o que acontece no seu íntimo e que os outros não têm acesso. Não basta, porém interiorizar a vigilância; é preciso ainda que cada um se julgue e deseje se julgar segundo os valores sociais vigentes. Para propiciar esta interiorização dos valores sociais é que surge a sanção normalizadora. (ibid. p. 166).

A norma funciona como uma lei. A norma dos horários de entrada e saída, das refeições e do intervalo vespertino; a norma do cumprimento da produção diária; a regra em não conversar entre si; o dispositivo de não desrespeitar a fiscal de produção e assim por diante. A normalização faz com que a personagem individual experimente a inquietação de correr o risco de sair do padrão estabelecido pelas leis descritas acima, por exemplo. O

poder da disciplina força o indivíduo a desejar-se como normal. No caso da fábrica, a normalidade significa ser competente, trabalhadora, obediente. Essa separação entre os padrões estabelecidos, provoca, conforme Vaz (1999), uma tensão culpabilizadora que tende a homogeneizar os comportamentos, provocando medo ao que se convencionou denominar de anormal (ibid. 166/7).

Ao lado da culpa, a sociedade disciplinar, em Foucault (2002), nos faz dialogar com a categoria do sofrimento do trabalho desenvolvido por Dejours (1996). O corpo das operárias na indústria de beneficiamento da castanha-de-caju assemelha-se a uma máquina dentro da máquina, como já expressei. Este corpo, no entanto, é passível de estímulos, excitações, ansiedades que podem vir de aspectos individuais, internos, bem como de fatores externos. Elas não chegam à fábrica como robôs, prontas para que sejam acionados seus comandos ao soar do toque de entrada. Lá estão mulheres que carregam em si histórias pessoais, marcadas pelas dores do corpo e da alma: m sofrimento que as acompanha dentro e fora da fábrica.

Tem dia que parece que meu juízo vai rachar de tão cansada que fico. Imagina se a gente trabalhasse como na época da minha mãe. Ela me conta que era muito pior... Mas não sei não... Se eu pudesse trabalha em outra coisa... Queria trabalhar na rua, livre, sabe... Acho que eu queria ser sacoleira, vendedora. Só sabe o que é sofrimento quem trabalha na castanha. (DEPOIMENTO, operária mesa de raspagem, 2004)

Para transformar um trabalho fatigante em um trabalho equilibrante precisa-se flexibilizar a organização do trabalho, de modo a deixar maior liberdade ao trabalhador para rearranjar seu modo operatório e para encontrar os gestos que são capazes de lhe fornecer prazer, isto é, uma expansão ou uma diminuição de sua carga psíquica de trabalho. Na falta de poder assim liberalizar a organização do trabalho, precisa-se resolver encarar uma reorientação profissional que leve em conta as aptidões do trabalhador, as necessidades de sua economia psicossomática, não de certas aptidões somente, mas de todas, se possível, pois o pleno emprego das aptidões psicomotoras, psicossensoriais e psíquicas parece ser uma condição de prazer do trabalho. (DEJOURS, 1994, p. 32).

O discurso médico de Dejours (1994) traz à tona conceitos que me auxiliam a caracterizar o trabalho das mulheres castanheiras como algo submetido a relações sociais de trabalho de base autoritária, que provoca entre as trabalhadoras o medo no trabalho. Quando falamos em medo, não estamos, necessariamente, falando do medo em relação a uma situação de risco físico, por acidentes de trabalho, por exemplo, apesar de este ainda existir, principalmente quanto ao aquecimento das caldeiras no interior da fábrica.

O medo relacionado ao trabalho é uma categoria formada socialmente, com base nas relações de poder. O medo produz e reproduz corpos submissos incapazes de questionar. Quanto maior o medo, inclusive de perder o emprego, maior será a dedicação ao trabalho realizado. Na cadeia de produção rígida no interior da fábrica, o medo, a culpa, o zelo e a norma são fatores fundamentais para que a *máquina perversa* possa produzir da melhor maneira possível.

As castanheiras *Macabéas* são esses indivíduos que me permitem descortinar os desejos, os medos, os sonhos de trabalhadoras, mães, chefes de família, homossexuais, que se relacionam e desempenham funções associadas a outros indivíduos e grupos sociais. Entendendo que embora guardem semelhanças entre si, suas histórias pessoais não são as mesmas e que cada uma delas, mesmo que ocupem a mesma mesa de raspagem ou então estejam lado a lado na esteira de seleção das amêndoas, ocupam uma posição única nessa grande rede de relações sociais, políticas, econômicas, sexuais e culturais. O processo de individualização das pessoas não ocorre de maneira súbita e/ou de forma isolada, mas é consequência de uma reestruturação específica e contínua das relações humanas.

(...) Só se pode chegar a uma compreensão clara da relação entre indivíduo e sociedade quando nela se inclui o perpétuo crescimento dos indivíduos dentro da sociedade, quando se incluir o processo de individualização na teoria da sociedade. (ibid. p. 30).

Com isso, chamo a atenção para a de necessidade pensar sobre os processos de constituição dessa individualidade feminina, operária, castanheira, para que se possa dialogar com a fábrica em sua função nas relações que estabelecem com essa personagem individual, no desenvolvimento de seu *habitus social*.

(...) Dessa maneira, alguma coisa brota da linguagem comum que o indivíduo compartilha com outros e que é, certamente, um componente do *habitus social* – um estilo mais ou menos individual, algo que poderia ser chamado de grafia individual inconfundível que brota da escrita social. O conceito de *habitus social* permite-nos introduzir os fenômenos sociais no campo da investigação científica, que antes lhes era inacessível. Consideremos, por exemplo, o problema comunicado de maneira pré-científica pelo conceito de caráter nacional. Trata-se de um problema de *habitus* pó excelência. A idéia de que o indivíduo porte em si o *habitus* de um grupo e de que seja esse *habitus* o que ele individualiza em maior ou menor grau pode ser definida com um pouco mais de precisão. (ELIAS, 1994. pp. 150/1).

A personagem castanheira desenvolve um *habitus* que se constitui, necessariamente, pelo acúmulo de suas experiências dentro da fábrica, já que esta passa a *moldar* comportamentos, a constituir subjetividades, na medida em que contribui na composição social destes indivíduos, dando-se num terreno no qual a individualização se inscreve a partir de um campo coletivo, do terreno social.

Por meio desta mulher dentro da fábrica, todo um sistema de valores morais, ideológicos econômicos de uma sociedade capitalista podem vir à tona. É no interior dessa máquina “perversa” e, ao mesmo tempo, “santa”, pois garante a sobrevivência das que lá estão e sentem um corpo que deseja viver. Que quer parir. Que quer amar.

Nas várias travessias que percorri, nos muitos encontros e desencontros desta jornada, notei que minha personagem, a castanheira, tomava formas, cores, cheiros que não

eram apenas os que o dia-a-dia no trabalho pesado da fábrica me fazia ver. E fiquei pensando em como poderia encará-las. Como falar destas mulheres? Como gostariam de ser retratadas? Para onde iriam e de onde tinham vindo tantas *Macabéas* ?

6 A FÁBRICA: POR DENTRO DA INSTITUIÇÃO SEMI-TOTAL

O discurso de implantação da empresa, projeto de um homem nordestino, militar e com forte sentimento religioso católico, é mais do que uma indústria que se destaca pela alta produção e reconhecida capacidade de exportação da castanha-de-caju. A fábrica, para seu idealizador e presidente, é um projeto pessoal, um sonho que se tornou realidade.

A relação estabelecida entre o presidente e a empresa constitui-se de maneira econômica, mas sobretudo afetiva, quase amorosa. Portanto, tudo o que é executado, mesmo quando contraria as leis trabalhistas, é feito em nome do bem da fábrica. É dessa forma que o grupo se constitui como uma grande potência do cenário industrial cearense.

6.1. Construindo o Panópticom: gênero e disciplinamento dos corpos

A fábrica foi construída para ser uma máquina panóptica. Um dispositivo de exploração da mão-de-obra da população de baixa renda, especialmente das mulheres, nordestinas, migrantes, analfabetas, mães solteiras e/ou chefes de família.

O Panopticon não é uma prisão. É um princípio geral de construção, o dispositivo polivalente de vigilância, a máquina óptica universal das concentrações humanas.(...) Os dois princípios fundamentais da construção panóptica são a posição central da vigilância e sua invisibilidade. Cada uma se justifica independentemente da outra. (MILLER, 1996, p.p 24/5)

Tal constituição permite um acompanhamento minucioso da conduta do detento, aluno, militar, doente, operário (a), religioso (a) pelo presidente, mantendo-as observadas num ambiente de incerteza sobre a presença concreta daquele. Essa incerteza resulta em

eficiência e economia no controle das subalternas, já que, tendo invadido a sua privacidade de modo alternado, furtivo, incerto, ela mesmo se vigia.

A questão da autovigilância é entendida como uma espécie de mais uma tarefa a ser cumprida e que se alia à sensação de serem observadas, forçando-as a não se desviar do trabalho e canalizar seus esforços no sentido máximo de sua produção individual e coletiva.

Às vezes eu acho que todo mundo vigia todo mundo. Até a gente mesmo que trabalha na mesma função acaba prestando atenção ao trabalho das outras. E as outras prestam atenção no trabalho da gente também. É uma vigiando a outra e as fiscal vigiando a gente. A gente até se acostuma que parece até que não tem ninguém olhando. (DEPOIMENTO, operária, mesa de raspagem, 2005).

Podemos falar de certa impessoalidade do presidente. Ele pode estar ou não no posto de observação. É vedado ao observado saber se o diretor e/ou presidente o está ou não observando. O observador não precisa necessariamente ter um posto de comando, pode, inclusive, ser um funcionário subalterno; pode, até, nem haver ninguém.

O *panoptismo* se dissemina, extrapolando os muros das fábricas, prisões, escolas, conventos etc. Surgem as associações de bairro, os mecanismos religiosos, que vigiam a sociedade de perto, sua conduta em casa, nas ruas, cidades, colhendo dados individualizados. O grande olho que representava a torre central de um projeto arquitetural do século XVIII passa a se multiplicar, e novos vigilantes sociais surgem, mantendo o automatismo do poder, independentemente de quem o exerce e da extensão dessa hierarquia.

São apenas relações sociais, ordens sociais, um conjunto de estratégias que agrupam toda a sociedade e mantêm estáveis suas relações de forças e sua continuidade. Se a vigília insistente não produzir seres disciplinados, aí lança-se mão da punição, mas sem sua característica recorrente de violência e repressão. Uma punição que se exerce sob os efeitos do poder. Não apenas para excluir, proteger, enquadrar, mas para disciplinar, ensejar

trabalho, rendimento, utilidades. Daí a considerar o *panoptismo* como um mecanismo ideal de poder, criador de uma sociedade disciplinar, utilitária e auto-regulamentadora, cujas causas funcionam sob seus efeitos e vice-versa.

Esse momento corresponde à emergência de uma nova mecânica de poder, que não diz mais respeito exclusivamente à lei e à repressão, mas que dispõe de uma riqueza estratégica porque investe sobre o corpo humano, não para supliciá-lo, contudo para adestrá-lo; não para expulsá-lo do convívio social, senão para explorar-lhe o máximo de suas potencialidades, tornando-o politicamente produtivo e economicamente dócil. Disso resulta que a disciplina não é uma estratégia de sujeição política exclusivamente repressiva, todavia positiva: o poder é produtor da individualidade, o indivíduo é uma produção do poder. Trata-se de uma forma de poder que se opõe ao modelo da soberania e que se efetiva numa relação de disciplina.

No caso da referida fábrica e das mulheres castanheiras, é importante ressaltar que esta travessia entre soberania e disciplina não se completa de maneira definitiva. Desse modo, a destinação-fim da empresa não se estrutura apenas na produção econômica, propriamente dita, mas em abrigar uma população de involuntárias e involuntários, reticentes e forçadas a dura jornada de trabalho. As fábricas de beneficiamento de castanha-de-caju passaram por transformações tecnológicas significativas, que elevaram, de uma certa forma, a melhoria das condições físicas de trabalho.

Antigamente o trabalho era muito pior. O corte era todo manual. Pense num trabalho duro (risos) muito difícil. Era um perigo a gente trabalhar no corte. Hoje, tá diferente, pelo menos nisso as máquinas cortam, mas na revisão não tem máquina que substitua o trabalho da gente. São os nosso olhos que diz a castanha que presta e a que não presta. (DEPOIMENTO, operária do setor de seleção, 2004).

Aliado a determinados avanços tecnológicos, agrupamos algumas conquistas trabalhistas, advindas da luta organizada das trabalhadoras, por meio da trajetória sindical do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Beneficiamento de Castanha do estado do Ceará, hoje denominado de Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Doces, Cafés, Castanhas do Estado do Ceará. Atualmente, a fábrica vem garantindo creche e refeitório aos trabalhadores e trabalhadoras. Estas eram bandeiras de reivindicação da categoria, dado o alto índice de mulheres castanheiras, bem como às antigas condições de alimentação dos (as) operários (as) que sem lugar para fazer suas refeições, almoçavam nas calçadas que circulam a fábrica e lanchavam, muitas vezes, nos banheiros da empresa. Conforme depoimentos, esta situação subumana não existe mais.

Na fábrica algumas coisas melhoraram. As meninas do Sindicato conseguiram muita coisa prá gente. (Cita o nome do dono da indústria) também acabou dando o que a gente tinha direito. A creche, o refeitório que serve o café da manhã de graça e o almoço com um desconto pequeno no nosso contra cheque (de uns ano pra cá nós tem até contra cheque) foi a custa de muita luta. (Depoimento, operária da mesa de raspagem, 2004).

As operárias que tem maior tempo de serviço, bem como as diretoras e diretores do Sindicato dos Trabalhadores conseguem, no decorrer de suas falas, expressar alguns avanços tecnológicos e trabalhistas que decorreram de certas alterações nas relações sociais de trabalho. Este possível novo cenário, porém, não significa transformações efetivas nestas relações que, como já expressei, não são constituídas apenas como força motriz para exploração econômica, mas como sustentáculo de outras relações sociais que incorporam eixos do simbólico, do imaginário e de uma violência que não se coloca mais no corte manual da amêndoa, como há tempos, mas continua se reproduzindo nessa visão panóptica da vigilância e da invisibilidade, onde o primordial é o de vigiar sem ser visto. E, ainda, de se sentir vigiado até mesmo quando não se está sendo controlado.

O controle não é apenas do que pode ser visto. Ele, também, emana de um lugar que se imagina ser o centro do poder (o gabinete do presidente e o setor administrativo, por exemplo), de uma ordem que se recebe da fiscal de produção, mesmo sem saber quem a delegou daquela exigência. Controlar ainda significa promover o medo de ser vigiado até pelo que não pode ser enxergado.

Às vezes, parecia que eu ia entrar num quartel. Não conseguia descansar... Trabalhar com a castanha não é ruim. Ruim mesmo é a vigilância. Ruim é entrar na fábrica e sentir medo. Eu tinha medo de tudo: da caldeira explodir, da gente morrer queimada, de não cumprir com a quota do dia. Ficava louca pra chegar em casa. Mas, quando eu chegava. Num agüentava nem olhar pra cara de ninguém. (DEPOIMENTO, operária mesa de raspagem, 2004).

O trabalho não é tão ruim assim. Eu gosto. Gosto de trabalhar com as meninas, gosto de conversar, mesmo que seja proibido pelas fiscal que a gente converse na hora do trabalho. O ruim mesmo é se sentir vigiada. Tem dia que quando eu vejo, eu passei o dia inteiro de vista baixa, selecionando castanha. (DEPOIMENTO, operária da esteira de seleção, 2004).

É interessante perceber que nem sempre as entrevistadas falam abertamente sobre as condições de trabalho no interior da fábrica. Algumas sentiram dificuldade em expressar verbalmente suas opiniões. Quando isto aconteceu, foi importante se deter, também, no que não foi dito, no que ficou escondido, reticente, silencioso de palavras, mas rico de outras vozes; vozes do corpo que se traduziram na forma cabisbaixa como me olhavam, no tom de voz muito baixo, nos olhares desviados, nas mãos frias, suadas, colocadas uma sobre a outra, penteando excessivamente os cabelos e, ainda, ajeitando a farda ou a roupa que vestem em casa. Parecia que *o olho que ver sem ser visto* (MILLER, 1996, p. 25) acompanha as operárias até quando não estão mais na fábrica, o que me leva a crer que o alcance do *Panopticon* não é apenas territorial, mas, indubitavelmente, imaginário. As relações de produção fabricam relações sociais, econômicas, simbólicas e culturais que fazem com que os trabalhadores e trabalhadoras reproduzam essa lógica em suas vidas pessoais, domésticas íntimas.

Que o olho veja, sem ser visto – eis a maior astúcia do ‘Panopticon’. Se eu discernir o olhar que me espia, domino a vigilância, é a minha vez de espia-lo, capto suas intermitências, suas falhas, estudo suas regularidades, despito-a. Se o Olho está escondido, ele me olha, até mesmo quando não me vê. Ao se enfiar à sombra, o Olho intensifica todos os seus problemas – e a economia ainda ganha com isso, pois o número daquelas que suportam a função da vigilância pode ser reduzido à medida dessa intensificação. Assim, ‘a onipresença aparente do inspetor (...) combina com a extrema facilidade de sua presença real. (MILLER, 1996, p. 25)

O espaço da fábrica é fechado, de vedação segura, que reparte o visível que se entende como os setores diferenciados no interior da empresa, por exemplo, e o invisível em tarefas executadas minuciosamente, em ordens emitidas com poucas palavras e muitos gestos, numa linguagem própria a um espaço do controle totalitário.

Na fábrica, é impossível olhar para fora; não é permitido se comunicar com quem está do lado. Os homens estão apartados das mulheres, pois ocupam setores diferenciados e desiguais no interior da empresa. De qualquer ponto, as castanheiras estão sendo observadas, mesmo que não se observem e/ou vejam quem está vigiando. Manter os (as) trabalhadores (as) sem que eles (as) consigam discernir sobre o olho que vigia é mantê-los sob vigilância permanente. Quando esse olhar totalitário passa a ser percebido, os detentores do poder central se sentem ameaçados com a possibilidade de fragmentação desse olhar, que passa a correr o risco de perder suas funções onividentes, onipresentes e oniscientes. Um verdadeiro deus artificial, que guarda um grande território de seres que estão ali para ser prontamente controlados. A configuração que instaura um modelo de dissimetria brutal da visibilidade, onde o espaço fechado dessa máquina perversa é sem profundidade, exposto e oferecido a único olho, solitário e central. “(...) *A vigilância confisca o olhar em seu proveito, apropria-se do poder de ver, a este submete o recluso*”. (MILLER, 1996, p.27).

O *Panopticon* encerra um modelo de mundo utilitarista, no qual tudo é milimetricamente calculado, sem excedente, ou falta. São articulações e dispositivos. Tudo é máquina, permitindo que a vigilância se inicie antes mesmo das fiscais de produção ocuparem seus postos. A configuração panóptica dessa máquina perversa se inicia na idealização do projeto arquitetônico, já que tudo é previamente concebido e planejado para funcionar da forma como funciona, extraindo dos (as) operários (as), também entendidos (as) como máquinas dentro da máquina, tudo o que pode ser passível de utilização.

O tempo é onde se mede o tudo que deve servir. Nada pode ser desperdiçado, pois toda e qualquer atividade, todo e qualquer movimento, se constitui como um gasto e gastos devem ser produtivos. Não há como *matar o tempo* dentro da fábrica. Até mesmo os quinze minutos de *lazer* no turno da tarde são controlados e devidamente descontados dos rendimentos mensais dos (as) trabalhadores (as).

A empresa desconta os quinze minutos de intervalo que oferece aos funcionários, pois não tem obrigação nenhuma de dar lazer a seus empregados. (Depoimento, gerente de produção, 2004)

Aqui se traz um ponto interessante: para se ter um bom rendimento no trabalho é importante que os (as) trabalhadores (as), assim como qualquer máquina, descansem, repousem o mínimo necessário para que o processo de produção possa ser retornado com o máximo proveito. Os intervalos devem ser encarados como uma forma de *entretenimento* no trabalho, funcionando como mais um elemento do ideal panóptico da servidão integral da natureza ao útil. A utilidade deve ser executada por diversas vezes, evitando todo e qualquer tipo de perda e maximizando maior número de vantagens.

As relações sociais de trabalho no interior da fábrica de beneficiamento de castanha podem ser analisadas, ainda, a partir de linhas mestras que ressaltam uma estrutura que une aspectos “soberanos” e “disciplinares”, (FOUCAULT, 1997). A figura emblemática do *olho central* é associada ao *dono do poder* – fundador e presidente da empresa, que transita entre o papel do soberano que lança mão de técnicas disciplinares, a fim de orientar a produção econômica e, mais do que isto, a composição de corpos dóceis e úteis.

O presidente funciona como um soberano que controla todas as etapas da produção, que inclui não apenas o trato da castanha na produção, mas sua comercialização e a constituição de formas alternativas no tratamento do pendúculo, a exemplo da conhecida culinária do caju, da qual é grande incentivador, como expressei anteriormente.³⁹

Nordestino, militar reservado do exército, católico, devoto da figura do Papa. Casado, não possui filhos. Espelha uma estrutura fabril, extremamente masculinizada: o trabalho rígido, militarizado, com forte teor nacionalista e religioso em um ambiente, predominantemente marcado pelo trabalho feminino. São inúmeros os símbolos visualizados em toda a empresa que me remete a um olhar voltado para a ordem, o progresso, a religião, marcados pela existência de imagens sacras, militares e nacionalistas.

O dono é quem manda em tudo, mas quem dá ordens são as fiscal que recebem as ordens do chefe de produção e que recebem do gerente de produção. Tem castanheira que nunca viu a cara do “véio” e tem castanheira que não sabe o nome dele. Só sabe que é ele que vigia a gente, lá da sala dele que tem uma grande vidraça ou então quando desce pro chão da fábrica e fica andando entre a gente. Ele não fala com a gente. Ele fala com a fiscal prá fiscal falar com a gente. (Depoimento, operária da mesa de raspagem, 2004).

³⁹ A empresa possui um restaurante-laboratório, em que são preparadas várias receitas da culinária nordestina e brasileira a partir da carne de caju.

O então presidente é percebido pelas (os) trabalhadoras (es) como o centro do poder na fábrica. É a ele que as entrevistadas (os) se remetem ao falar, diretamente, da exploração econômica, das más condições de trabalho. Ele se torna, nesse sentido, a *figura central*, no entanto, a fábrica, ao mesmo tempo que utiliza formas tradicionais de controle que vão desde a cobrança por uma produção diária de 27 kg/operária⁴⁰ até o controle das funções fisiológicas destas, une tais aspectos a formas disciplinares que não se inscrevem, apenas, na figura central de um soberano, mas de um poder que se exerce em rede. A “figura central” cria também corpos múltiplos de poder. E os “subordinados” também exercem suas formas de poder em relação uns aos outros, como em relação aos “patrões”.

(...) não se trata de analisar as formas regulamentares e legítimas do poder em seu centro, no que possam ser seus mecanismos gerais e seus efeitos constantes (...) em vez de formular o problema da alma central, creio que seria preciso procurar estudar os corpos periféricos e múltiplos, os corpos constituídos como sujeitos pelos efeitos do poder. (FOUCAULT, 1997: 182/3).

Do *poder central*⁴¹, e em direção ao *poder central*, multiplica-se uma teia de relações de poder em que podemos relacionar castanheiras e trabalhadores da castanha, as fiscais de produção (todas mulheres), chefes de produção (todos homens), secretária dos chefes de produção, gerente de produção, chefe do departamento do pessoal, diretores, secretárias e auxiliares de escritório, secretárias da diretoria, secretaria da presidência, vice-presidente e presidente.

Para Foucault,

⁴⁰ A produção diária é contabilizada no final da jornada nas mesas de raspagem. São cerca de trinta mesas e cada uma agrupa dez operárias que são obrigadas a entregar 27kg de castanha no fim do expediente, às 17h.

⁴¹ Não quero dizer com isso que é de um determinado centro que emana todo o poder na fábrica, mas quero ressaltar que existem instâncias centrais e periféricas, corpos centrais e periféricos, que se articulam entre si na “construção utópica da fábrica disciplinar”, tomando o termo a exemplo de Margareth Rago em sua obra *Do cabaré ao Lar: a construção utópica da cidade disciplinar*.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede (ibid. p. 182/3).

O poder ramifica-se, capilariza-se. E, em vez, de tentar elaborar uma análise que vá do topo à base do poder ou vice-versa, posso fazer um caminho em rede, buscando saber como este poder disciplinar é constituído a partir de um “direito de soberania” e de “mecanismos de disciplina”. Para Foucault (1997), o exercício do poder ocorre dentro destes limites.

A fábrica de beneficiamento de castanha é um exemplo claro deste jogo em que é operado o exercício do poder. Quando Foucault assinala que as disciplinas têm seu discurso, remeto-me à fala das (os) primeiras (os) informantes em minha inicial pesquisa de campo, visivelmente marcada pelo discurso da disciplina, seja em sua afirmação ou negação. Até mesmo as estratégias de resistência acompanham as variadas formas da disciplina. Em certa medida estes agentes, ao mesmo tempo que são atingidos por esta disciplina, muitas vezes, sem perceber, a reproduzem, seja no local de trabalho, seja nas relações pessoais, seja em casa ou até mesmo no sindicato.

A disciplina produz comportamentos, dentro e fora da fábrica. Origina formas de se divertir ou não, enseja maneiras de lidar com os corpos, sejam homens ou mulheres. Ocasionalmente lugares determinados, minuciosamente recortados. O binômio soberania/disciplina é diariamente alimentado pelos sujeitos e pelos discursos que estão no jogo.

Tomando a produção e reprodução do poder e da disciplina no interior da fábrica, acreditamos que seja interessante se puder articular breve descrição da fábrica, aliando-a à localização, distribuição e função do que Foucault chama de corpos centrais e periféricos, a

partir do que se poderia denominar de uma economia de controle econômico e extraeconômico.

(...) os industriais procuram definir normas estritas de comportamento para assegurar não apenas o comparecimento diário do operariado na fábrica, mas ainda a execução regular de sua atividade produtiva.(...) Desempenham um papel fundamental na constituição das relações de dominação no interior da unidade produtiva: impõem regras de conduta, instauram códigos de penalidade, de punições e prêmios, de modo a gerirem nos mínimos detalhes todos os movimentos dos trabalhadores (RAGO, 1985: 22/3).

A fábrica se divide em três grandes setores de produção: processamento, oficinas e escritório. Além disso, a empresa ainda apresenta uma creche, um refeitório para os (as) operários (as), um refeitório para os (as) funcionários (as) do escritório, diretoria e presidência, algumas casas alugadas a funcionários (as) escolhidos pela direção da fábrica.

No processamento, os homens estão no corte⁴², na limpeza e na lavagem da castanha. As mulheres estão na seleção, classificação e revisão do produto. A divisão sexual do trabalho no interior da fábrica também se estende aos outros setores. Nas oficinas de manutenção, têm-se apenas homens trabalhando. No escritório, a maioria, cerca de 90%, também é constituída por homens. As poucas mulheres que encontrei nos corredores estão como secretárias, auxiliares, recepcionistas, jamais ocupando um cargo de chefia. Parte destas vem das famílias que se destacam na colheita nas fazendas de caju; têm laços de parentesco com os diretores e diretor-presidente da fábrica ou então são operárias que se destacaram no setor de processamento, recebendo o trabalho no escritório como uma recompensa pelos serviços prestados à empresa.

O escritório controla as oficinas de manutenção e o setor de processamento, funcionando como centro do poder, lugar onde o soberano transita e de onde emanam as

⁴² Atualmente o corte da castanha está totalmente mecanizado. Diferentemente de anos atrás, quando as mulheres executavam, manualmente, tal atividade. Hoje, os homens estão no setor para monitorar o funcionamento das máquinas.

decisões. O escritório delega às oficinas de manutenção, lugar de dominação masculina, o trabalho de garantir a qualidade das máquinas. No setor de processamento, as mulheres estão sentadas em filas, junto às 42 esteiras, selecionando o produto, ou ainda distribuídas em grupos de dez, nas mais de trinta mesas de raspagem. Os homens são os responsáveis pelo abastecimento dos grandes funis de castanha, localizados nos altos das máquinas de torragem do produto. Estes reservatórios não podem secar por nenhum instante. Os operários passam toda a sua jornada, subindo e descendo escadas, com fardos de 20 kg de castanha para que possam ser torradas e que desçam para as esteiras. Os homens que trabalham neste setor sofrem com problemas de coluna e complicações respiratórias, já que o calor junto às máquinas chega a 40 graus. A ventilação no interior da fábrica é feita por alguns ventiladores, no entanto, a cobertura dos galpões continua sendo feita por telhas de amianto, material que retém muito calor.

As mulheres estão sentadas junto às esteiras, concentradas em selecionar as melhores castanhas por aspecto, tamanho, grau de película, para que possam ser encaminhadas às mesas de raspagem. As operárias ficam sentadas durante toda a jornada de trabalho e sofrem muitos problemas de saúde em razão do controle rígido da postura, que deve contribuir no processo de produção. Coluna ereta, braços que trabalham no mesmo ritmo, visão cuidadosamente apurada. O calor também as atinge. Queixam-se de problemas de pele, já que o contato direto com a castanha quente deixa suas mãos e antebraços com uma tonalidade amarelada. Além disso, sofrem com problemas de catarata, em razão da exigência de acuidade visual, e de processos inflamatórios na genitália e aparelho reprodutor. Já que, além da “quentura” (termo que utilizam para qualificar o grande calor), também há o controle das funções fisiológicas.

A quentura é grande demais. A gente é obrigada a usar saia. Não pode usar short. É ruim, né? Tem hora que as coxas da gente pregam nas cadeiras. E eles não gostam que a gente use um shortinho por debaixo da saia. Acho que é por causa do calor que eu sentia tanta dor nos meus ovários. (Depoimento, operária da esteira, 2004).

As idas e vindas ao banheiro são controladas pelas fiscais de produção por meio de fichas que circulam entre mais de seiscentas funcionárias, estabelecendo o horário em que cada uma pode ir e o número de vezes ao dia: duas vezes durante mais de dez horas de trabalho. Ao chegar ao banheiro, as operárias encontram uma funcionária de serviços gerais, responsável pela distribuição do papel higiênico e por apressá-las a voltar para a produção.

As trabalhadoras tem hora para ir e para voltar do banheiro. Eu via muita mulher saindo correndo das esteira ou da raspagem, para não fazer suas necessidades no chão da fábrica. Para os homens, não. Era um pouco diferente. A gente não tinha que pegar ficha e podia pedir para um companheiro ficar olhando o nosso funil para que ele não secasse. A gente tem um pouco mais de liberdade. (Depoimento, operário, membro da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes no Local de Trabalho, 2004)

Na hora do lanche, a gente tem um pouco mais de tempo do que as mulheres. As mulheres agora estão sendo obrigadas a lanchar no banheiro. Os homens podem dar uma saidinha, lanchar fora do setor, alguns vão até lá pra fora. As mulheres, não. Quando dá os quinze minutos, as fiscais já estão chamando todas elas. As fiscais tem um lugar para lanchar, as trabalhadoras, não. Os homens tinham mais tempo, cerca de vinte minutos e às vezes a gente ficava fazendo hora no banheiro. No meu tempo, as fiscais usavam pedaços de vassoura e batiam nas esteiras e nas mesas chamando as trabalhadoras. Não sei se hoje ainda é assim. (Depoimento, operário, membro da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes no Local de Trabalho, 2004)

As informantes sentem muita dificuldade em me descrever o interior da fábrica, já que são obrigadas a permanecer quase que fixadas junto às mesas de raspagem e às esteiras de produção. Os homens, no entanto, conseguem me dar mais pistas, pois circulam um pouco melhor e têm mais “liberdade” de ir ao banheiro quantas vezes quiserem, por exemplo, ou ainda de beber água quando sentem sede.

Eu nem sei dizer direito o que acontece em outros setores. Eu só conheço o meu setor, a gente não pode ficar andando por aí. Eu mal conheço quem trabalha do meu lado. Eu só tinha mais amizade com as meninas da mesma mesa que eu. Lá é assim: a gente não pode olhar pro lado, a gente não pode conversar, a gente não pode cantar baixinho, a gente não pode provar da castanha. A gente só pode trabalhar e a gente trabalha muito. (Depoimento, operária da mesa de raspagem, 2004).

A gente tem um pouco mais de liberdade. Pra você ter uma idéia é comum a gente tomar uma cachacinha no intervalo do almoço ou do lanche pra que a gente possa agüentar o tranco. As mulheres não podem fazer isso. (Depoimento, operário, 2004).

As fiscais de produção também ocupam lugares específicos. Circulam entre as mesas e esteiras, reconhecendo as operárias pelo seu número, determinando as idas e permanência para os banheiros, os intervalos para o almoço e lanche. As fiscais ficam em pé e possuem uma espécie de pequena tribuna para que fiquem olhando melhor o que acontece, reprimindo qualquer conversa paralela e ainda “moleza”, “corpo mole”, na produção exigida. Como expressei anteriormente, cada trabalhadora da mesa de raspagem é obrigada a entregar no fim do dia 27 kg de castanha⁴³. A evolução de cada operária é acompanhada por meio de uma ficha cadastral, na qual os números da produção restam anotados diariamente, a fim de que periodicamente as trabalhadoras possam ter sua produção avaliada dentro dos padrões exigidos. As fiscais de produção funcionam como “pequenas soberanas” que disciplinam e são disciplinadas.

Este breve relato de funções e localizações no interior do setor de processamento exemplifica o que Foucault chamou de *Arte das Distribuições*⁴⁴, no capítulo em que pontua sobre a disciplina. O autor enumera diversas técnicas que visam a fazer com que a disciplina possa proceder na distribuição dos indivíduos nos espaços. Os discursos de nossos

⁴³ O montante exigido aumentou em 10 kg na última década, em decorrência da mecanização do setor produtivo.

⁴⁴ FOUCAULT, Michel. *Arte das Distribuições*. In: *Vigiar e Punir – História da Violência das Prisões*. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2004: 121/132.

informantes revelam certa soma de tais técnicas, aglutinando formas mais tradicionais a maneiras mais modernas.

O “encarceramento”, por meio da *cerca* - os altos muros da empresa, aliados aos grandes galpões e à existência de poucos portões - funcionam como formas de cercear a circulação dos indivíduos. Além disso, pode-se exagerar ao ponto de estabelecer aquelas cercas invisíveis que se colocam entre as trabalhadoras, tentando impedir qualquer comunicação. A *cerca* alia-se ao quadriculamento: “*Cada indivíduo no seu lugar e em cada lugar; um indivíduo*” (2004: 123), como forma de localizá-lo fisicamente e ser capaz de saber o que ele está fazendo naquele pronto instante. Segundo Foucault, “*a disciplina organiza um espaço analítico*”. (ibid. p. 123).

À fábrica não interessa, no entanto, saber apenas como fazer o quadriculado individualizante. É preciso estabelecer setores de produção e distribuição dos postos. Dessa forma, é importante ligar os indivíduos uns aos outros, sem necessariamente criar laços, vínculos entre estes. O que importa é poder observar e contabilizar o vigor, a rapidez, a habilidade e a constância.

Por um lado,

Progressivamente, os industriais procuram fazer com que os operários introjetem a disciplina panóptica do trabalho industrial prescindindo dos recursos à utilização da força bruta e mascarando o exercício do poder por um discurso que se apresenta como científico, racional e moderno. As formas de vigilância e controle fabril deixam paulatinamente de se manifestarem essencialmente pela repressão exterior e subjetiva da vontade patronal, transferindo-se para o interior do processo técnico de organização do trabalho. (RAGO, 1985: 26).

De outra parte, as formas repressivas, a existência do que os operários chamam de sala de tortura, os “*dedos na cara*”, os “*murros na mesa*”⁴⁵, as perseguições explícitas, as

⁴⁵ Expressões utilizadas pelos informantes para caracterizar as advertências no interior da fábrica.

demissões arbitrárias sob o título de “justa causa” encerram outro poder que se identifica mais com o poder do soberano. Mais uma vez, é visível o fato de que a empresa abriga, em certa medida, a exploração disciplinar, mais panóptica, mais “silenciosa” aliada a características mais tradicionais, entendidas como atrasadas, dentre as indústrias locais.

Eles queriam me obrigar a renunciar o Sindicato. Eu nunca que ia fazer isso. Eles me levaram para uma sala e começaram a botar o dedo na minha cara, a dar murros na mesa. Acho que eles fazem isso pra meter medo na gente. Eles tanto fizeram que conseguiram me demitir por justa causa, alegando que eu faltava demais. Já pensou. Eu não me lembro nem quantas vezes eu faltei o trabalho em mais de dez anos de empresa. (Depoimento, operária da mesa de raspagem, última diretora do sindicato, demitida por justa causa, 2004).

Uma vez eu fui chamado atenção, peguei até suspensão. O dono e o chefe do setor pessoal me chamaram na sala de tortura (era o jeito que a gente chamava a salinha do carão). Teve uma hora que ele pediu para que o outro se retirasse. Eu tive um pouco de medo. O veio espumava de raiva de mim. Gritou tanto e batia tanto na mesa que eu pensei que ele fosse ter um troço. Depois saiu como se nada tivesse acontecido. (Depoimento, operário, membro da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes no Local de Trabalho, 2004)

Ao lado da *Arte das Distribuições*, podemos discorrer sobre o *Controle da Atividade* que desenham um quadro em que a disciplina, ou melhor, a tática disciplinar é a base para uma microfísica do poder que podemos chamar de *celular*. (FOULCALT, 1997)

A perfeição disciplinar tenciona operar nos corpos dos homens e mulheres da fábrica, em processos de repartição, controle, distribuição, ligação, classificação; mas, também, de compor forças para a obtenção de um aparelho eficiente.

São corpos singulares que se tornam elementos que se colocam, se movem, se articulam um aos outros. Além disso, podem se organizar em conjunto, em séries nas quais possam formar um tempo composto, capaz de se extrair o máximo de forças e, principalmente, de combiná-las. Foucault defende também a idéia de que tais formas exigem um sistema preciso de comando.

Os trabalhadores passam a funcionar como corpos que respondem a sinais incorporados: olhares, sons, horários, intervalos. O que importa é reagir ao que está sendo exigido, atendendo-os prontamente. O regime disciplinar organiza táticas, fazendo com que os corpos sejam localizados em atividades codificadas, compondo um aparelho de forças diferentes, por meio de uma combinação, minuciosamente calculada. Para Foucault, esta é a mais elevada forma da prática disciplinar.

6.2 A máquina perversa em interface com o conceito de *Campo Social* – (Re) Fazendo subjetividades de gênero

A fábrica é um campo social (BOURDIEU, 2002) onde os agentes sociais entram em processos interativos, incluídos num verdadeiro mercado de trocas, tanto simbólicas como econômicas, ressaltado pela divisão social e sexual do trabalho, que conduz os sujeitos a exercerem funções sociais diferentes. Entendo a fábrica como um espaço de posições e trajetórias. É importante ressaltar que o campo, assim como defende Bourdieu (2002), tem a idéia de formar uma gênese, mostrando que o terreno social, seja científico, político, religioso ou a fábrica de beneficiamento de caju, é um lugar regulador, onde as coisas acontecem e podem acontecer, minado por atribuições, interesses mediados por atores sociais que produzem, recebem e faz circular bens simbólicos e ideológicos compostos por linguagens, regras e formas. O campo situa-se, ainda, como lugar do jogo, da disputa, do conflito, caracterizando-se como um conjunto de práticas não inteiramente espontâneas ou reprodutivas, embora demonstrem certa dose de repetição, ao mesmo tempo, que pode abrir novos espaços de negociações.

As castanheiras, como agentes inseridas neste campo social, desenvolvem formas de linguagem inscritas em determinadas condições sociais que abrangem os recortes de classe, gênero e ideologia, em operações que ultrapassam processos de codificação/decodificação, se estabelecendo como uma relação de força simbólica. A fábrica e seus agentes (operárias, fiscais de produção, pessoal de manutenção, secretárias, patrões...) operam, na verdade, não apenas na produção da mais-valia, mas numa relação de força simbólica (BOURDIEU in ORTIZ, 2003: 149). A fábrica pode ser “congelada” como um grande mercado de bens simbólicos e materiais, sem que suas relações sejam cristalizadas de forma dual, binária.

Neste sentido, o autor exprime que as relações de força simbólica ou as relações de força lingüística são caracterizadas pelo poder que determinados falantes exercem sobre outros, definindo quem pode falar, a quem pode falar e como pode falar, além de atribuir o poder à linguagem de um em detrimento/ desprestígio da linguagem de outros.

(...) Para explicar o discurso é preciso conhecer as condições de constituição do grupo no qual ele funciona. A Ciência do discurso deve levar em conta não apenas as relações simbólicas de força que se estabelecem no grupo em questão – que fazem que alguns (por exemplo, as mulheres) estejam impossibilitadas de falar ou devam conquistar seu público enquanto outros já estão em país conquistado – mas também as leis de produção do grupo que fazem que certas categorias estejam ausentes, ou apenas representadas por porta-vozes. (BOURDIEU in ORTIZ, 2003: 150)

Neste percurso, o recorte de gênero (em sua relação com a linguagem) constitui importante ferramenta teórica, na medida em que me afasto das teorias que colocam o conceito como uma categoria binária, reservando papéis específicos, quase cristalizados, a mulheres e homens, de forma homogênea, preestabelecida, sem levar em consideração seu aspecto relacional.

Para teorizarmos, portanto, a relação entre linguagem e gênero de forma mais interpretativa e contextualizada, devemos começar desvendando como as escolhas lingüísticas e práticas comunicativas situam os interlocutores em determinadas posições na trama das relações sociais e como essas estruturas de relações sociais, por sua vez, delimitam ou moldam suas escolhas lingüísticas e práticas comunicativas. (COSTA, 1994: 161)

Pensando dessa forma, ressalta-se o gênero como categoria relacional. Investigar sobre discursos e práticas das mulheres castanheiras nos remete a observar que estas, além das necessidades materiais objetivas, também são moldadas por escolhas individuais e por pressões específicas no interior da fábrica, ou seja, dentro de um determinado contexto, onde os discursos dos gêneros se desenvolvem, também, a partir do que COSTA (1994: 160) chama de “economia semiótica da diferença sexual”, ou seja, abordando os gêneros na perspectiva de práticas semântico-materiais e das experiências sociais do cotidiano dos indivíduos.

(...) uma análise das inter-relações entre interlocutor, discurso e ação enquanto estas são influenciadas por estruturas de poder, enfatizando, por conseguinte, conceitos como processo, contexto e estruturas sociais. Na busca desta linha de análise, somos capazes de desenredar as maneiras como as estruturas de gênero são formadas e transformadas em atos comunicativos. (COSTA, 1994: 161/2).

Não tenciono, em nenhum momento, defender a existência de uma linguagem eminentemente das mulheres, pois compreendo que linguagem e gênero devem ser entendidos internamente, um ao outro, numa relação entre a linguagem e a constituição dos sujeitos femininos e sujeitos masculinos em tempo e espaço específicos. Para Bourdieu, o discurso é um bem simbólico, na medida em que pode receber valores diferentes, conforme o mercado em que está inserido. A fábrica, entendida como um mercado de bens simbólicos e materiais, como já disse, “abriga” os discursos das mulheres castanheiras, com seus valores diferenciados dependendo do contexto em que estão situados e dos interlocutores

(as) que possuem. Entre mulheres castanheiras/mulheres castanheiras espera-se uma determinada troca; entre mulheres castanheiras/ fiscais de produção, outro valor em pauta; entre mulheres castanheiras e os patrões, uma relação de comunicação e de produção lingüística e assim por diante, dependendo do contexto, dos elementos que estão em jogo.

A verdade da relação de comunicação nunca está inteiramente no discurso nem nas relações de comunicação. Uma verdadeira ciência do discurso deve buscar essa verdade no discurso, mas também fora dele, nas condições sociais de produção e reprodução de produtores/ receptores e da relação entre eles. (ibid, p. 150).

O autor reforça elementos que permitem incursionar pelos os discursos destas mulheres na relação com seus interlocutores (as). O conceito de relações de forças lingüísticas remete ao valor social dos produtos lingüísticos, no mercado lingüístico, que estabelece diferenças entre esses produtos, fazendo com que alguns, e não outros, possuam lucro ou proveito. É importante perceber que estas relações de troca sucedem de forma desigual, já que as características lingüísticas estão inseridas em posições sociais e econômicas desiguais e que, portanto, produziram e farão circular *capitais lingüísticos* distintos.

Numa sociedade capitalista, a desigualdade na economia dos bens materiais está lado a lado a uma economia de bens simbólicos. Nesse contexto, os usos da linguagem vão depender da posição destes interlocutores numa estrutura de relações de forças simbólicas e materiais.

Entendemos que tanto a categoria linguagem como classe e gênero são *práxis* que incluem estratégias faladas, ouvidas, inscritas em determinados locais, sob determinadas condições materiais e simbólicas. Nesta grande economia de bens simbólicos

as pessoas querem interpretar e compreender a (des) construção e (re) construção destes conceitos como categorias vivas no interior do campo social em foco.

Ao lado disso, a imagem da mulher submissa, vitimada, docilizada é apresentada no discurso das entrevistadas, no entanto, *de dentro* do imaginário da mulher vítima, surge a imagem da guerreira, lutadora, que enfrenta toda a exploração econômica e simbólica, digamos assim, em nome da família e dos filhos, prioritariamente. A exploração da mão-de-obra feminina na indústria da castanha se inscreve simbolicamente, reproduzindo-se, também, na esfera do imaginário destas mulheres. É como se o corpo fosse capaz de promover momentos de resistências e liberdades, rompendo com o silêncio habitual.

O estudo da maneira pela qual cada sociedade pressiona os seus indivíduos a fazerem determinados usos de seus corpos, e a se comunicarem com eles de maneiras particulares, abre novas perspectivas para o estudo da integração social, uma vez que, por meio dessa pressão, a marca da estrutura social imprime-se sobre a própria estrutura somática individual, de forma a fazer do psíquico, do físico e do coletivo um amálgama único que somente a abstração pode separar. (RODRIGUES, 1980: 47)

É necessário que possamos articular o conceito de corpo às relações sociais de gênero e ao trabalho feminino no interior da fábrica de beneficiamento da castanha, como forma de investigar a maneira pela qual estas esferas se entrecruzam e podem oferecer uma via de investigação para que a vida das mulheres castanheiras possam se apresentar, ser reveladas por elas mesmas, como protagonistas desta história, fornecendo pistas de acesso para a (re) construção deste grupo em particular.

Quando abordadas sobre questões que se referem à relação corpo/trabalho, apontam, com unanimidade, o binômio saúde/doença. As trabalhadoras entendem o corpo dentro de um quadro que tenta ressaltar as condições de *saúde*, como pressuposto ao trabalho pesado. Apesar de reconhecerem a *doença* no corpo, evitam ir mais a fundo neste tema, pois um corpo que não esteja saudável corre o risco de perder o emprego.

O corpo não é visto como um corpo de prazer e para o prazer, mas como algo que serve de espetáculo para os homens e espaço de reprodução dominado por estruturas masculinizadas. Desse cenário emerge uma *Macabéa* sem direitos sobre o próprio corpo, docilizada, submissa, ou ainda, quase sem corpo.

Sei que meu marido farreia e bebe cachaça. De vez em quando, quando ele tá nervoso e sem dinheiro, ele chega em casa reclamando. Querendo que eu me deite com ele. Eu vou sem vontade. Mas vou pra me ver livre da perturbação. Não sei qual foi a última vez que tive vontade de transar. E eu que era saída!!! Tinha tanto fogo!! Hoje não sou mais de nada! (Depoimento, operária da mesa de raspagem, 2005).

A gente tem que ter força nos braço e nas mão, porquê se não a gente não consegue dá conta do serviço que é muito pesado e não dá pra ficar desempregada... Tenho a vista cansada. A gente fica com dor de cabeça.... É muito difícil a gente conseguir uma consulta no posto. Faz dois ano que eu não vou pra prevenção. (Depoimento, operária da mesa de raspagem, 2005).

Nossos passos são bem controladinho. As fiscal num deixam passar nada. Nada escapa. Nem uma conversadinha com a colega do lado. Nem comer uma castanha, mesmo que não preste pra exportação. Nada, nada. (Depoimento, operária da mesa de raspagem, 2005).

O controle executa uma coerção sobre o corpo que dispensa a violência física, propriamente dita. Dessa forma, o discurso do controle ganha conotação positiva, num sentido de elaboração, de produção (controle de qualidade). É uma repressão para o aperfeiçoamento. Nesses casos, é permitido um grau tolerável de prazer que permita que as mulheres sejam motivadas à produção. “(...) *E, quanto mais produz, mais submissão, fica mais dócil. Aqui é a noção do prazer para a produção. A produção não é mais violenta e, sim, voluntária.*” (MURARO, 1996, p.p.76/7).

O controle como o vemos é um grau mais sofisticado do poder sobre o corpo do que a repressão e, também, muito mais eficaz. Porque a repressão supões que a pessoa a negue, se revolte, é um fator da postura crítica. Quanto ao controle, que produz prazer, supõe que a pessoa goste de estar dentro dos padrões em que está controlada. O controle, como vemos, é destruidor da posição crítica. (MURARO, 1996, p.77).

As castanheiras parecem se encontrar numa travessia incompleta entre a repressão e o controle de seus corpos. Nem só repressão. Nem só controle. A vigilância não é tão requintada ao ponto de abrir mão das técnicas utilizadas pela repressão propriamente dita. O olho central que tudo vê, mesmo quando não é visto, não emana seu poder apenas com base no requinte do controle que motivaria as mulheres ao prazer da produção, reafirmando o silêncio de seus corpos, mas, executa a repressão, propriamente dita, já que o discurso das castanheiras revela, em certa medida, a negação da violência e, por outro lado, a exaltação desta, mesmo quando não seja tão verbalizado, como expressei em passagem anterior deste ensaio.

(...) O modo do poder funcionar em nossa sociedade ganha relevo na comparação com a sociedade moderna, descrita por Foucault como sociedade disciplinar. As técnicas disciplinares estavam conectadas ao capitalismo de produção, deviam permitir a separação entre a força e o produto de seu trabalho, seja por tornar aceitável a exploração, seja por permitir o uso potencializado da força. Tratava-se de produzir um corpo dócil, eficaz economicamente e submisso politicamente. (VAZ,1999:159).

As mulheres que entrevistei e que continuam no *chão da fábrica* silenciam muitas vozes em seus corpos. Negam a doença, exaltando a necessidade de um corpo saudável. O *silêncio do corpo*, no entanto, começa a ser rompido de modo mais claro, na medida em que estas trabalhadoras começam a *sair* da fábrica, seja por meio das atividades partidárias, político-sindicais, seja pela demissão e/ou aposentadoria. Estas passam a ter *outra* relação com o corpo, embora se possa chamar a atenção para uma espécie de inversão dentro da mesma lógica. Continua o binômio saúde/ doença, só que se ressalta o corpo doente tomando o lugar do corpo saudável; ou seja, o corpo que não produz, tomando o lugar do corpo saudável para o trabalho.

A fábrica como instituição passa a operar simbolicamente as relações de trabalho. A exploração da mão-de-obra feminina, o imaginário da trabalhadora que deve seu emprego a

qualquer custo, as linhas mestras nacionalistas, militares e religiosas não estão inscritas em lugar algum, mas se inscrevem na imaginação simbólica que reforça a submissão, a subalternidade, o desejo reprimido das operárias que lá estão. Este cenário se apresenta com as cores fortes das relações sociais de gênero, que promove lugares sociais desiguais e, portanto, hierarquias para homens e mulheres.

Quando se fala em gênero há um alargamento do campo categórico e de sentidos. As categorias 'mulher' ou 'homem' recobrem, no meu entender, um campo de referências mais restrito que as categorias masculino e feminino, e as primeiras poderiam ser consideradas como partes das segundas. Dessa forma, não haveria oposição, exclusão ou substituição (mulher e/ou gênero, gênero por mulher) mas gênero seria um instrumento que mapeia um campo específico de distinções, aquele cujos referentes falam de distinção sexual. Quer onde estão sujeitos concretos, substantivos, homens e mulheres, quer onde nem mesmo encontramos estes sujeitos. Mas, claro, esta relação ainda instiga, do meu ponto de vista, interrogações e pesquisas. (KOFES, 1992: 28/9)

A fábrica de beneficiamento de castanha tem maioria feminina, mulheres castanheiras, atingidas por más condições de trabalho, pela exploração econômica e simbólica que circula no interior da empresa.

O controle é muito grande. Querem controlar até quando a gente tá lá fora. Os trabalhadores não podem falar com a gente que é do sindicato. Isso não acontece em fábrica nenhuma. Só aqui. (Depoimento, operária da mesa de raspagem, 2004).

É muita disciplina. A gente não consegue ficar à vontade nem em casa. Em todo canto a gente lembra da fábrica. Eu vou te contar uma. Às vezes a gente organizava um piquenique entre os trabalhadores, ou então saía pra tomar umas cachaça e dançar na sexta-feira depois do trabalho. Tu me acredita que quando a gente começava a dançar e a suar, a gente sentia o cheiro do óleo da castanha no nosso corpo. Isso era demais. Nem na farra a gente tava livre. (Depoimento, operário, membro da CIPA - Comissão Interna de Prevenção de Acidentes no Local de Trabalho, 2004).

Ao entrevistá-las, emergem falas preñes de uma subjetividade delineada, também, pela forma como a mão-de-obra feminina é gerenciada no interior da fábrica. Isto remete, primeiramente, aos estereótipos sexuais, às identidades sexuais e representações de virilidade e feminilidade usadas como elementos fundamentais no gerenciamento desta

mão-de-obra. Há uma divisão sexual clara das tarefas desempenhadas por homens e mulheres, que se combina com o modelo de produção taylorista, como veremos mais adiante.

Do discurso das trabalhadoras, não é narrada apenas a exploração da mão-de-obra operária, mas a dominação simbólica, que tanto se apresenta na exploração econômica, também se inscreve como relação social institucionalizada.

Ao lado destas considerações, aponto elementos que “incrementam”, digo assim, a institucionalização destas relações sociais. Estes elementos se encontram inscritos numa rede simbólica que orienta o adestramento dos corpos, por meio da disciplina. Arrisco dizer, que o corpo docilizado (FOUCAULT, 2004) também está situado como uma instituição preche de elementos simbólicos que se expressam nesses corpos com linguagem, seja econômica, disciplinar, cultural, afetiva e de gênero.

A fala das entrevistadas apresenta considerações que pretendo denominar como imaginário feminino, onde são ressaltados os aspectos que dizem respeito, prioritariamente, ao corpo, à saúde/doença, maternidade, sexualidade e família, estabelecendo acordos e conflitos expressos nos corpos das trabalhadoras.

Estão submetidas a uma rotina disciplinar muito rígida. Na empresa, até um certo tempo, todas (os) funcionárias (os) entravam às 7h. Hoje, apenas as castanheiras das mesas de raspagem e esteiras são obrigadas a chegar à fábrica a partir das 6h para que possam trocar de roupa, tomar café-da-manhã (atualmente, fornecido pela empresa) e às 6h30min devem estar em seus postos, sentadas, esperando que o sinal toque 7h em ponto.

As fiscais de produção se responsabilizam pela chamada das mulheres. Cada detalhe, cada fração de minuto não repercutirá apenas no volume de produção, mas na disciplina que ressoa nos corpos que, ao iniciar a jornada, já estarão prontos para começar o

serviço. Tudo é minuciosamente orquestrado. Existem dois intervalos para lanche: quinze minutos pela manhã e quinze minutos à tarde descontados no final do mês. O almoço tem intervalo de uma hora e, atualmente, é servido no refeitório construído fora da empresa, para aqueles (as) que assim preferirem. A alimentação é descontada dos rendimentos mensais dos (as) trabalhadores (as). A saída está marcada para às 17h, na medida em que cada uma confere sua produção junto às fiscais. Toda (o) funcionária (o) está sujeita (o) a fazer horas extras, sem aviso prévio.

O tempo penetra o corpo das (os) operárias (os) em relação aos atos que devem executar para as exigências da produção. A postura corporal, a concentração apurada, o manuseio do produto, entre outros aspectos, estão submetidos a uma certa ditadura de um tempo que não deve parar. Com o passar dos dias, meses e anos, o tempo vai conseguindo elaborar atos mais eficientes e eficazes, contribuindo no adestramento destes corpos dóceis e úteis, a exemplo de um verdadeiro treinamento militar.

Atualmente, a empresa institui mais um instrumento de controle do tempo, num cenário que extrapola os muros da fábrica. É uma espécie de prêmio em dinheiro, no valor de R\$ 80,00 (oitenta reais) que recompensa o (a) operário (a) que durante o período de seis meses não tiver nem um atraso ou falta registrada em seu histórico. É válido ressaltar que a premiação é aguardada com muita ansiedade pelos (as) operários (as) e, muitas vezes, reconhecida como um avanço das relações de trabalho.

Eu gosto muito dos menino do Sindicato. Mas, eu acho que as coisas na empresa andaram melhorando... O dono, antes era pobre, tava no começo da fábrica. Hoje, não ele dá até prêmio a gente. Não é muito, mas já é alguma coisa. De seis em seis meses a gente recebe um dinheiro, R\$ 80,00. É só não faltar e não chegar atrasado. (Depoimento, operária da seleção, mais de vinte e cinco anos de fábrica, 2005).

O corpo e o gesto são postos em articulação, já que a relação entre estes indicará a eficácia e a rapidez do que está sendo executado em favor da produção crescente e de qualidade. Segundo Foucault (2004), a disciplina vai definir as relações que os corpos devem manter com o objeto que manipula. Na fábrica, há o homem que abastece o funil; a mulher que seleciona na esteira; a mulher que trabalha na mesa de raspagem; a fiscal que contabiliza a produção e assim por diante.

Vê-se, portanto, que cada um destes corpos constitui individualidade múltipla. A disciplina é produzida, incorporada, interpretada, externalizada de formas diferentes. A prática disciplinar condiciona e é condicionada no gesto em execução, que não está apenas a serviço do resultado de um trabalho.

Foucault aborda este tópico como um princípio que, se antes tinha um significado negativo que combatia a ociosidade, em sua forma disciplinar, se organiza de maneira positiva, substituindo o emprego do tempo por sua exaustão, intensificando o uso do mínimo instante, dando-lhe uma positividade quase inesgotável, ao ponto de se fazer convergir o máximo de rapidez ao máximo de eficiência. Os relógios, a que me referi anteriormente, passam a ser componentes positivos, ou seja, é pelos relógios, por exemplo, que o desempenho dos trabalhadores a cada instante será controlado. O instante é fração de produção e de controle. *“Um corpo disciplinado é a base de um gesto eficiente”* (IBID: 130).

Na empresa, não estou bem certa, se este princípio se aplicaria em todos os seus aspectos. Acredito que, apesar de haver certa economia positiva da utilização exaustiva, ainda persiste de maneira muito significativa, o princípio tradicional da não-ociosidade, mais por emprego do que por exaustão.

A perfeição disciplinar tenciona operar nos corpos dos homens e mulheres da fábrica, em processos de repartição, controle, distribuição, ligação, classificação, mas, também, de compor forças para a obtenção de um aparelho eficiente que possa garantir a produção crescente.

O corpo vem a contribuir na percepção e organização da vida humana, tanto no sentido biológico, bem como no campo social. Andar, falar, olhar, trabalhar são modos apreendidos socialmente estabelecidos e que embasam toda uma visão de mundo. Esta condição não se exclui da divisão social e sexual do trabalho, já que, ao construir visões de mundo diferenciadas e desiguais para homens e mulheres, passa a distinguir as posições hierárquicas entre os sexos, idades e raças.

Dessa forma, os corpos também são produzidos numa lógica economicamente útil e, para isso, é preciso que estes possam ser submissos, adestrados a gestos e hábitos determinantes que fazem com que, de maneira singular, se tomem elementos que se colocam, se movem, se articulam um aos outros. Além disso, podem se organizar em conjunto, em séries nas quais possam formar um tempo composto, capaz de se extrair o máximo de forças e, principalmente, de combiná-las.

As trabalhadoras passam a funcionar como corpos que respondem a sinais internalizados: olhares, sons, horários, intervalos. O que importa é reagir ao que está sendo exigido, atendendo-os prontamente. O regime disciplinar organiza táticas, fazendo com que

os corpos sejam localizados em atividades codificadas, compondo um aparelho de forças diferentes, por meio de uma combinação minuciosamente calculada.

Acredito, no entanto, que no caso desta fábrica de beneficiamento de castanha, em particular, existe um vácuo entre o que posso chamar disciplina e controle. Parece-me uma travessia que não se completou, pelo menos por enquanto. Ainda é persistente pensar nos corpos destas mulheres cercados pelos muros da fábrica, de acordo com o que Foucault aponta como sociedade disciplinar. No entanto, posso assegurar, no entanto, em certa medida, que a disciplina cede lugar ao controle, quando estes estão fora da fábrica. Por isso, senti a necessidade de articular corpo e performance dentro e fora da fábrica, entendendo este corpo como um todo de significados, um corpo que é antes de tudo linguagem; linguagem expressa em todos os lugares, no todo das horas, no total das situações às quais está submetido.

O contato mais direto com as interlocutoras me forneceu pistas de que eu teria que buscar compreendê-las dentro de uma perspectiva relacional, na qual não há mulheres e homens como blocos monolíticos, que desempenham papéis preestabelecidos, mas como um conjunto plural de feminilidades e masculinidades no interior da fábrica que concede voz às várias técnicas de poder e disciplina, visualizadas no interior de um conjunto de processos de dominações econômica e extra-econômica. Elas falam sobre suas vidas dentro e fora da fábrica. As angústias, os medos, as formas de resistência, o sindicato são paulatinamente narradas com regularidades e distanciamentos. Daí a necessidade de que uma abordagem de gênero possa dialogar com tais narrativas, afastando-se de modelos preestabelecidos que condensam os chamados papéis femininos e papéis masculinos.

(...) o marco dos papéis não levanta questões de poder e desigualdade. A ideologia dos papéis masculinos e femininos obscurece as práticas material e social opressivas que sustentam distinções rígidas entre homens e mulheres. Ao enfatizar dualismos, essa teoria desvia a atenção da complexidade das relações sociais. O Gênero é melhor entendido em termos políticos e sociais e com referência a formas locais e específicas de relações e desigualdades sociais. (COSTA, 1994: 149).

A categoria gênero não está sendo utilizada para substituir as referências mulheres e homens, mas na designação inerente de uma escolha de matriz cultural e relacional que aborta a permanência de um caráter fixo e permanente de oposição entre dos pólos: feminino e masculino. A elaboração da categoria relações de gênero é um instrumento de captação da trama das relações sociais de trabalho, aspecto fundamental nesta nossa pesquisa, que não pretende, apenas, tratar a questão do emprego da mão-de-obra feminina com base apenas na análise do mercado de trabalho. O trabalho feminino, no meu caso, o emprego das mulheres castanheiras fornece-me um retrato do que Hirata (2002) exprime como:

(...) nas análises sobre as relações sociais de sexos, entendidas como relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas ou antagônicas de exploração e de opressão entre duas categorias de sexo socialmente construídas, a preeminência de um dos componentes dessas relações, seja o componente opressão/dominação de sexo, seja o componente superexploração econômica (...). (HIRATA, 2002: 148).

Entenda-se a personagem castanheira como a mulher operária que vende sua força de trabalho para a indústria de beneficiamento da castanha-de-caju como forma de garantir sua subsistência e a de seus filhos, num cenário em que as desigualdades nas relações de gênero no trabalho as situam como responsáveis por esta tarefa. Ideologicamente, o trabalho com a castanha é uma tarefa feminina, conseqüentemente, que apresenta baixas remunerações. A estas questões se alia uma lista de atribuições, também, *tipicamente femininas*, tais como: a habilidade manual das trabalhadoras, a paciência, a concentração, a docilidade, entre outras.

Estes aspectos, no entanto, são instrumentos de análise de um cenário que não pode ser encarado, apenas, de maneira dicotomizada e/ou dualista, mas no sentido de recontextualizar o trabalho feminino na constituição de sua subjetividade, tanto sexuada como de classe.

A produção da fábrica como instituição semitotal, que se caracteriza pelo *fechamento* e pela capacidade de seus indivíduos desenvolverem aspectos de suas vidas pessoais e coletivas dentro da fábrica e/ou sob seu controle, vai de encontro ao princípio da segmentabilidade humana. Ao mesmo tempo em que a fábrica segmenta suas atividades, seus departamentos, as funções de mulheres e homens, patrões e operárias (os), no intuito de orquestrar, da melhor forma possível, o gerenciamento da mão-de-obra e, conseqüentemente, mantém os altos níveis de produção, procura produzir uma personagem individual, a castanheira, como uma máquina uma dentro da máquina, ignorando o fato de esta também ser um ser humano segmentado.

Seja entre classes sociais, entre mulheres e homens, entre crianças e adultos, todos são segmentados, também, circularmente nos de círculos mais vastos, por exemplo: minha rua, meu bairro, minha região, minha cidade, meu estado, meu país. Segmentados linearmente, em etapas, episódios, processos etc. Falar em segmentos é se remeter a diferentes indivíduos que tanto pertencem a grupos sociais diversos como transitam entre grupos sociais diversos.

A segmentação fabril, para atender os fins da produção econômica, apresenta aspectos de segmentação binários, circulares e lineares. Binários, no sentido, da divisão social e sexual do trabalho, distribuindo tarefas, postos e ocupações para mulheres e homens; circulares, pois, no caso da fábrica em foco, é possível desenhar uma espécie de

circulação do que se acredita poder denominar de poderes centrais e periféricos; lineares, já que obedece a padrões de escalonamento, processos, etapas etc.

Dessa forma, é importante que se possa ver como as Macabéas castanheiras, mesmo inscritas nesse conjunto de aspectos da segmentação fabril, passam a atingir o que Albuquerque (2002) explica:

Pensamos Macabéa exatamente como um desses que possibilitam atingirmos as ‘zonas assustadoramente inesperadas’ do mundo. Espaço de produção de diferentes linhas de fuga que arrebentam com a própria linguagem, com a própria literatura jogando-as para fora de si mesmas, para fora do mundo da representação. Invenção de uma linguagem não mais representativa do mundo, mas com potência para capturar seus devires, conectando-se com o assustadoramente inesperado da realidade. (ALBUQUERQUE, 2002,p. 88).

As castanheiras, assim como a Macabéa interpretada por Albuquerque (2002), em *Mulheres Claricianas – Imagens Amorasas* trazem a possibilidade de debater sobre o que Goffman (2005, p. 24) relata a respeito dos processos pelos quais o *eu da pessoa* é mortificado nas instituições totais e semitotais. A primeira mutilação ao *eu da pessoa castanheira*, no caso é a barreira que se estabelece entre o mundo da fábrica e o mundo fora da fábrica. Tal barreira não é tão rígida, a exemplo do que acontece com instituições totais, como hospitais psiquiátricos, prisões e conventos, já que, para a fábrica, é importante que se tenha controle sob a vida das castanheiras, dentro e fora da empresa. Na fábrica, podemos nos referir a um semi-isolamento, que altera a seqüência e a realização dos papéis sociais destas mulheres, estabelecendo novas rotinas e, conseqüentemente, novas *linhas de fuga* que emergem das várias leituras que as castanheiras fazem de suas vidas, mesmo quando não têm muita consciência disto.

Os corpos encarcerados produzem subjetividades retalhadas. Os corpos que estão constantemente controlados, vigiados, decodificados em seus menores gestos dão a cada momento pistas de uma eclosão de *linhas de fuga*. O que vemos ressaltados em seus

discursos é que este corpo encarcerado está constantemente gritando, eclodindo nas mais diferentes formas de resistência, resistência esta não diretamente ligada, por exemplo, à organização sindical, mas que vai da possibilidade de *fazer corpo mole* na produção não querer que seus filhos e filhas tenham o mesmo destino.

Ao longo do texto destaco alguns depoimentos que retratam a vida destas mulheres antes, durante e depois da fábrica. Várias são as temáticas abordadas: as relações familiares; o emprego/desemprego; a relação saúde/ doença; a estrutura rígida, autoritária em favor da produção exacerbada, entre outros. Nesses discursos vimos que algumas castanheiras conseguem ao longo do tempo se conectar com seus devires, tomando uma certa consciência do que a máquina perversa representa em suas vidas. Isso, porém não ocorre de maneira completa e contínua. Já na admissão das trabalhadoras são iniciados os processos de perda e mortificação do eu. O preenchimento das fichas cadastrais; os exames médicos, na medida em que deve se ter um diagnóstico prévio de algumas doenças (especialmente as de pele); a preferência por mulheres que morem nas proximidades da fábrica; a proibição quanto ao uso de todo e qualquer tipo de brincos, pulseiras, colares, além do uso de esmaltes. Além disso, a distribuição das fardas que obedece a uma divisão de cores por setores de produção e a enumeração das normas, que vai do estabelecimento dos horários ao das quotas de produção, passando, inclusive, pelo controle de idas aos sanitários.

Goffman (ibid. pp. 25/28) relata minuciosamente os processos de admissão dos internos nas instituições totais, incluindo a este ponto o que denominou de testes de obediência.

Os processos de admissão e os testes de obediência podem ser desenvolvidos numa forma de iniciação que tem sido denominada ‘as boas vindas’ – onde a equipe dirigente ou os internados, ou os dois grupos, procuram dar ao novato uma noção clara de sua situação. Como parte desse rito de passagem ele pode ser chamado por um termo como ‘peixe’ ou ‘calouro’, que lhe diz que é apenas um internado, e, mais ainda, que tem uma posição baixa mesmo nesse grupo baixo. (GOFFMAN, 2005: 27).

A mulher castanheira recém-admitida é denominada de novata, muitas vezes, sem experiência para o trabalho na indústria de beneficiamento da castanha. Diferentemente, porém, do que acontece nas instituições totais, onde os calouros se submetem a um rito de passagem mais visualizado, as mulheres que se tornam castanheiras são submetidas a um rito de passagem nem tão visível, embora seja muito incisivo. Entendo que os fatos aconteçam dessa forma, em razão da necessidade de a fábrica não alterar a rotina da produção, com a admissão de operárias. Nesse momento, *a máquina perversa*, torna invisível a entrada de novas operárias, já que as entende como peças de uma engrenagem que podem ser alteradas a qualquer momento, com o intuito de permanecer com o ritmo de produção e/ou torná-lo mais potente.

Quando chegam novas meninas, a gente não sabe se fica feliz ou triste. Feliz porque se tá lá é porque tava desempregada e agora tá na fábrica. Triste, porque se chegou uma nova é porque com certeza saiu alguém. Mas, essa que sai geralmente continua amiga da gente. A gente não perde totalmente o contato. O melhor que tem na fábrica são as amizade que a gente faz com as menina. (Depoimento, operária do setor de seleção, 2004).

O rito de passagem das mulheres que se tornam castanheiras se complementa, ainda, com o que convencionei chamar de *redes de solidariedade*⁴⁶ entre as operárias, sejam veteranas e/ou novatas, na medida em que procuram apoiar as que estão chegando, mesmo

⁴⁶ Denomino de redes solidariedade as relações narradas pelas operárias, na medida em que procuram se apoiar umas as outras como forma de resistir ao cenário de autoritarismo e rigidez das relações sociais de produção. As operárias criam formas de resistência e solidariedade que não conseguem ser completamente sufocadas pela estrutura simbólica e econômica no interior da fábrica.

que isso aconteça de maneira muito tímida, sem chamar atenção dos grupos dirigentes. Por outro lado, percebo que estas redes não conseguem ser tecidas a partir de outros elementos, já que, também, são barradas pelo controle, vigilância e necessidade de manter o ritmo de produção.

Outro ponto fundamental, expresso por Goffman (ibid. p. 27) e confirmado, também, em instituições semitotais, é o fato da perda do nome, independentemente da forma como passam a ser identificadas, por um número, por um apelido, pela cor da farda, pelo setor da produção, entre outras características. Perder o nome é mais uma grande *mutilação do eu* para as castanheiras.

Nesse percurso de mortificação do eu, destaco, ainda, a perda de um sentido de segurança pessoal, sendo um dos maiores responsáveis pelo desencadeamento de uma subjetividade permeada entre o medo de perder o emprego e a vontade de arranjar um trabalho tido como melhor, onde se tenha mais liberdade, menos controle sobre as atividades desenvolvidas. Um dos resultados mais gritantes desse processo é a mortificação do eu, expressa pelos transtornos psicológicos que constituem essa subjetividade retalhada de mulheres que passam a se imolar em vida.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chego a esse estágio da pesquisa tendo a sensação de que fiz uma longa viagem entre a delimitação de meu objeto de estudo e a redação deste texto. Fico a pensar quantas Macabéas castanheiras passaram por minhas lentes de pesquisadora... Quantas talvez tenham deixado de passar? Será que fui fiel ao que me revelaram de suas vidas, de suas intimidades?

Mulheres operárias da fábrica mais antiga da Cidade, há mais de 40 anos funcionando ininterruptamente. Parece que cada uma delas carrega parte dessa história consigo, numa aventura que não pode ser contada, somente pelo tempo de serviço, mas por um conjunto de fatores que se entrelaçam e fazem destas mulheres mais do que operárias pobres, mas verdadeiras personagens de uma vida contada e recontada muitas vezes.

Quando articulei as categorias de gênero, corpo e trabalho feminino, descobri que as Macabéas não são apenas vítimas exploradas pelo sistema, mas são mulheres de carne e osso que resistem, lutam, gozam, se divertem, têm e dão prazer e que nutrem por essa fábrica sentimentos que vão do pavor ao carinho, por mais que isto me soe estranho até agora, depois do muito falado, do muito silenciado, do muito escrito. A Fábrica, muitas vezes, é o único lugar em que se relacionam com outras pessoas de maneira mais sistemática, apesar de toda a vigilância disciplinar imposta.

O trabalho de campo me revelou mais do que a ação sindical me fazia enxergar. Me revelou como estas mulheres fazem da fábrica, uma personagem de suas vidas íntimas, também, mesmo que resistam a isto. Mesmo que queiram esquecer a fábrica quando cruzam os portões em direção às suas casas. Pequenas legiões de mulheres que entram e

saem da fábrica; que querem se empregar; que querem se aposentar; que querem arranjar um emprego melhor. Elas nunca foram tão desnudas a mim. Nunca se mostraram tanto e eu também nunca estive tão aberta à escuta. O tempo da pesquisa é outro. E eu levei tempo para compreender isto e poder avançar numa trajetória guiada, também, por elas e com elas.

Novos elementos vieram à tona. A produção de corpos unos e diversos; de linguagens próprias e universais; de relações de gênero que se dão dentro e fora do ambiente fabril; de (des) valorização contínua do trabalho feminino, nas esferas da produção e da reprodução social. Elementos que enriqueceram a pesquisa e fizeram com que àquelas relações sociais de trabalho estabelecidas entre os donos dos meios de produção e as donas da força de trabalho se mantenham e se “transformem”, em certa medida no interior da fábrica e ao longo dos anos. Tive que dar a devida atenção a estes elementos, pois saltavam do campo, como algo que não deveria ser mascarado, e não mais engolido, mas, cuspidos.

Elas me revelaram que resistem muito a um mando que deseja ser totalitário. Resistem quando fazem corpo mole, resistem quando contam piadas a respeito dos diretores, resistem quando contrariam a ordem masculina e militarizada, daqueles que julgam ser os donos do poder. Seus corpos não são silenciados. Assim como Macabéa, gritam um mundo que mascam e não cospem; engolem; mesmo que não tenham muita consciência de si mesmas e de sua condição.

Mas, até onde eu pude ir? Até onde elas me permitiram adentrar suas vidas? Até onde me deram a autorização devida? Às vezes, fico pensando: será que elas vivem um mundo à parte? E quando não houver mais castanheiras? Será que o setor produtivo chegará a este ponto? Será que a fábrica abdicará da mão-de-obra destas pela mecanização total da produção?

As Macabéas castanheiras parecem que não se preocupam muito com isso. Vivem o presente, o imediato. A garantia do emprego é algo que se faz hoje, cumprindo as metas, respeitando as regras, resistindo. Amanhã é outro dia. É melhor estar na fábrica do que ficar desempregada. Os sonhos são deixados aos filhos e filhas para que não tenham a mesma sorte que suas mães, avós, irmãs, tias tiveram quando se empregaram nesse ramo produtivo.

E para onde vão estas Macabéas? Elas parecem que não morrem, ao mesmo tempo, que parecem se imolar em vida quando, muitas vezes, desistem de sonhar e levam a vida por levar. Como são contraditórias, como são inconclusas, como são humanas... Tão humanas que, ao relatar parte do que me disseram, eu conseguia até mesmo me lembrar dos pequenos gestos, das mãos trêmulas, dos olhos marejados, da boca seca, da voz vacilante quando me contavam verdadeiros *segredos* de suas vidas e de como tais *segredos* se articulavam com a fábrica, com as relações sociais de trabalho e com o debate de gênero.

São mulheres que, como já diz o ditado popular, “*dão nó em pingo d’água*” para viver essa verdadeira saga de trabalho, sobrevivência e resistência.

8 BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, P.G.B. *Mulheres Claricianas – Imagens Amorasas*. São Paulo. Relume Dumará. 2002.
- ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho*. São Paulo: Bomtempo, 2000.
- BAUMAN, Zigmunt. *Vidas Desperdiçadas*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 2005.
- BOLETIM. *Mulher e Trabalho*. Ano II. Nº 08. São Paulo. 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- _____. A Economia das Trocas Lingüísticas. IN: ORTIZ, Renato (org.). *A Sociologia de Pierre Bourdieu*. São Paulo: Olho D' Água, 2003.
- _____. *O Poder Simbólico*. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- _____. *Razões Práticas*. Campinas: Papyrus, 1996.
- CASTRO, Mary G.& LAVINAS, Lena. Do Feminismo ao gênero: a construção de um objeto. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (Orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992: 216/251.
- _____. Fazendo Gênero? A antropologia da Mulher no Brasil. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (Orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992: 93/126.
- CAVALCANTE, Peregrina de Fátima Capelo. *Uma linguagem sem resposta: o labirinto da doença mental nos hospitais psiquiátricos e contratados pela Previdência Social de Fortaleza*. Fortaleza. UFC. 1983.
- CODO, Wanderley et alii. *Indivíduo, Trabalho e Sofrimento: uma abordagem interdisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 1993.
- COLLARES, Elzenir. O caju no folclore cearense. In: *Caju – negócio e prazer*. Governo do Estado do Cear. Secretaria de Turismo. SETUR: 1997.
- COSTA, Cláudia de Lima. O Leito de Procusto: Gênero, Linguagem e Teorias Feministas. IN: *Cadernos Pagu 2* . Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, Campinas, São Paulo. 1994: 141/ 174.

- DEJOURS, Christophe. *A Loucura do Trabalho: Estudo de Psicopatologia do Trabalho*. 5 ed. São Paulo: Cortez Editora, 1996.
- _____. *Psicodinâmica do Trabalho: Contribuições da Escola Dejouriana à Análise da Relação Prazer, Sofrimento e Trabalho*. São Paulo: Editora Atlas, 1994.
- DUBY G; PERROT, M. *História das Mulheres no Ocidente*. São Paulo/ Porto: Afrontamento, vol.5, séc. XX, 1991.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1994.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria Tereza Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- _____. *Microfísica do Poder*. 11ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- _____. *Ordem do Discurso*. 10 ed. Col. Leituras Filosóficas. São Paulo: Loyola, 2004.
- _____. *Vigiar e Punir – História da Violência das Prisões*. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2004: 121/132.
- FROTA, Helena Maria de Paula. *Indústria de Beneficiamento de Castanha de Caju no Ceará: Uma Máquina de fazer Loucos*. Fortaleza. UFC. 1984.
- GASTALDO, Édison. *Erving Goffman – Desbravador do Cotidiano*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1989.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma – Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4ª edição. Rio de Janeiro:LTC, 2005.
- GOFFMAN, Erving. *Manicômios, Prisões e Conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- GONÇALVES, Eliane. *Pensando Gênero como categoria de análise*.In: Estudos de Gênero. Goiânia: Ed. UCG, 1998 (Coleção Cadernos da Área, nº 7).
- GONDIM, Linda M.P. (org.). *Pesquisa em Ciências Sociais: o Projeto de Dissertação de Mestrado*. Fortaleza: EUFC, 1999.
- GREINER, Christine. *O Corpo: pistas para estudos indisciplinados*. São Paulo. Annablume, 2005.
- HEILBORN, Maria Luisa. *Usos e abusos da categoria de gênero*. Rio de Janeiro:s.n, 1990. In: Simpósio Gênero e Classes Sociais na América Latina, 1990, São Paulo.

- HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho?* – Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Bomtempo, 2002.
- IANNI, Octávio (org). *Marx – Sociologia*. 8 ed. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ed. Ática, 1996.
- KOFES, Suely. Categorias Analítica e empírica: Gênero e Mulher: Disjunções, conjunções e mediações. IN: *Cadernos Pagu 2 – De trajetórias e sentimentos*. Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, Campinas, São Paulo. 1994: 19/30.
- LISPECTOR, Clarice. *A Hora da Estrela*. Rio de Janeiro. Editora Rocco: 1997.
- LOBO, Elizabeth Sousa. O trabalho como linguagem: o gênero como trabalho. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (Orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992: 252/ 265.
- MARX, K. & ENGELS, F. *O Manifesto do Partido Comunista*. 4 ed. Petrópolis – RJ: Ed. Vozes, 1993.
- MARX, Karl. *A Ideologia Alemã*. 7 ed. São Paulo: Hucitec, 1989.
- MATOS, Maria Izilda S. & SOIHET, R (org). *O corpo feminino em debate*. São Paulo, UNESP, 2003.
- MILLER, Jacques – Alain. *Matemas I – Campo Freudiano no Brasil*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 1996.
- MOREIRA, Padre Ágio. *O Cajueiro – Usos, costumes e estórias*. Fortaleza. Banco do Nordeste: 2002.
- MURARO, Rose Marie et alii. *Sexualidade da Mulher Brasileira – Corpo e Classe Social no Brasil*. 5 ed. São Paulo, Editora Rosa dos Tempos, 1996.
- NEGRI & HARDT. Antonio. *O Trabalho de Dioniso: para a crítica do Estado Pós-Moderno*. Juiz de Fora/ MG. UFJF – Pazulin. 2004.
- PERROT. M. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo. Paz e Terra. 1988.
- PINTO, Céli Regina Jardim. Movimentos Sociais: Espaços privilegiados da Mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (Orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992:127/ 150.
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: (a utopia da cidade disciplinar Brasil 1890 – 1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

- ROCHA, Maria Isabel Baltar (Org). *Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios*. São Paulo. Ed. 34, 2000.
- RODRIGUES, Arakcy Martins. Lugar e Imagem da Mulher na indústria. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (Orgs.) *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992: 266/ 288.
- RODRIGUES, José Carlos. *Tabu do Corpo*. 2 ed, Rio de Janeiro. Achiamé. 1980: 43/169.
- SAFFIOTI, Heleith. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A e BRUSCHINI, C (orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos e São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1992.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade*. vol.16, n.2, Porto Alegre, jul./dez.1990.
- SILVEIRA, Maria Lúcia. Contribuições da Perspectiva de Gênero para o esboço de alternativas emancipatórias da sociedade. In: BAPTISTA, Dulce et alii (Org.). *Cidadania e Subjetividade*. São Paulo: Imaginário, 1997.
- TEIXEIRA, F.J.S. *Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital*. São Paulo: Ensaio, 1995, pp. 49 –56.
- VAZ, Paulo. Corpo e Risco. IN: *Que corpo é esse? Novas Perspectivas*. Rio de Janeiro. Mauad. 1999.

APÊNDICES

1. Roteiro de Entrevista

1. Qual a sua idade? Onde você mora? É casada (o)? Tem companheiro (a)? Tem filhos (as)? Quantos? Você é da capital ou do interior? Desde quando mora em Fortaleza?
2. Há quanto tempo você trabalha na fábrica? Foi o seu primeiro emprego? Como você chegou à fábrica? Alguém na sua casa já trabalhou na fábrica?
3. A que horas entra na fábrica? Me conte o que acontece desde a hora que chega até a que sai (sistema de controle, processo de trabalho propriamente dito, ritmo de trabalho, intervalo para almoço, etc..)?
4. Como é fábrica por dentro (pedir para descrever as diversas áreas nas quais circula e as que não circula);
5. Há festas dentro da fábrica? O que se comemora? O dia do aniversário dos trabalhadores é lembrado de alguma forma?
6. A fábrica dar prêmios? Para Quem? Que tipo de prêmio?
7. A fábrica se preocupa com a religião do trabalhador? Preocupa-se com o voto? Com a saúde e a educação? De que modo?
8. Quem é que passa as ordens para você? Alguma vez os donos falam com os trabalhadores? Já recebeu coisas escritas da gerência? (santinho, santinho de candidato, avisos, advertências..)?

9. Quanto é o salário registrado na carteira? Quanto recebe ao final do mês?
10. O que dizem os chefes sobre o valor do salário?
11. Você gosta do que faz? O que você mais gosta na fábrica? O que você menos gosta na fábrica? O que você gostaria que mudasse na fábrica? O que você não gostaria que mudasse na fábrica?
12. O que a fábrica lhe oferece? E para a sua família? Você utiliza os serviços que a fábrica lhe oferece?
13. Você conhece alguém do Sindicato? Você é do Sindicato? Como é sua relação com o pessoal do sindicato? Você conhece os seus direitos? Quais são?
14. Você conhece outras fábricas de castanha? O que você acha que esta fábrica tem de diferente e de parecida com as outras?
15. O que faz antes de pegar o serviço? E depois?
16. Qual é o seu divertimento? E o de sua família?
17. Você sofre de algum tipo de doença? Precisa fazer algum tratamento de saúde?
18. Como era sua vida antes da fábrica? Como está sua vida depois da fábrica?